



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

RAQUEL FORCHESATTO

**FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA:
CONCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES
NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA**

**CHAPECÓ
2018**

RAQUEL FORCHESATTO

**FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA:
CONCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES
NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Émerson Neves da Silva.

**CHAPECÓ
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

Forchesatto, Raquel

Feiras da reforma agrária : concepções sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica / Raquel Forchesatto. -- 2018.

157 f. : il.

Orientador: Émerson Neves da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2. Feira da reforma agrária. 3. Agricultura camponesa. I. Silva, Émerson Neves da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Chapecó – UFFS

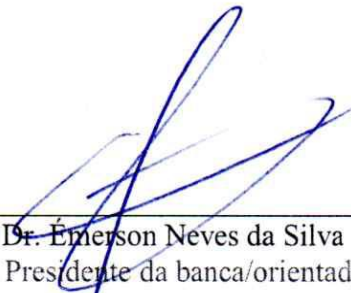
RAQUEL FORCHESATTO

**FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA:
CONCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES
NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA**

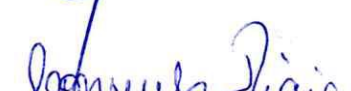
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), para obtenção do título de Mestre em História, defendida em banca examinadora em 22/08/2018.

Aprovada em 22/08/2018.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Emerson Neves da Silva – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof. Dra. Consuelo Cristine Piaia – UFFS
Membro titular externo



Prof. Dra. Isabel Rosa Gritti – UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. Jerônimo Sartori – UFFS
Membro suplente

Chapecó/SC, agosto de 2018

A todas as mulheres que vivem no campo brasileiro, em especial às mulheres do MST!

Agradecimentos

À minha família, por todo amor, carinho e paciência ao longo da construção deste estudo e durante toda uma vida. Gratidão, amo vocês!

Aos meus amigos e minhas amigas, por estarmos sempre juntos. Mesmo que haja distâncias físicas, estamos sempre presentes nos apoiando nos momentos difíceis e comemorando nossas vitórias. Amo vocês!

Aos amigos e amigas que a vida me presenteou ao morar em Passos Maia. Em especial, agradeço a Jocelia da Rocha Bueno, Ana Paula Rodrigues, Greti Aparecida Pavani e Maikely Padilha, pela contribuição na coleta dos dados, nos pousos e nas prosas durante a pesquisa de campo. Gratidão!

Às mulheres sem-terra e feirantes do município de Passos Maia, por participarem da pesquisa sendo sempre tão generosas em todos os nossos encontros. Levo cada uma no coração. Gratidão!

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao Coletivo Estadual de Mulheres e Saúde, por sua história construída através de muita luta e pelas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa. Sou muito grata!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudo, fundamental para o desenvolvimento desta dissertação.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por se tornar a primeira universidade federal na região oeste de Santa Catarina, fruto da luta dos movimentos sociais e principalmente espaço de formação gratuito e de qualidade para toda a população, em especial aos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Ao professor Émerson Neves da Silva, pelas orientações na elaboração deste estudo e por todos os desafios propostos ao longo desta caminhada. Tenho muita admiração pelo grande profissional que és. Sou grata pela confiança!

Às professoras Consuelo Cristine Piaia e Isabel Rosa Gritti, pelas importantes contribuições na banca de qualificação e na banca de defesa desta dissertação. Grata por todas as trocas de conhecimento nestes encontros.

Aos amigos e amigas que o mestrado me proporcionou. Grata por todos os aprendizados, as discussões e as trocas de conhecimento durante esses dois anos. Em especial, agradeço à Andréia Signori e ao Fábio Araújo, pelas generosas caronas até a universidade para as aulas e participação em eventos. Gratidão!

À coordenação e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), pela confiança no momento da seleção e por todos os aprendizados durante o mestrado. Gratidão!

Enfim, obrigada a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para a construção desta dissertação. Mais que um trabalho acadêmico, este estudo deve representar um ato político!

“Por isso, nossa mãe nos mandava à escola. Mesmo sem dizer-se feminista, ela sabia – do mesmo modo que as feministas de todos os tempos sabem – que as mulheres precisam estudar.”

Marcia Tiburi

RESUMO

Esta dissertação é resultado de pesquisa desenvolvida para o Programa de Pós-graduação em História da UFFS, como requisito para obtenção de título de Mestre em História. As reflexões propostas neste estudo visam apresentar elementos sobre o debate acerca das relações de gênero no interior do MST. Para isso, tem-se como objetivo geral analisar a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica do MST. O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento deste estudo é o da História Vista de Baixo, a partir de Edward Palmer Thompson, que busca descrever a história a partir da realidade das pessoas comuns. Os conceitos-chave utilizados são “relações de gênero”, “trabalho” e “agroecologia”. Para configurar este trabalho, buscou-se realizar pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, através da História Oral. Foram realizadas 16 entrevistas com as mulheres sem-terra e feirantes que residem no município de Passos Maia, e uma entrevista com representante do Setor Estadual de Mulheres e Saúde do MST. Para apresentar as reflexões propostas, esta dissertação é dividida em três capítulos. A partir das análises realizadas, tem-se como resultado a existência de diferentes concepções acerca do trabalho das mulheres na produção de alimentos agroecológicos. Aponta-se que a criação de espaços como a Feira da Reforma Agrária é fundamental para o avanço da construção de um novo modo de produzir e de se desenvolver as relações produtivas a partir de cadeias agroalimentares curtas; e as mulheres são fundamentais para o desenvolvimento deste processo. Nesse contexto, na organicidade do MST em relação ao vivenciado pelas mulheres feirantes, é possível perceber inúmeras divergências que só poderão ser superadas a partir do fortalecimento das ações de participação das mulheres nas instâncias organizativas do movimento e da sociedade em geral, como é o caso do acesso ao poder legislativo e executivo dos municípios, entre outras esferas. Para além, ainda se conclui que fortalecer as práticas agroecológicas que vêm sendo desenvolvidas pelas mulheres em seu cotidiano de trabalho nas propriedades e constituir um novo modo de produção no interior dos assentamentos do MST é fundamental para o seu fortalecimento, bem como o estabelecimento de novas práticas de produção e reprodução da vida em sociedade.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Feira da Reforma Agrária. Agricultura Camponesa.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research developed for UFFS Graduate Program in History, as a requirement for obtaining a Master's Degree in History. The reflections proposed in this study aim to present elements on the debate about gender relations within the MST. For this, the general objective is to analyze women participating in the Agrarian Reform Fair in the city of Passos Maia / SC conception on the role of women in the agroecological production of the MST. The research method used for the development of this study is History Bottom View, from Edward Palmer Thompson, where he seeks to describe history from ordinary people reality. The key concepts used are: gender relations, work and agroecology. To configure this work, we used bibliographical and documentary research, and interviews, through Oral History. A total of 16 interviews were conducted with the Landless women and women farmers who live in the city of Passos Maia and an interview with a MST State Department of Women and Health representative. In order to present the proposed reflections, this dissertation is divided into three chapters. Through the analysis carried out, the results show the existence of different conceptions about the women work in the production of agroecological food. It is pointed out that the creation of spaces such as the Agrarian Reform Fair are fundamental for advancing the construction of a new way of producing and developing productive relations from short agri-food chains. Women are key to this process development. In this context, in MST organicity in relation to what is experienced by women entrepreneurs, it is possible to perceive innumerable divergences that can only be overcome by strengthening women participation actions in organizational instances of the movement and society in general, access to cities legislative and executive power, among other spheres. In addition, it is concluded that strengthening the agroecological practices being developed by women in their day-to-day work on the properties and constitute a new production mode within the MST settlements is fundamental for their strengthening, as well as establishing new practices of production and reproduction of life in society.

Keywords: Movement of Landless Rural Workers (MST). Agrarian Reform Fair. Peasant Agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de atuação das empresas colonizadoras no Oeste de Santa Catarina.....	29
Figura 2 – Localização do município de Passos Maia no estado de Santa Catarina.....	43
Figura 3 – Acampamento Amexeira, Passos Maia/SC.....	44
Figura 4 – Acampamento Amexeira, Passos Maia/SC.....	45
Figura 5 – Material Informativo parte externa.....	58
Figura 6 – Material Informativo parte interna.....	58
Figura 7 – Área destinada para a produção de alimentos saudáveis.....	85
Figura 8 – Área de produção de alimentos diversificados.....	86
Figura 9 – Implantação de Horto Medicinal.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação das regiões e núcleos operacionais, trabalhados no projeto.....	56
Tabela 2 – Faixa Etária das Entrevistadas.....	73
Tabela 3 – Escolaridade	75

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitária de Saúde
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CCA – Cooperativa Central da Reforma Agrária
CE – Ceará
CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPERMOC – Cooperativa de Comercialização do Meio Oeste Contestado
COOPEROESTE – Cooperativa Terra Viva
COOPTRASC – Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EDH – Educação em Direitos Humanos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PR – Paraná
PVC – Policloreto de Vinila
RS – Rio Grande do Sul
SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
SC – Santa Catarina
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O surgimento dos movimentos sociais do campo no oeste de Santa Catarina: a questão agrária e as transformações do local	24
2.1 As disputas pelo território da fronteira sul do Brasil e a ocupação do oeste de Santa Catarina	24
2.2 O surgimento dos movimentos sociais da região oeste de Santa Catarina	30
2.3 O município de Passos Maia: a influência dos acampamentos/assentamentos no seu processo de constituição	42
3 A experiência da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia SC: as mulheres na organicidade do MST	49
3.1 A Feira da Reforma Agrária de Passos Maia SC: uma experiência histórica de mulheres sem-terra.....	49
3.2 As mulheres sem-terra e feirantes: a participação e o debate acerca das relações de gênero.....	72
3.3 A produção para a Feira: o trabalho das mulheres no cotidiano dos assentamentos	82
4 O debate proposto pelo MST e a realidade das mulheres assentadas no município de Passos Maia (SC): proximidades e divergências.....	89
4.1 O debate acerca das relações de gênero: o Setor de Gênero do MST e as mulheres feirantes.....	90
4.2 As compreensões sobre o trabalho: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho no interior dos assentamentos do MST	113
4.3 A agroecologia como estratégia de produção do MST: os desafios para sua implantação nos assentamentos	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICE	144
ANEXO.....	148

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como intuito apresentar elementos sobre a realidade de um grupo de mulheres que residem em assentamentos no município de Passos Maia, Santa Catarina. Essas mulheres fazem parte da Feira da Reforma Agrária realizada no município desde 2014. Nesse sentido, a partir da pesquisa bibliográfica e de campo, buscou-se constituir conhecimentos acerca do tema das relações de gênero no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para a realização deste estudo, parte-se de trajetória acadêmica que se iniciou no ano de 2011, com a participação em um curso de especialização *lato sensu* em História Regional, tendo como resultado final a elaboração de monografia intitulada “A Participação Feminina na Constituição de Assentamentos no município de Passos Maia/SC (nos anos 1980 a 1990)”. Desde aquele estudo, o debate acerca das mulheres no MST foi sendo inserido nas pesquisas realizadas posteriormente. Tendo em vista que a formação acadêmica inicial não é em História, pois possui graduação em Serviço Social, esta especialização apresentou-se como elemento principal de aproximação com o objeto de estudo.

Outro fator relevante foi a atuação profissional como assistente social na região de Passos Maia (local de nosso estudo) durante os anos de 2011 a 2016, em uma equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Assim, juntando a experiência profissional e as discussões provenientes das disciplinas da especialização, surgiu interesse em discorrer sobre este tema. De lá para cá, foram mais duas especializações, em que se pode continuar os debates sobre o tema das relações de gênero e o MST.

Assim, a participação na especialização *lato sensu* em Educação para os Direitos Humanos (EDH) e Diversidades: Uma Abordagem Interdisciplinar resultou na elaboração de um artigo final com o título “Espaços de Poder nos Assentamento do MST: uma perspectiva de gênero”. E, por fim, realizou-se especialização *lato sensu* denominada Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base em Agroecologia (Residência Agrária), tendo como resultado final monografia intitulada “As mulheres no Processo de Produção e Reprodução da Vida no Assentamento Conquista de Sepé”.

Foram esses espaços de estudo e pesquisa que contribuíram para a formulação das ideias que culminaram na elaboração do projeto de seleção para o mestrado; posteriormente, após diálogos com o orientador, chegou-se ao projeto final que é base para a produção desta dissertação. A experiência de trabalho na região também foi fundamental para a compreensão

do tema e a reflexão acerca de como se faz necessário estabelecer diálogos acadêmicos sobre a realidade das mulheres sem-terra. Paralelamente a isto, compreende-se que a busca de outro modo de produção, visando maior qualidade de vida de quem produz e de quem consome os alimentos, seja possível e necessária para a vida em sociedade. Por isso, parte-se para o debate da agroecologia e do trabalho nas áreas de assentamentos do MST.

Busca-se também frisar outro elemento fundamental para a compreensão deste estudo: esta é pesquisa realizada por uma feminista, que busca, ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional, discorrer sobre temas que compreendem a realidade das mulheres. Nesse sentido, justificam-se as escolhas bibliográficas e principalmente a forma como a pesquisa de campo e o estudo foram organizados.

Não é fácil conversar sobre a questão de gênero. As pessoas se sentem desconfortáveis, às vezes irritadas. Nem homens nem mulheres gostam de falar sobre o assunto, contornam rapidamente o problema. Porque a ideia de mudar o *status quo* é sempre penosa. Algumas pessoas me perguntam ‘Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?’. Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como ‘direitos humanos’ é negar especificidades e particularidades do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos foram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato. (ADICHIE, 2015, p. 42-43).

Discorrer sobre o tema do feminismo e debater acerca das relações de gênero tornam-se, então, importantes para este estudo. Busca-se, a partir da formação acadêmica e das relações profissionais, perceber os distanciamentos que se estabeleceram na vida de muitas mulheres, especialmente das mulheres sem-terra que participam do grupo da Feira. Nesse sentido, tem-se como intuito reconhecer o fato de que as mulheres foram oprimidas e excluídas ao longo da história, mas que sempre foram e ainda são resistentes ao patriarcado¹ e ao racismo, os quais visam, acima de tudo, manter o capitalismo na sua forma mais perversa.

¹ “Patriarcado é um nome estranho para muitas pessoas que consideram natural a ordem social existente. Ele representa a estrutura que organiza a sociedade, favorecendo uns e obrigando outros a se submeterem ao grande favorecido que ele é, sob pena de violência e morte. É claro que qualquer sistema de privilégios é feito para que uns usufruam deles enquanto outros devem trabalhar para que o sistema seja mantido. Nessa perspectiva é impossível pensar que o patriarcado dará espaço ao feminismo. Se isso acontecesse, a estrutura não seria mais o patriarcado. Ao mesmo tempo, o feminismo aponta para o caráter inconciliável de uma sociedade de direitos na qual o patriarcado esteja em vigência. É nesse sentido que o feminismo é uma luta contra um estado de opressão e injustiça.” (TIBURI, 2018, p. 59).

Assim contextualizando os caminhos percorridos para a elaboração deste estudo, indica-se que a pesquisa foi desenvolvida no município de Passos Maia², localizado no meio oeste de Santa Catarina. Na organicidade do MST, o município *lócus* da pesquisa pertence à Regional Vale do Contestado³, composta por mais cinco municípios: Água Doce, Catanduvas, Ponte Serrada, Vargem Bonita e Vargeão.

É nesse território que se encontram as mulheres sujeitos de nossa pesquisa. Pode-se contextualizar que o surgimento do grupo de mulheres feirantes é um marco para a realidade dos assentamentos de Passos Maia. O grupo surgiu no ano de 2014, após muitos momentos de debates em cursos e formações promovidos por MST, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), universidades e outros movimentos sociais do campo. Assim surgiu a Feira da Reforma Agrária em diversos municípios do estado de Santa Catarina.

A partir disso, dois projetos contribuíram para a organização dos trabalhos. Um deles é denominado “Kit Feira”, financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SC), tendo sido disponibilizados materiais como balança, barracas, placas, entre outros, visando à profissionalização da comercialização. O outro projeto é o “Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina”, financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e que teve como foco realizar formações teóricas e práticas voltadas para a produção e comercialização de alimentos saudáveis.

Neste sentido, inicialmente é possível perceber que o trabalho desenvolvido pelas feirantes vem ao encontro do que é proposto na organicidade do MST, tendo em vista suas pautas de luta direcionadas para a emancipação das mulheres, bem como ao desenvolvimento de uma nova forma de produzir através da agroecologia. “A Agroecologia é pauta do MST, em geral, e dos assentamentos do Oeste Catarinense, em específico, pois ela é entendida e posicionada como parte estratégica do desenvolvimento político e econômico, da família, da comunidade da organização.” (HADICH; DE BASTIANI, 2017, p. 142).

Ao se delimitar o espaço e o tempo em que foi realizado o estudo, definiu-se como problemática a seguinte questão: qual a concepção das mulheres que participam do grupo da

² Segundo os dados do IBGE (2017), o município possui um território de 619,156km² e sua população é estimada de 4.243.

³ Esta denominação refere-se à organização interna do MST, sendo que no estado de Santa Catarina os municípios que possuem assentamentos da Reforma Agrária, passam a ser divididos por Regionais, tendo em vista um melhor desenvolvimento do trabalho na base do movimento.

Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica? Assim, para se refletir sobre os procedimentos metodológicos, buscar-se-á responder tal questão.

Num segundo momento, foram constituídas hipóteses de pesquisa, como ferramentas balizadoras para o desenvolvimento do estudo. Apresentam-se, pois, na seguinte ordem: existem diferentes concepções sobre as relações de gênero no interior do MST; A agroecologia se apresenta como um mecanismo de contraposição ao modelo hegemônico de produção, ou seja, ao agronegócio; as mulheres, ao constituírem o grupo da Feira, visam angariar recursos financeiros, pois geram renda, bem como buscam um empoderamento dadas as desigualdades de gênero fortemente presentes nesta sociedade. De outra parte, contribuem para a constituição do arcabouço teórico do MST sobre a temática de gênero e agroecologia.

A partir deste processo, definiram-se os objetivos norteadores da pesquisa. Como objetivo geral, este: analisar a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica. No que tange aos objetivos específicos, apresentam-se: compreender a organização do território em que surgiu a Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC); perceber como ocorreu o surgimento da Feira da Reforma Agrária e quais os impactos, conflitos e tensões existentes, tendo em vista as relações estabelecidas pelas mulheres que participam do grupo; identificar as proximidades e as divergências entre as concepções sobre os temas relações de gênero, agroecologia e trabalho entre as mulheres que participam do grupo da Feira e nas esferas organizativas do MST.

A partir da construção do problema, das hipóteses e dos objetivos, passou-se a delimitar e construir a metodologia da pesquisa. Indica-se que, para analisar os elementos centrais da pesquisa, foi utilizado como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, que busca compreender elementos subjetivos da realidade pesquisada. Os conceitos-chave desta pesquisa foram “relações de gênero”⁴, “trabalho”⁵ e “agroecologia”⁶. No decorrer do

⁴ “Na sua utilização mais recente, o termo ‘gênero’ parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo ‘gênero’ enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre as mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo ‘gênero’ para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado.” (SCOTT, 1995, p. 72).

⁵ Sobre o trabalho, compreende-se que é “[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturnacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma

texto da dissertação, em seus três capítulos, será apresentada mais detalhadamente a compreensão desses conceitos, e como podem contribuir para o diálogo proposto acerca das mulheres no MST.

A partir desses conceitos, foi utilizada como abordagem teórico-metodológica a História Vista de Baixo, corrente teórica oriunda da nova historiografia social inglesa e que busca interpretar a história a partir da caracterização de acontecimentos relacionados às pessoas comuns, aos sujeitos que não constam como vencedores ao longo do tempo. Assim,

O princípio ontológico fundante na teoria thompsoniana assentava-se na razão do processo histórico, em outros termos, baseava-se na história real e concreta que é dinâmica, fluídica e impermanente. Isso significa que as metodologias históricas calçadas em modelos analíticos estáticos pouco ou nada contribuiriam para o avanço da pesquisa historiográfica. (MELO JÚNIOR, 2014, p. 397).

Neste sentido, são apontados elementos sobre um grupo social que historicamente vem sendo excluído das relações produtivas. Tornam-se atores sociais com mais ênfase a partir da inserção no movimento social, onde passam a reivindicar o acesso à terra, bem como a condições dignas de existência. O principal autor que será utilizado para esse debate é Edward Palmer Thompson, seus estudos sobre experiência histórica. Para o autor, a experiência humana, dos sujeitos que compõem determinado grupo ou sociedade, possui um papel fundamental na construção da história.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua *consciência* e

forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza." (MARX, 2013, p. 188).

⁶ "A Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência." (CAPORAL, 2013, p. 280-281). Ainda, pode-se dizer que "[...] a agroecologia, como forma de agricultura e como a entendemos, retoma as concepções agrônômicas de produção pré-revolução verde. Apropria-se dos imensos progressos da ciência e da tecnologia dos últimos 50 anos que se conformam em técnicas produtivas com a incorporação das questões sociais, políticas e étnicas, tendo sempre presente a escala. Esta a agricultura para os novos tempos, que dispõem de saberes, desde os ancestrais aos atuais, e está apta a pô-los em prática [...]" (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 35). "Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição de tecnologia ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivos e criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica, política que a organizam e sustentam." (SILIPRANDI, 2015, p. 82-83).

sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Seguindo esse raciocínio, o autor busca apresentar sua teoria a partir dos conceitos “experiência”, “classe social” e “cultura”. A partir das experiências dos sujeitos e dos costumes transmitidos através das gerações é que se estabelecem as relações entre as classes sociais. Elementos relativos à cultura dos povos são fundamentais para essa compreensão. Ainda segundo o autor, a partir de seus estudos sobre os costumes no século XVIII na Inglaterra,

As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. [...] Essa cultura transmite com vigor – e possivelmente também gera – desempenhos ritualísticos ou estilizados, na recreação ou em formas de protesto. (THOMPSON, 1998, p. 18).

Exemplificando este processo, no cotidiano das mulheres que compõem o MST, muitas das formas de produzir e reproduzir suas vidas são carregadas de costumes passados pelas gerações anteriores. Pensar sobre a forma de produção de subsistência desenvolvida nas propriedades carrega em si muito dos conhecimentos oriundos das práticas vividas por suas mães e avós. Assim, os fatores culturais estão fortemente presentes nessa realidade. O acesso a capacitação e formação teórica sobre temas como, por exemplo, agroecologia são posteriores a sua inserção no campo e no desenvolvimento da produção. Esses saberes não podem ser negados; têm, sim, de ser agregados para a formulação de novos conhecimentos.

Visando ainda contribuir para o entendimento sobre a teoria proposta por Thompson, pode-se dizer que

A experiência constituir-se-ia no termo médio entre o ser social inserido na história e a consciência social e vivenciada em termos de classes sociais, tanto no sentimento das normas, valores distintos e também na arte e convicções religiosas [...] a classe é uma formação tanto cultural como econômica e a consciência de classe, vista na sua natureza dinâmica, configura-se como resultado de um processo que não é dado, nem imutável, nem é um dever-ser, como ele próprio indica. THOMPSON também introduziu outro termo médio necessário, o de ‘cultura’. [...] Deve-se ter presente que essas categorias são desenvolvidas no bojo da crítica que esse historiador faz ao marxismo estruturalista de Althusser e às concepções deterministas e economicistas que alguns marxismos fazem da classe e da consciência de classe. (DMITRUK, 1998, p. 84-85).

Assim, após a compreensão do método utilizado para o desenvolvimento deste estudo, buscar-se-á apresentar elementos sobre a realização da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, fundamentais para a elaboração desta dissertação. A pesquisa bibliográfica se desenvolveu a partir da leitura de livros, textos, artigos, dissertações e teses relacionadas aos conceitos-chave utilizados para responder o problema de pesquisa.

No que se refere à pesquisa de campo, foi desenvolvida a partir da pesquisa documental e da realização das entrevistas a partir da História Oral. Quanto à pesquisa documental, foi realizado levantamento de fontes primárias sobre a história do MST e o debate sobre gênero, trabalho e agroecologia, em locais como Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), Arquivos da Secretaria do MST em Santa Catarina, *sites* governamentais e da sociedade civil. Observaram-se elementos que contribuíram com a fundamentação do estudo a partir da experiência dos sujeitos historicamente excluídos. Também foram realizados levantamentos de dados sobre o histórico da Feira da Reforma Agrária, os projetos realizados e, a partir deles, os processos de formação das mulheres visando à melhoria do trabalho voltado para a Feira.

Visando contribuir com esta pesquisa, foi utilizada como metodologia a História Oral, que, segundo Thompson (2002, p. 09), consiste na “[...] interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências.” É desse modo, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com as mulheres feirantes, que se buscou compreender o vivenciado por elas. Logo, os elementos presentes na história oral, através dos relatos dessas experiências vivenciadas pelas mulheres, foram relacionados com a bibliografia e fontes documentais, que dialogam sobre o tema. Cabe destacar que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). As entrevistas foram executadas após envio e aprovação na Plataforma Brasil, seguindo com rigor os procedimentos apresentados.

Assim, a partir da história oral, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 16 mulheres que integram o grupo da Feira da Reforma Agrária e 1 representantes do Setor Estadual de Mulheres e Saúde do MST. Para compreensão e análise dos dados, os principais autores utilizados foram Thompson (2002) e Amado (2006). As entrevistas foram realizadas a partir de elaboração de um roteiro semiestruturado (Apêndice A), sendo aplicadas após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), tendo sido gravadas e depois transcritas pela autora.

As entrevistas ocorreram em duas etapas e foram realizadas no município de Passos Maia, SC. Porém, antes de ir a campo para a execução das entrevistas, no ano de 2017, realizou-se acompanhamento das integrantes do Setor Estadual de Mulheres e Saúde na realização de atividades com as mulheres que residiam em acampamentos e assentamentos de Passos Maia. Já no ano de 2018, realizou-se visita à Secretaria Estadual do MST de Santa Catarina, com o intuito de obter um maior entendimento sobre a feira e as relações vivenciadas nos assentamentos da reforma agrária. Na ocasião, foi possível dialogar com profissionais que atuam naquele espaço, obter documentos sobre a feira de Passos Maia (pesquisa de mercado, por exemplo), bem como visitar biblioteca em que há inúmeros materiais, os quais vieram contribuir com o estudo. Na primeira visita, foi possível localizar cartilhas fundamentais para compreender o trabalho realizado com as mulheres na organização; no decorrer do terceiro capítulo, esses materiais serão abordados.

Após visita inicial, foi realizada ida a campo no município de Passos Maia, entre os dias 16 e 20 de janeiro de 2018, com o intuito de realizar as entrevistas. Naquela semana, foram realizadas 12 entrevistas com as mulheres sem-terra e feirantes. Após realização das entrevistas, o material coletado foi transcrito e analisado a partir do método de pesquisa descrito nesta introdução.

No dia 22 de fevereiro de 2018, retornou-se à Secretaria Estadual do MST para realizar-se entrevista com uma das mulheres responsáveis pelo Setor de Mulheres e Saúde no estado. Após entrevista, realizou-se visita ao CEOM, com o intuito de localizar materiais que viessem contribuir com a pesquisa. Nesta etapa, foram localizados fotografias e documentos importantes para compreender a realidade dos acampamentos e assentamentos de Passos Maia, bem como das discussões de gênero e sobre os direitos das mulheres na organização dos assentamentos do estado de Santa Catarina. No dia 26 de fevereiro de 2018, realizou-se uma segunda visita ao CEOM, com o intuito de continuar na busca, no Acervo do MST, de documentos que pudessem contribuir com este estudo.

A última ida a campo foi realizada no município de Passos Maia, visando realizar as entrevistas que não puderam ser obtidas na primeira etapa. Assim, entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 2018, realizou-se entrevista com quatro mulheres sem-terra que, ao longo de sua trajetória, fizeram parte do grupo de feirantes do município. Buscou-se, após esta etapa de pesquisa, finalizar as transcrições e realizar as análises das entrevistas a partir do proposto na metodologia da pesquisa. A análise partiu dos seguintes itens: relações de gênero, trabalho, agroecologia, MST (ocupações e assentamento), feira e participação.

Ao compreender os objetivos e a metodologia em que se desenvolveu esta pesquisa, é fundamental grifar que busca dialogar com conhecimentos vistos como populares na realidade da ciência. Assim,

A epistemologia que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido traduziu-se num vasto aparato institucional – universidades, centros de pesquisa, sistemas de peritos, pareceres técnicos – e foi ele que tornou mais difícil ou mesmo impossível o diálogo entre a ciência e os outros saberes. Ora essa dimensão institucional, apesar de crucial, ficou fora do radar epistemológico. Com isso, o conhecimento científico pode ocultar o contexto sócio-político da sua produção subjacente à universidade descontextualizada da sua pretensão de validade. (SANTOS, 2010, p. 17).

Para além de ser uma pesquisa acadêmica, com todo o rigor proposto pelas normas técnicas vigentes, este estudo busca discorrer sobre uma realidade específica e se constituiu a partir dos saberes desenvolvidos nesse espaço. Tem como objetivo, como já descrito, tornar visíveis conhecimentos que por muito tempo foram excluídos da história. Todos os esforços depositados neste estudo vêm ao encontro de juntar o conhecimento científico com a história dos comuns, aqueles que ao longo do tempo foram excluídos dos livros, mas também do acesso a esses livros, aos conhecimentos produzidos para determinados grupos sociais e que dificilmente estariam acessíveis à população em geral.

O que se propõe é que, ao se estudar a realidade das mulheres feirantes no município de Passos Maia, seja possível construir conhecimentos que possam contribuir para a produção e reprodução da vida nos assentamentos. Também para que os que estão dentro da universidade possam conhecer o que se vive e o que se sabe ou se constitui como saber nesses espaços, onde diariamente a vida acontece, mas não é relatada. Isso se apresenta como possível, pois “O reconhecimento da diversidade epistemológica tem hoje lugar, tanto no interior da ciência (a pluralidade interna da ciência), como na relação entre ciência e outros conhecimentos (a pluralidade externa da ciência).” (SANTOS, 2010, p. 19).

Finalizando esta introdução, no que se refere à organização da presente dissertação, será composta por três capítulos. O primeiro é denominado “O surgimento dos movimentos sociais do campo no oeste de Santa Catarina: a questão agrária e as transformações do local”, tendo os seguintes itens: “2.1 As disputas pelo território da fronteira sul do Brasil e a ocupação do oeste de Santa Catarina”; “2.2 O surgimento dos movimentos sociais da região oeste de Santa Catarina”; “2.3 O município de Passos Maia: a influência dos acampamentos/assentamentos no seu processo de constituição”.

O segundo capítulo é denominado “A experiência da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia SC: as mulheres na organicidade do MST”, tendo como itens “3.1 A Feira da Reforma Agrária de Passos Maia SC: uma experiência histórica de mulheres sem-terra”; “3.2 As mulheres sem-terra e feirantes: a participação e o debate acerca das relações de gênero”; “3.3 A produção para a Feira: o trabalho das mulheres no cotidiano dos assentamentos”.

O terceiro capítulo é intitulado “O debate proposto pelo MST e a realidade das mulheres assentadas no município de Passos Maia SC: proximidades e divergências”, tendo como itens “4.1 O debate acerca das relações de gênero: o Setor de Gênero do MST e as mulheres feirantes”; “4.2 As compreensões sobre o trabalho: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho no interior dos assentamentos do MST”; e “4.3 A agroecologia com estratégia de produção do MST: os desafios para a sua implantação nos assentamentos”.

2 O surgimento dos movimentos sociais do campo no oeste de Santa Catarina: a questão agrária e as transformações do local

Neste primeiro capítulo, serão apresentados elementos sobre a constituição da região oeste de Santa Catarina, *lócus* desta pesquisa. Desse modo, buscar-se-á delimitar como recorte temporal deste estudo a instalação das colônias militares de Chapecó e Chopim, e posteriormente a disputa entre Brasil e Argentina visando à incorporação desse território que hoje compreende a região estudada. O debate relativo à fronteira é essencial para essa caracterização das disputas.

A partir do debate acerca da constituição e ocupação do território, serão apresentados elementos sobre o surgimento dos movimentos sociais do campo na década de 1980, com maior ênfase o MST, levando em consideração os processos de luta e resistência na busca de direitos sociais e humanos. Nesse contexto, a questão agrária permeará o debate, pois vem sendo fortemente trabalhada entre os autores que estudam os temas relacionados ao campo brasileiro.

Por fim, serão apresentados elementos relacionados à constituição dos acampamentos e assentamentos no município de Passos Maia, local onde acontece a Feira da Reforma Agrária objeto deste estudo. Assim, neste primeiro capítulo, buscar-se-á caracterizar o local, o surgimento dos movimentos sociais, bem como a realidade em que estão inseridas as mulheres que compõem o grupo de feirantes. As questões elencadas serão anteriores ao surgimento da Feira da Reforma Agrária.

2.1 As disputas pelo território da fronteira sul do Brasil e a ocupação do oeste de Santa Catarina

Para caracterizar o território que compõe a fronteira sul do Brasil, bem como o atual recorte do oeste de Santa Catarina, compreende-se que discutir o conceito de “fronteira” se apresenta como fundamental. Isso ocorre porque nesse território inúmeras disputas ocorreram para que o atual traçado dos mapas fosse definido. Assim, parte-se do princípio de que a fronteira “[...] é uma criação humana e por isso o seu conceito possui um caráter histórico.” (HEINSFELD, 2015, p. 30). Com o passar do tempo e a intervenção humana, essas fronteiras

invisíveis foram criadas; esse processo ocorreu conforme os interesses e anseios dos sujeitos que ocupam o lado da história descrito como “vencedor”.

O recorte espacial de nossa pesquisa será a região oeste do estado de Santa Catarina, que atualmente faz divisa com o Paraná ao norte, Rio Grande de Sul ao sul e Argentina a oeste. Nesta região, as fronteiras que dividem os estados e os países se apresentam de forma nítida; atualmente são respeitadas pelos governos envolvidos, porém nem sempre os processos de formação dessas fronteiras foram harmônicos. Inúmeras vezes as negociações dessas disputas ocorriam em outros locais, sendo que os moradores que viviam na fronteira não participavam da tomada de decisão. Assim, para os que ali habitavam, a fronteira se apresentava de forma invisível.

Essa necessidade de dividir os territórios “[...] com limites bem definidos para estabelecer sua área de soberania e organização surgiu com o Estado moderno.” (HEINSFELD, 2015, p. 36). Foi nesse contexto que os países europeus, ao ocupar novos territórios, como a América, passaram a limitar com fronteiras as terras conquistadas. Nesse sentido, ainda segundo Heinsfeld (2015, p. 38-39),

Historicamente, a fronteira sul do Brasil a fixação da sua linha divisória, com suas afirmações e oscilações, nas diferentes épocas, apesar das forças de pressão regionais, dependeram de decisões políticas tomadas nos centros de decisão do poder, inicialmente em Lisboa e Madrid e posteriormente no Rio de Janeiro, Buenos Aires e até em Washington.

Desse modo, ao observar mais especificamente a realidade da região oeste de Santa Catarina, as disputas, na sua grande maioria, tinham como foco a terra. Após a chegada dos portugueses e espanhóis na América, ocorreram diversas disputas e tratados foram elaborados para que as fronteiras fossem delimitadas e os territórios divididos.

No caso brasileiro, uma das estratégias do Império era a criação de colônias militares como instrumentos de defesa e ocupação dos territórios. Na região estudada,

O governo imperial, que havia criado através do decreto n. 2.502 de 16 de novembro de 1859 as colônias militares de Chapecó e Chopim, tratou de implantá-las ante a reivindicação argentina. Em 14 de março de 1882, na atual cidade de Xanxerê, foi implantada a Colônia Militar de Chapecó. Além do objetivo da defesa da fronteira, as colônias militares visavam a proteger os habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava. As armas e a catequese eram utilizadas para neutralizar os indígenas. (WERLANG, 2006, p. 20).

Nesse período, intensificaram-se as disputas pela ocupação desse território tanto pelo Brasil quanto pela Argentina. Após anos de divergências quanto aos limites de separação dos

países, no final do século XIX, a disputa chegou ao fim: o Barão do Rio Branco realizou a defesa brasileira perante os tribunais e, após longas discussões sobre os limites da fronteira, “O laudo arbitral tecido pelo presidente norte-americano, Grover Cleveland, foi lido e tornado público em 06 de fevereiro de 1895, dando parecer favorável ao Brasil.” (MYSKIW, 2014, p. 70). Neste sentido, pode-se observar que as decisões não foram tomadas no local da fronteira, mas sim, como já indicado, em grandes tribunais e com a assinatura de documentos pelos governantes da época.

Outro embate importante para essa compreensão é o da região contestada entre Paraná e Santa Catarina, que passou a ser intensificado após a decisão sobre os limites com a Argentina. Assim,

Durante o ano de 1916, a região do extremo ocidental do planalto foi incorporada ao estado de Santa Catarina, é drenada na direção sul pelo rio Xaçupé, para o Uruguai. Esta região foi, por longo tempo, motivo de contestação, primeiro entre Argentina e Brasil, e depois, entre os estados do Paraná e Santa Catarina. (WAIBEL, 1949, p. 18).

No que se refere à disputa entre Paraná e Santa Catarina, muitos interesses estavam em jogo para que os governos buscassem garantir esse território; para além do uso da terra, a região era rica em sua fauna e flora – a erva-mate e as araucárias podem ser utilizadas como exemplo de elementos que interessavam aos dois estados no que tange a se apoderarem dessa região. No que se refere ao encerramento da questão, Werlang (2006, p. 28) indica que

O acordo foi assinado em 20 de outubro de 1916 no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, depois que os dois governadores haviam barganhado cargos federais, entre outros. Apesar de o acordo ter gerado insatisfação popular nos dois estados, seus termos foram reconhecidos pelas assembleias estaduais do Paraná e Santa Catarina em 23 de fevereiro e 7 de março de 1917, respectivamente. Para o governo central, foi o fim do pesadelo. A imprensa nacional não cansou de elogiar o ‘patriotismo’ dos governadores Felipe Schmidt, de Santa Catarina e Afonso Camargo, do Paraná.

Naquele período, um dos principais acontecimentos foi a Guerra do Contestado, disputa que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916. Segundo Valentini (2016, p. 73) “Não há como negar que a questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná também serviu de fermento ao episódio bélico que ocorreu pouco antes do seu desfecho.” Outro elemento que pode ser citado como central para essa disputa foi a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, pela norte-americana *Brazil Railway Company*. Todas essas ações estavam interligadas e faziam parte das tarefas propostas pelos governantes para o avanço dos estados em questão. Com a construção da ferrovia, inúmeras famílias caboclas e

indígenas foram expulsas dos locais que habitavam, em virtude de não possuírem documentos que comprovassem a posse das terras em que residiam. Esse processo de expulsão se tornou viável legalmente a partir da Lei de Terras de 1850, que determinava como a terra deveria ser utilizada e que, para ser dono, era necessário possuir documento oficial que comprovasse a posse.

A Guerra do Contestado perdurou por vários anos, e desde então a terra nunca mais foi vista com os mesmos olhos na região oeste – passou a ser observada como uma mercadoria. Várias empresas colonizadoras se instalaram na região com o intuito de povoá-la, buscando progredir economicamente. Essas ações foram incentivadas pelo Estado em todos os aspectos.

Nesse sentido, ao se definir os limites entre o estado de Santa Catarina e Paraná e com a chegada ao fim da Guerra do Contestado, e a morte de inúmeras pessoas que habitavam esse território, “[...] em 25 de agosto de 1917, o governo catarinense cria, através da lei 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba), e Chapecó, na área incorporada ao território catarinense.” (WERLANG, 2006, p. 28).

Nesse contexto de disputas, até a criação dos primeiros municípios da região, no oeste de Santa Catarina, viviam populações indígenas, especialmente os Kaingang; alguns trabalhadores escravizados fugidos do Paraná e do Rio Grande do Sul que, por diversas razões, aqui haviam se estabelecido; da miscigenação desses grupos, o brasileiro, como se denominavam os habitantes da região – esses sujeitos também se tornaram conhecidos como “caboclos”, denominação indicada a partir da chegada dos imigrantes italianos e alemães, a qual dispensava um olhar depreciativo sobre esse grupo étnico. Segundo Renk (2006, p. 14) “‘brasileiro’ é a sua auto-denominação.”

A forma de viver e se organizar era em torno de atividades de subsistência, ou seja, esses povos não dirigiam sua produção para o mercado na mesma lógica que interessava ao Estado e aos novos habitantes do local. Parte de sua alimentação era garantida através da pesca e coleta; a outra parte, através de pequenas roças abertas com a técnica da “coivara” (utilização do fogo para desmatamento). Ainda se destacam na alimentação do brasileiro feijão, milho, amendoim, arroz, mandioca, fumo e erva-mate, sendo que os excedentes desses produtos eram trocados em pequenos comércios da região por sal e instrumentos de trabalho. Porém, não era o que a elite catarinense da época almejava para o desenvolvimento do estado.

Logo, tais ações entre os grupos étnicos que passaram a ocupar a região tornaram-se extremamente desiguais, pois os que até então residiam nesses locais foram expulsos e as terras foram vendidas, através das empresas colonizadoras, para imigrantes de origem italiana

e alemã em busca de locais para o desenvolvimento da agricultura, pois no seu Estado de origem a terra estava cada vez mais escassa. Assim, o excedente populacional e a saturação dos solos foram duas causas determinantes para a saída dos agricultores descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul. Por isso, tornou-se necessário buscar novas áreas, e a fronteira passou a novamente ser disputada.

Para Bassani e De Toni (2007, p. 142), “As incursões deflagraram intensos períodos de mudanças, tanto político-econômicas como culturais, gerando conflitos com diferentes grupos de caboclos e índios que estas terras já habitavam.” Seguindo esse pensamento, Lisboa (2003, p. 48-49) afirma que

O olhar etnocêntrico do colonizador não compreendeu sua concepção de tempo e por esse motivo o caboclo foi acusado de “perder tempo”, ser desinteressado em acumular bens, ser imprevidente, desapegado à terra, etc. A sua forma de viver não foi compreendida e, quando o classificam como atrasado, está sendo avaliado por critérios estranhos à sua cultura, bem como se considera que parte de sua estagnação deve-se ao sistema de exploração a qual estavam submetidos.

Foi nesse contexto que se iniciou o novo modelo de ocupação da região oeste, através das companhias colonizadoras, em grande parte vindas do Rio Grande do Sul, que lotearam as terras e promoveram a migração de grupos específicos, como de colonos alemães, italianos e poloneses, pois esses grupos apresentavam grande capacidade de explorar a terra dentro da lógica mercantil. Segundo Radin (2009, p. 128), “As terras, antes ocupadas por indígenas e caboclos, se tornaram aqui propriedade de civilizados cidadãos A ou B.” Assim, pode-se compreender que, “Como a concessão do lote se fazia por compra, posseiros caboclos que viviam em terras consideradas devolutas foram excluídos, com anuência das autoridades que viam neles a antítese da civilização.” (SEYFERTH, 2000, p. 150).

Para fortalecer a ideia da colonização como o modelo de desenvolvimento para o estado, no ano de 1929, o então governador catarinense, Adolfo Konder, realizou uma viagem pelo território que compreendia a região oeste. Foi naquele momento que o estado assumiu com maior ênfase o processo de colonização da região, visando sua ocupação por pessoas, preferencialmente, de pele branca. Assim,

[...] em 1929, no oeste catarinense, havia alguns núcleos coloniais e conflitos entre colonizadores e posseiros, chamados intrusos. Nenhuma colonizadora gostaria de ter em suas áreas os chamados intrusos, por ‘inflacionar’ o preço de suas terras. Nos confrontos, nas intimidações e nas práticas de ‘limpeza das terras, atribuíam aos posseiros brasileiros categoremias depreciativas, como seres de índole turbulenta e belicosa. Para qualquer empreendimento imobiliário não seria atrativo, podendo comprometer os negócios das colonizadoras. Nesse sentido, a viagem de Konder em

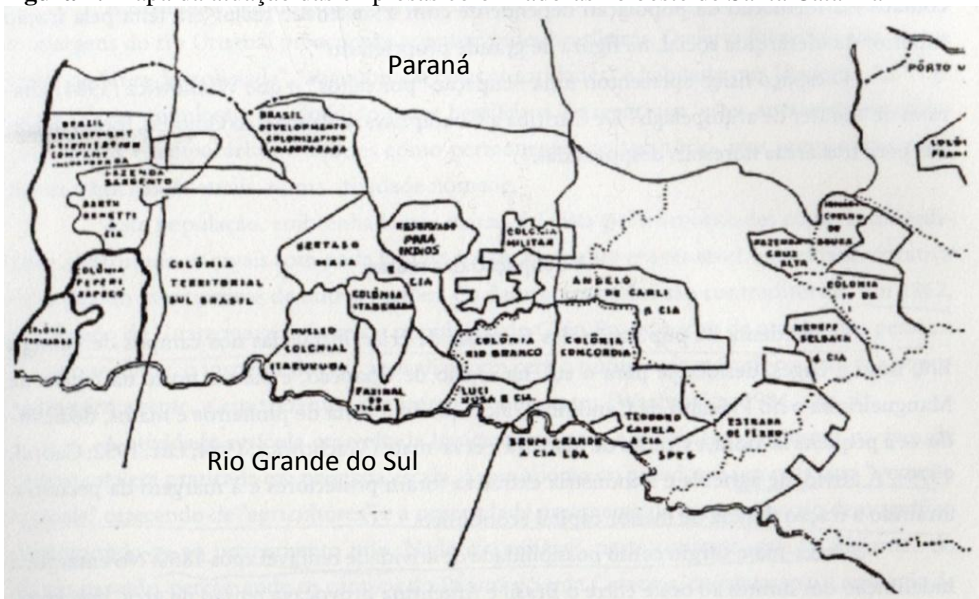
1929 adquire importância para o projeto colonizador em implantação. (RENK, 2005, p. 119).

Contribuindo com este pensamento referente à ocupação do território e ao avanço econômico do País, indica-se que,

Para garantir a posse e a integração definitiva, o governo do estado de Santa Catarina implementava uma política de povoamento ou re-povoamento, que se arrastava desde o final do século XIX, com imigrantes de origem italiana e alemã, procedentes do Rio Grande do Sul. Afinal, a população descendente de índios, africanos e portugueses vivia do extrativismo e da agricultura de subsistência, contrastando com o ideal do Brasil de vocação agrícola. (FLORES; SERPA, 2005, p. 129-139).

Nesse contexto que vivenciava a região oeste catarinense, após anos de disputas, muitas famílias vindas do Rio Grande do Sul foram se estabelecendo, tendo como principal intuito produzir para seus grupos familiares. É possível perceber que as áreas destinadas para a colonização não interferiram nos locais onde havia latifúndios, estabelecidos desde o período imperial, ocupados por famílias que possuíam documentação comprovando e garantindo a propriedade de grandes áreas de terra. Essas áreas são localizadas, principalmente, próximo à divisa com o estado do Paraná, como pode ser verificado na figura 1.

Figura 1. Mapa da atuação das empresas colonizadoras no oeste de Santa Catarina



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Unochapecó). (Edições realizadas pela autora.)

Ao observar a ocupação do território da região Oeste, a partir da ação das empresas colonizadoras, é possível identificar que os locais em que haviam grandes propriedades foram respeitados. As ações das empresas ocorreram nos espaços que eram chamados de “vazios” ou desabitados.

Nesse processo, muitas famílias que não possuíam documentos relativos às terras foram expulsas e se deslocaram para áreas no Paraná, ou passaram a trabalhar nas fazendas da região. A formação e ocupação das primeiras cidades também suprimiram essa força de trabalho, que não tinha condições de comprar ou afirmar que era possuidora de terras. Nesse sentido, a partir do processo de colonização da região, os municípios que haviam sido criados em 1917 passaram a ser desmembrados, e novos municípios foram surgindo no território que compreende o grande oeste de Santa Catarina.

No que se refere à nossa pesquisa, primeiramente ocorreu a emancipação do município de Ponte Serrada, no ano de 1958; naquele município, havia o distrito Coronel Passos Maia; em 1991, esse distrito foi desmembrado do território de Ponte Serrada, criando-se o município de Passos Maia, local de desenvolvimento deste estudo e que será explorado com maior ênfase no item 2.3 deste capítulo.

Desse modo, pode-se afirmar que, ao longo da história e das disputadas da fronteira sul do Brasil e da região oeste de Santa Catarina, a terra se apresenta como o principal instrumento para os conflitos. Quem acessa a terra domina as relações sociais na região. Assim, a partir da metade da década de 1980, as terras intocadas pela colonização passaram a ser ocupadas por família que se organizavam através do MST. A região foco das ocupações de terra são as áreas apresentadas na figura 1, onde havia grandes fazendas, e muitas vezes não cumprindo sua função social de uso da terra, como previsto em constituição deste país. No item 2.2 deste estudo, buscar-se-á apresentar elementos sobre o surgimento dos movimentos sociais, principalmente no que se refere à realidade da região oeste.

2.2 O surgimento dos movimentos sociais da região oeste de Santa Catarina

Atualmente, um dos principais movimentos sociais que buscam dialogar e lutar pela redistribuição da terra no Brasil é o MST. Surgiu como um movimento que buscava enfrentar o modelo de produção hegemônico em implantação no País. Sua história é composta por mais de três décadas de ações junto à classe trabalhadora, visando novas formas de produção e reprodução da vida no campo.

Assim, quando se observa a realidade do campo brasileiro, pode-se visualizar a existência de dois modelos de produção que se encontram em constantes disputas. Esses processos de disputas se configuram de forma desigual, pois historicamente um dos modelos vem se consolidando como hegemônico, sendo detentor de recursos financeiros e incentivos por parte dos governos, que o elegeram como uma estratégia para o desenvolvimento econômico do País.

Dois projetos se confrontam no campo, disputando a hegemonia do território. De um lado estão os grandes empreendimentos do agronegócio, com os monocultivos e seus megaprojetos de infraestrutura de estradas e ferrovias para escoar os produtos, financiados pelo Estado. Do outro lado estão os camponeses com pouca terra e escassos recursos para investir na produção, diversificação e melhoramento dos seus produtos. As empresas do agronegócio se apropriam das terras dos camponeses, desestruturando as comunidades e desorganizando a produção. Percebe-se que tal processo de conflito está centrado nas ações de expansão do capital na região, concentrando terra e explorando o trabalho camponês. (SILVA, 2013, p. 14).

Para entender este processo, é necessário retornar alguns anos na história da formação do estado brasileiro, pois há nesse percurso relações desiguais no acesso à terra como um meio de produção e reprodução da existência. As terras sempre estiveram em nome de poucos, com interesses e relações pessoais em destaque. Dessa forma, desde a chegada dos portugueses, ocorre o movimento de posse das terras a partir do vencedor das disputas.

Nos quatro primeiros séculos de ocupação europeia no território que compreende o Brasil, o latifúndio se apresentou como predominante. Nesse processo, pode-se destacar que os latifúndios se intensificaram principalmente a partir de 1850, com a criação da já citada Lei de Terras, que efetivou o modo de utilização da terra na colônia. Assim, para se tornar proprietário de uma determinada área, era necessário possuir documentos que comprovassem a posse. Porém, no século XX foi que ocorreu a reconfiguração das relações no campo e, com o capitalismo em ascensão, novas práticas passaram a serem implantadas para o desenvolvimento do País. Cabe destacar que a concentração de terras continuou sendo um elemento fundamental para esse novo modelo; porém, sempre houve resistência dos sujeitos excluídos desse acesso.

No Brasil, a partir das diferentes expressões, o olhar sobre os trabalhadores rurais e sua função para o desenvolvimento do País foi se constituindo de forma desigual. Assim, sistematicamente, pode-se dizer que,

Ao longo dessas décadas, houve escravos (indígenas, negros, mestiços), meeiros, colonos, parceiros, assalariados, diaristas e outros. Mas também pelourinhos,

troncos, emboscadas, invasões de terras, greves, prisões e assassinatos políticos. E, houve também romarias, santos milagrosos, monges, cangaceiros, ligas camponesas e sindicatos rurais. Esse é o conjunto das manifestações de antagonismos, crises e lutas que assinala as sucessivas metamorfoses do trabalhador agrícola brasileiro. (IANNI, 2012, p. 127-128).

A partir dos diferentes movimentos, sempre houve embates e disputas nas relações estabelecidas no campo brasileiro. Partindo desse princípio, podem-se destacar lutas como a Guerra do Contestado, explorada no item anterior deste capítulo, ou a de Canudos, na Bahia, nas quais os expropriados das respectivas terras sempre buscaram tecer elementos de resistência em sua história. Assim, a partir da presença desses sujeitos, que na grande maioria das vezes não possuíam documentos das terras em que viviam, e a partir de suas lutas, novas formas de compreender a vida agrária passam a se estabelecer. De um lado, poucas pessoas com grandes áreas de terras e, do outro, os processos de resistência dos excluídos dessa “partilha” devido a sua origem, classe social e modo de vida.

Foi nesse novo campo de disputas, entre modelos de produção para a agricultura, que o processo de modernização passou a ser intensificado no País no século XX. Optou-se por um modelo já em desenvolvimento no cenário mundial, que conduziria os processos agrícolas brasileiros de forma moderna. Nesse contexto, não havia espaço para as relações vistas como “atrasadas” para o uso da terra. E muitas ações foram enfatizadas nesse sentido, como o branqueamento da população e a introdução de meios mais eficazes de produzir. Um exemplo clássico desse processo, que foi se desenvolvendo desde o início do século, é a criação do personagem Jeca Tatu, representando as mudanças que deveriam ocorrer pelas terras brasileiras.

A origem do Jeca Tatu é amplamente conhecida e foi difundida e aplaudida a partir de um artigo de Monteiro Lobato no jornal O Estado de São Paulo, em 1914, intitulado ‘A Velha Praga’, no qual acusava o caboclo de parasita, preguiçoso e avesso ao progresso. [...] Os atributos negativos do caboclo já merecem centenas de críticas contra a obra de Lobato a partir de várias interpretações. Cabe ressaltar que não podemos atribuir ao autor a única responsabilidade pela criação do personagem, pois desde meados do século XIX, podemos encontrar textos na imprensa e em relatórios de governo que fazem duras críticas aos camponeses brasileiros tradicionais, acusando-os de atrasados e ignorantes. (ZARTH, 2011, n/p).

Nesse sentido, é possível perceber que ocorre uma desqualificação do camponês brasileiro, o que vem ao encontro de novas políticas, como, por exemplo, o avanço da colonização europeia, principalmente no sul do País. Esse novo campesinato apresentado como uma nova forma de produção, mais eficiente e de qualidade, não é criado por acaso; a colonização, como explorado no item anterior, é uma política de governo para contribuir com

o desenvolvimento do campo brasileiro. Porém, esse processo de ocupação do território não ousou atrapalhar as grandes propriedades já existentes no território nacional. Deu-se nas terras “vazias”, exatamente onde se encontravam os camponeses que não possuíam títulos de terras e viviam em um sistema voltado à subsistência. A vinda dos imigrantes alterou esse cenário:

O surgimento de campesinato nacional propriamente dito deve-se sobretudo a fenômeno inicialmente marginal no processo de ocupação e exploração do território brasileiro. Ou seja, à exploração policultora de pequenos lotes de terras, sobretudo por agricultores proprietários imigrantes europeus não portugueses, em regiões do território não adaptadas à exploração agrícola e pastoril latifundiária. (MAESTRI, 2012, p. 255).

Existiu, nesse contexto, a necessidade de se criar a imagem de atrasado do camponês tradicional, para que a implementação de novos mecanismos modernizasse a vida do campo e das cidades brasileiras. Todo esse processo não modificou a estrutura fundiária do País; as grandes áreas de terra mantiveram-se intocadas.

Ainda no que se refere ao debate sobre a concentração de terras, é possível compreender sua intensidade a partir de recenseamento realizado no ano de 1950. Nele, apontou-se que,

[...] enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área. O alto grau de concentração da propriedade agrária é aí patente. (PRADO JR., 1979, p. 17).

Esses dados refletem os processos desiguais no acesso à terra no Brasil. A concentração de terras contribui para o aumento das desigualdades sociais e essas ações também fazem parte do modelo hegemônico de produção. Concentrar terra faz com que se aumente as áreas produtivas. Aliado a isso, no novo modelo em nome da modernização, ampliam-se os monocultivos e, assim, a exportação. Nesse contexto de desigualdades de acesso à propriedade,

No Brasil, há muitos anos tiveram início as organizações camponesas. A maior parte das tentativas foi orientada no sentido de constituir sindicatos rurais. Houve bom impulso, no início, mas não chegaram a vingar. Muitos não resistiram à pressão do poder econômico e desapareceram. (JULIANO, 2009, p. 275).

Nesse sentido, com o passar do tempo, novas lutas passaram a ser estabelecidas, mas ainda com temática central voltada para a terra e a vida no campo. O ano de 1944 apresentou-se como um marco para as lutas do campo, pois foi criado um decreto que buscava autorizar a

organização sindical rural de assalariados agrícolas. A partir de 1945, iniciaram-se as primeiras ações organizadas de trabalhadores rurais, levando em consideração o cenário político em que chegavam ao fim a “Era Vargas” e a Segunda Guerra Mundial.

Também foi nesse momento, com o auxílio do Partido Comunista, que os primeiros movimentos relacionados às Ligas Camponesas passaram a ser visíveis no cenário nacional.

Nesse caminho operam os ativistas do Partido Comunista, realizando entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa. (MORAIS, 2012, p. 22).

Porém, foi em 1954 que as Ligas Camponesas ressurgiram com maior intensidade e passaram a organizar as reivindicações dos camponeses. Desse modo,

O movimento das Ligas Camponesas penetrou organizado nos seguintes Estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito Federal (Brasília). (MORAIS, 2012, p. 65).

Atuavam com maior ênfase e detinham maior poder as Ligas localizadas na Paraíba, em Pernambuco e no Paraná. As lutas foram intensificadas principalmente em 1964, meses que antecederam o golpe militar, o qual desestabilizou todas as ações de luta no País. Ainda segundo Moraes (2012, p. 71), “Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária.”

Outro movimento que surgiu no período e se apresentou com grande ênfase no Rio Grande do Sul foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Este movimento

[...] se desenvolveu no Rio Grande do Sul de 1960 a 1964, mobilizou mais de cem mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem-Terra, destacando-se pela formação de acampamentos junto às áreas que pretendiam fossem desapropriadas pelo governo estadual. Essa mobilização forçou, na prática, uma campanha pela reforma agrária. (ECKERT, 2009, p. 71).

Foi no período de 1962 a 1963 que ocorreu o maior número de acampamentos pelo estado. As práticas que visavam estabelecer esses espaços de luta partiam da realidade e dos costumes locais. Segundo Poli (2008, p. 42), “Os acampamentos eram montados a partir de anúncios feitos pelas rádios, convidando para um grande churrasco [...]” – o churrasco

apresenta-se como uma estratégia de aglutinação de pessoas. Os acampamentos tinham como objetivo reunir as pessoas que haviam sido excluídas do processo de distribuição de terras. Assim, mesmo com a grande capacidade de se manter ativo, mesmo com inúmeras represálias, o movimento também sucumbiu com a instauração do golpe militar. Sintetizando esse momento da história brasileira, observa-se que

[...] a questão agrária desde muito cedo esteve no centro das lutas de emancipação no Brasil, fossem elas abolicionistas, republicanas ou separatistas, e atravessou os séculos até os dias atuais – como é o caso de movimentos tão díspares e importantes quanto a Revolução Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem ou a Revolta de Canudos, e que redundaram em organizações como as Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs) ou o antigo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), já no século XX, interrompidos pelo Golpe de 1964. (GARCIA, 2012, p. 458).

Compreende-se que no Brasil, a partir da metade do século, todas as ações voltadas para a agricultura estavam alicerçadas na produção em grande escala, na inserção e uso nas propriedades dos insumos produzidos pelas indústrias estrangeiras, descartando qualquer possibilidade de organização dos camponeses ou de se pensar em outra forma de desenvolver a agricultura. Nesta realidade, pode-se destacar que,

A partir da década de 1960, o capitalismo mundial inicia o processo de internacionalização da produção sob a ‘coordenação’ dos Estados Unidos, ou seja, as empresas transnacionais passam a procurar novas áreas de produção que possibilitem a ampliação da acumulação capitalista (baixos salários e novos mercados consumidores. [...] O Brasil, então por meio da ditadura militar forjou as condições políticas e sociais para o implemento de um novo modelo capitalista assentado no capital estrangeiro. A agricultura familiar brasileira, com o modelo agrícola dos militares, tornou-se inviável, incapaz de continuar se reproduzindo no novo paradigma econômico. A agricultura capitalista articulou-se com a indústria e imprimiu um novo padrão produtivo, baseado no cultivo intensivo do solo, na utilização de insumos químicos e no emprego de máquinas industrializadas. (SILVA, 2004, p. 29-30).

Nesse sentido, fica claro que, para o governo militar, a introdução desse modelo de produção era essencial para o desenvolvimento. Desse modo, a relação entre a agricultura voltada para o capital e as indústrias se completava, pois era necessário absorver a produção de insumos e posteriormente comercializar e exportar a produção agrícola. Com a criação do Estatuto da Terra, a partir da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, passou-se a estipular parâmetros para a Reforma Agrária no País.

O Estatuto da Terra classificou os imóveis rurais em quatro categorias, de acordo com o seu tamanho em termos de módulos rurais (unidade de medida, em hectares,

que buscava exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições de aproveitamento econômico): minifúndio [...]; latifúndio por exploração [...]; latifúndio por extensão [...]; empresas. [...] O Estatuto da Terra previu as condições institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social e a transformação do latifúndio em empresa. (MEDEIROS, 2012, p. 447).

Nesse sentido, visando à adequação da produção a partir das políticas adotadas pelos governantes, esse modelo que se tornou hegemônico está alicerçado no que pode ser chamado de “Revolução Verde”. Este método de produzir foi fortemente difundido nos países em desenvolvimento a partir da década de 1960.

[...] a revolução verde, uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los. Ressaltamos que em muitos países, os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em infraestruturas de irrigação, drenagem e transporte. (MAZOYER, 2010, p. 28-29).

Essa lógica de produzir está ancorada na produção em grande escala e em grandes áreas de terra. Os investimentos para esse modelo produtivo são altos; necessitava-se, pois, que os produtores possuíssem estabilidade e reservas para caso houvesse problemas com clima, pragas, entre outros fatores. Na realidade das famílias camponesas, para acessar tais produtos inovadores para a agricultura, foi necessária a realização de empréstimos e financiamentos nos bancos, o que, com o passar dos anos, inviabilizava a produção, pois as famílias estavam cada vez mais endividadas e não conseguiam pagar as contas e adquirir mais produtos para continuar competindo no mercado com a sua produção. Outro fator presente: nem todas as famílias conseguiram se enquadrar nesse processo e ficaram à margem, tendo que recorrer ao crescimento desordenado das cidades, engrossando as fileiras do êxodo rural.

Em vários casos o mundo agrário decresce de importância, ou simplesmente deixa de existir, se se trata de avaliar sua importância na organização e dinâmica das sociedades nacionais e da sociedade global. É claro que o mundo agrário continua a existir, estar presente e até mesmo revelar-se indispensável, mas diverso, transformado, transfigurado. [...] Ocorre que o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados internacionais. São núcleos ativos e predominantes, articulando atividades produtivas e mercados, geopolíticas mercantis e marketings, modalidades de produtos e ondas de consumismo. Ainda que subsistam e se recriem as mais diversas

modalidades de organização do trabalho e da produção, muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subsumido pelo grande capital fluando pelo mundo afora. A estratégia das transnacionais tem provocado mudanças no uso do solo e na orientação das atividades agrícolas. (IANNI, 2001, p. 37).

Ainda segundo Ianni (2001, p. 45), “Além de ‘revolucionar’ as condições socioeconômicas, políticas e culturais do mundo agrário, as corporações se impõem mais ou menos decisivamente aos Estados Nacionais.” Assim, esses grupos empresariais que possuíam os monopólios da produção agrícola também estavam atrelados aos governos, contribuindo para a consolidação de suas ações. Para os governos, essas intervenções eram importantes, pois se estava atribuindo um novo olhar sobre o Brasil no cenário mundial, contribuindo para o desenvolvimento da Nação. Com isso, o latifúndio conhecido até o momento passou a ser questionado e novas formas de organização desses territórios surgiram.

Nos anos 1950, o tema voltou a ganhar fôlego no bojo de intensas discussões sobre a necessidade de desenvolvimento e industrialização. Nesse momento, o termo latifúndio consolidou o sentido que ganhara anteriormente como sinônimo de monopólio da terra, atraso tecnológico e relações de trabalho marcadas pela dependência pessoal e pela exportação. Tornou-se o símbolo de um atraso que deveria ser superado, quer fosse lido como expressão do capitalismo (Caio Prado Jr.) ou da presença de restos feudais (Alberto Passos Guimarães), como mostra Moacir Palmeira (1984). (MEDEIROS, 2012, p. 446).

O fortalecimento das ações relativas ao setor empresarial no meio rural foi incentivado pelo governo. Assim, ainda segundo Medeiros (2012, p. 448),

Esses estímulos atraíram também grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural, interessadas na especulação com a terra. Com esse tipo de política, a ideia de criação de uma classe média rural deixou de ser relevante. Da mesma forma, perdeu-se de vista que a definição de empresa não poderia ser feita apenas pelas suas características produtivas, mas também pelo respeito à legislação trabalhista e pela preservação ambiental, condição para que o imóvel cumprisse a sua função social, segundo o Estatuto da Terra. Ao longo das transformações que implicaram a modernização tecnológica das atividades agropecuárias – mecanização em larga escala, introdução de insumos químicos, aumento de produtividade, agroindustrialização, redução drástica da população rural em relação à urbana e expansão da fronteira agrícola –, as condições de trabalho no meio rural se deterioraram, bem como as condições de reprodução da propriedade familiar.

Não se negava a existência da pequena produção, porém os grandes investimentos estavam atrelados a esse novo olhar de desenvolvimento da economia do País. Assim, “A pequena produção continua a ser importante no conjunto da vida socioeconômica no mundo agrário. Entretanto, essa pequena produção encontra-se em geral determinada pelas exigências da grande produção.” (IANNI, 2001, p. 39). Novamente os personagens com menor poder nas

relações estabelecidas em sociedade sofreram as consequências por não se adequarem ao modelo de produção.

No que se refere à realidade da região oeste de Santa Catarina, nesse período, as ações relacionadas à modernização agrícola também foram intensificadas. Levando em consideração que boa parte do território foi ocupado pela pequena propriedade, devido à colonização, as ações desse novo modelo produtivo acarretaram inúmeros problemas para as comunidades. Automaticamente, as famílias anteriormente expropriadas dos seus locais de origem, porque não possuíam documentos sobre as terras, novamente passaram a sofrer as consequências dessas políticas. Como já tratado, o êxodo rural foi fortemente intensificado nesse período e, com a criação das agroindústrias nas cidades-polo, essa força de trabalho passou a assumir novas funções.

Na busca de refletir sobre a grande concentração de terras que se vivia no País, sobre as transformações do trabalho na área rural e as demais contradições vivenciadas nesse momento da história, iniciaram-se os debates acerca da Teologia da Libertação, a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 1975. As igrejas cristãs obtiveram grande influência para o surgimento dos movimentos sociais na região e no País de um modo geral. Segundo Renk (2000, p. 372),

A CPT, formada nacionalmente pelas lideranças das ‘igrejas cristãs’, numa perspectiva ecumênica, conta com a presença da IECLB, Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Metodista, Assembléia de Deus e da CNBB. No Oeste de Santa Catarina unicamente a Igrejas Católica – através da Diocese de Chapecó – e a IECLB – pelo Distrito Eclesiástico do Alto Uruguai – participaram dessa comissão. Criada em 1977, procurou ‘dessacramentalizar’ a pastoral, centrando suas atividades no sindicalismo rural, pelo descompasso que havia entre a diretoria e a base sindical. Deve ser lembrado que no período militar o sindicalismo rural esteve voltado a questões de ordem médica e assistencial, e, na maioria dos sindicatos, outras questões do campesinato eram relegadas como segunda ordem.

É possível perceber, pois, que a partir da criação da CPT na região os debates acerca do campesinato e os dilemas da vida rural passaram a ser compreendidos como pontos de pauta dos sindicatos, para além dos cuidados com saúde e assistência. Desse modo, as ações desenvolvidas pela CPT ocorreram

[...] junto dos homens e mulheres do campo em toda a sua diversidade: pequenos proprietários, agricultores familiares, agricultores sem-terra, camponeses e camponesas de diversos matizes – quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e outros muitos –, trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados, com atenção especial para os submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. (CANUTO, 2012, p. 128).

Nesse processo, uma das principais lideranças que contribuíram com a questão agrária e indígena na região oeste foi o bispo Dom José Gomes.

As décadas de 1970 e 1980 foram o período em que D. José teve as suas atividades políticas mais intensas. Com a organização da base nas comunidades, a Igreja Católica era uma retaguarda política que sustentava as posições progressistas, especialmente os assuntos relacionados à questão da terra: os Sem Terra, os Pequenos Agricultores e os Índios. (UCZAI, 2002, p. 210).

E um dos principais elementos que auxiliaram para a articulação e o surgimento dos movimentos sociais foi o processo de modernização agrícola. Na região oeste, local de nosso estudo, os respingos desse processo atingiram com intensidade as famílias que viviam no campo. Aponta-se que

Nas décadas de 70 e 80, no entanto, o Oeste Catarinense conheceu profundas transformações econômicas, sociais e políticas. O início do processo de industrialização, baseada na agroindústria, e a crescente submissão da pequena produção a sua lógica, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola, determinaram uma profunda crise na produção agrícola tradicional, que caracterizava predominantemente a região. (UCZAI, 2002, p. 175).

Todo o processo de modernização agrícola comprometeu severamente as pequenas propriedades na região, as quais se estabeleciam a partir da produção de pequena escala, principalmente para a subsistência dos grupos familiares e com a escoação dos excedentes produzidos. Com a introdução de agroindústrias na região e a necessidade da produção para grandes mercados, vendiam-se aos agricultores os pacotes de produtos, sementes e animais, tendo como foco garantir uma produção maior e mais rentável. Esses pacotes eram oriundos de grandes empresas multinacionais e serviam para ampliar a produção, porém ao mesmo tempo tornavam os agricultores reféns de seus produtos.

Foi nesse contexto que, na década de 1980, surgiram movimentos sociais do campo na região: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros movimentos e sindicatos que expressaram ao longo dos anos os inúmeros conflitos e processos de exclusão vivenciados na região. O surgimento desses movimentos sociais está fortemente atrelado aos processos de modernização agrícola vivenciados pelo País.

Nesse sentido, pode-se conceituar o MST como

[...] um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (FERNANDES, 2012, p. 496).

Assim, articular os diferentes grupos de camponeses pobres e o apoio de diversos lutadores sociais foi questão fundamental para o surgimento e a organização do MST na realidade brasileira. Ainda segundo Fernandes (2012, p. 496),

Seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituiu-se, então, um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST. O I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos da década de 1970, com lutas por terra nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Sobre as ocupações de terras que deram origem ao movimento, pode-se elencar que “O oeste catarinense foi um dos lócus importantes de gestação e de surgimento do MST.” (POLI, 2008, p. 88). As primeiras ocupações de terra ocorreram em 1979 no Rio Grande do Sul e em 1980 em Santa Catarina. A ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980, no município de Campo Erê (SC), apresenta-se como um dos marcos fundamentais da organização do movimento no estado e no cenário nacional.

No ano de 1981, foi realizada ocupação que originou o acampamento da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta (RS), ação fundamental para a organização do movimento social e para sua consolidação.

O acampamento da Encruzilhada Natalino é uma das maiores referências históricas na gênese do MST. A organização e a mobilização dos sem-terra emergiram da resistência à repressão do Governo Federal, que utilizou o Coronel Curió para desmobilizar o acampamento, e se constituiu em novo paradigma para a organização dos sem-terra, identificados como a democracia direta e auto-organização do grupo. (SILVA, 2004, p. 37).

Foi a partir dessas articulações e do anseio por terra para produzir e reproduzir a vida que esses grandes acampamentos passaram a fazer parte do cenário brasileiro. Este acampamento “[...] resultou no desdobramento das lutas, cujas origens remontam à década de 60, quando o MASTER (extinto em 1964) organizou alguns acampamentos de sem-terras.” (POLI, 2008, p. 97).

Foram as ocupações de terra e a formação dos acampamentos que tornaram o movimento social visível para o Brasil e o mundo; passou-se a materializar as grandes desigualdades sociais apresentadas a partir da má distribuição de terras.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. É impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a. A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 2000, p. 19).

Essas ocupações representaram um marco fundamental para a organização do movimento e geraram condições, mesmo que de uma forma inicial, para mudanças de ordem organizativa e produtiva. Foram essas ações que possibilitaram a formação dos primeiros assentamentos e a promoção de uma política, mesmo que falha, de Reforma Agrária. Assim, as ações de ocupar e lutar pela redistribuição de terras foram fundamentais para o processo de redemocratização do País, tendo em vista que desde 1964, com o golpe militar, a grande maioria das entidades sociais havia sido reprimida.

No cenário catarinense, após a estruturação do movimento, a ocupação realizada no município de Abelardo Luz no dia 25 de maio de 1985 apresenta-se como um marco para a organização do MST no estado. Ainda segundo Poli (2008, p. 109),

Essa ocupação em 1985 foi um marco decisivo na organização do movimento, não só no oeste catarinense mas também no estado e mesmo no país. Foi a partir deste fato que o movimento ganhou uma representação nacional e passou a construir uma infra-estrutura que lhe permitiu agir com mais autonomia em relação à igreja, sindicatos e outras instituições.

Aquele ano foi importante para a organização e o fortalecimento do MST na realidade da região estudada. Ainda no que se refere ao período, para além da ocupação de Abelardo Luz, outros municípios tiveram a organização de acampamentos: “[...] São Miguel do Oeste, Anchieta e Mondaí, mobilizando mais de duas mil famílias.” (BRUNETTO, 2002, p. 221). Foi a partir dessas ocupações que começaram a surgir os primeiros assentamentos de reforma agrária vinculados à luta do MST no estado de Santa Catarina.

A partir desse debate, serão abordados no próximo item elementos sobre a organização

dos primeiros acampamentos no município de Passos Maia, e como surgiram os assentamentos, em que residem as mulheres feirantes e sem-terra interlocutoras deste trabalho.

2.3 O município de Passos Maia: a influência dos acampamentos/assentamentos no seu processo de constituição

A partir da contextualização realizada nos itens anteriores, no que se refere à ocupação do território que compreende a região oeste de Santa Catarina, bem como dos processos de modernização agrícola e surgimento dos movimentos sociais do campo nesse cenário, dentre eles o MST, buscar-se-á, neste item, apresentar elementos sobre essa realidade em Passos Maia, lócus de nosso estudo. Assim, serão realizados apontamentos sobre a constituição do município e as ações do MST nesse município.

Inicialmente, o território que compreende Passos Maia pertencia a Cruzeiro (atualmente Joaçaba), que foi criado no ano de 1917. Com a política de desmembramento, na metade do século XX, esse território passou a ser denominado município de Ponte Serrada, tendo em sua organização um distrito Coronel Passos Maia. A partir da realização de um plebiscito, que ocorreu no dia 31 de março de 1991, foi aprovada a lei de criação de um novo município. Assim, no dia 12 de dezembro do mesmo ano, foi criado o município de Passos Maia. Esse processo veio consolidar a política de desmembramento adotada pelo estado catarinense ao longo do século.

O município de Passos Maia (Figura 2) localiza-se no meio oeste catarinense, fazendo parte da Região Oeste. Tem como “latitude 26°46’48” sul e “longitude 52°03’34” oeste. É limítrofe, ao norte, com o município de Palmas (PR); ao sul, com o município de Ponte Serrada; a leste, com o município de Água Doce; a oeste, com os municípios de Vargeão e Abelardo Luz. Com um território de 616,26 km², possui uma população estimada de 4.243 pessoas, segundo estimativa do IBGE realizada no ano de 2017.

Nesse território, a inserção das empresas colonizadoras foi muito pequena, pois havia grandes propriedades de terra que, como se observou anteriormente, foram respeitadas, garantindo que o latifúndio brasileiro continuasse intocado. Porém, com o passar dos anos e com todas as desigualdades de acesso à terra, esse território tornou-se fundamental para repensar a estrutura agrária do País, como foi possível observar nos itens anteriores deste estudo.

Figura 2. Localização do município de Passos Maia no estado de Santa Catarina



Fonte: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>

Visando caracterizar o surgimento dos acampamentos e assentamentos na região estudada, indica-se que no município de Ponte Serrada, em 29 de outubro de 1985, foi realizada a criação do primeiro assentamento do estado de Santa Catarina, oriundo do acampamento realizado em Abelardo Luz denominado 25 de maio. Assim, a partir daquela data, foi criando o assentamento 25 de maio, ou Derrubada⁷.

Com a criação desse assentamento, o governo municipal da época buscou estabelecer estratégias para assentar as famílias que necessitavam de terras, como forma de frear as ações dos movimentos sociais na região. Assim, ocorreu o processo de constituição de dois assentamentos; 12 famílias foram fixadas na localidade Fazenda Sapateiro e formaram o Assentamento Sapateiro I, no ano de 1988. Na mesma época, outras 11 famílias de agricultores sem-terra de Ponte Serrada foram assentadas na Fazenda Taborda, dando origem ao Assentamento Taborda. É importante salientar que esses dois assentamentos foram constituídos através de uma parceria da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁷ Refere-se à fazenda que foi desapropriada para a instalação do primeiro acampamento no estado. Para os documentos do INCRA, este é o nome do assentamento; para as famílias, o nome é 25 de maio, pois se refere à grande ocupação realizada em Abelardo Luz em 1985.

Diferente do processo anterior, em 20 de novembro de 1995, ocorreu a primeira ocupação de terra organizada pelo MST no município de Passos Maia, realizada em uma localidade denominada Fazenda Ameixeira (Figuras 3 e 4). Esse acampamento foi se estruturando, e aproximadamente 800 famílias de vários municípios do estado de Santa Catarina passaram a se organizar na luta pela terra nesse território. Na região, havia inúmeras fazendas, com grande concentração de terra e que, segundo o movimento social, não cumpriam sua função social. Desse modo, tornou-se um local importante para a constituição de acampamentos e a continuidade da luta pela terra.

Nas imagens localizadas junto ao CEOM, no Arquivo do MST, é possível perceber diversos elementos sobre a organização do acampamento nesse local. Por exemplo, a bandeira do movimento hasteada na entrada do município representava um símbolo de demarcação do território que as famílias passaram a ocupar e de onde reivindicavam o acesso à terra.

Figura 3. Acampamento Ameixeira, Passos Maia (SC)



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Unochapecó).

Contribuindo com a caracterização do primeiro acampamento no município de Passos Maia, das 16 mulheres feirantes entrevistadas durante a pesquisa de campo, 6 participaram dessa ocupação e viveram no acampamento da Ameixeira. Nesse sentido, puderam relatar como foi o processo de organização até a chegada ao acampamento e, posteriormente, como foi a participação nesse local, visando à conquista do acesso à terra como um fator fundamental para a sobrevivência de suas famílias. Assim, uma das entrevistadas nos indica:

Eu participei na ocupação da Ameixeira. A gente teve uma reunião na comunidade com os sindicalistas e passou uma experiência dos assentamentos de Dionísio Cerqueira e eu achei muito bonito as experiências que eles tinham lá no coletivo e daí, como a gente não tinha terra, a gente optou por vir pra ocupação. A gente viu que era uma coisa boa e bonita que a gente precisava, porque a gente não tinha terra, dependia de trabalhar na terra dos outros e foi que se convencemos de vir pra ocupação da Ameixeira há 22 anos atrás, foi aqui na Ameixeira em Passos Maia. (Entrevistada A).

Neste relato, pode-se perceber o papel importante de pessoas que realizavam a articulação das famílias que não possuíam terras – neste caso, a assentada utiliza o nome de sindicalistas. Apresentar experiências de outros assentamentos que estavam se constituindo na região era uma das estratégias de convencimento da população para que participassem dos acampamentos. Foi através do trabalho de base nas comunidades que o movimento social passou a se fortalecer e agregar mais famílias na luta pelo acesso à terra. Percebe-se, ainda, no relato que a família trabalhava em fazendas e não possuía terra em seu nome para o desenvolvimento da agricultura. Com a inserção no acampamento e na organização do MST, conquistaram o direito de uso de uma parcela de terras.

Figura 4. Acampamento Ameixeira, Passos Maia (SC)



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM (Unochapecó).

Ao observar as imagens referentes ao acampamento, bem como a fala de nossa entrevistada, é possível perceber que, naquela ocasião, participar do acampamento se apresentava como uma forma de sobrevivência, pois ao longo da história essas famílias foram expropriadas das terras em que viviam, já que não possuíam documentos que comprovassem a

posse. Junto a elas, encontram-se famílias que foram afetadas pelo processo de modernização agrícola. Nesse sentido, compreender a história desses sujeitos, das pessoas comuns e excluídas do acesso à propriedade, é algo fundamental para nosso estudo.

Contribuindo com este pensamento, outra entrevistada nos indica o quanto aprendeu e transformou sua vida ao participar dos acampamentos:

Pra mim foi uma faculdade dentro do acampamento, porque a gente aprendeu muita coisa lá, a dar valores mais pras coisas, cada potinho, às vezes a gente não dava aquele valor. Pra mim foi uma faculdade esses quatro anos que eu fiquei lá. Daí hoje eu sou assentada e graças a Deus hoje eu tenho tudo que eu sonhei. Em 2001 eu fui assentada, em 1996 eu fui acampar e acampeí lá no Santo Antonio aquela vez, lá onde era a Ameixeira. Mas logo em seguida eles foram assentados daí a gente saiu de lá, daí nós viemos pra cá, pra esta região de cá. [...] Já tinha o Quiguay e o Sapateiro I... já eram assentados aquela época. (Entrevistada B).

Esta entrevistada também vivenciou a experiência no acampamento Ameixeira, porém nos apresenta que durante esse processo foi necessário se deslocar para outro local, organizando um novo acampamento, tendo em vista que um grupo de famílias seria assentado numa outra fazenda nas proximidades do acampamento. Na ocasião, ocorreu a criação do assentamento Zumbi dos Palmares. Também aponta a entrevistada que, no momento em que se deslocaram para outra área de terra e estabeleceram um novo acampamento, os assentamentos Quiguay e Sapateiro I já existiam. Nesse sentido, relata que, ao longo do processo de ocupação na região, as famílias desses assentamentos contribuíam com as famílias que ainda estavam em luta para acessar a terra.

Esse fato alertou e despertou a organização dos movimentos sociais do campo sobre a concentração de terras existentes no município e a necessidade da reforma agrária. Assim, uma série de novas ocupações ocorreu no município de Passos Maia, fazendo com que houvesse o enfrentamento a esta problemática.

No que se refere às demais entrevistadas neste estudo, pode-se dizer que vivenciaram situações distintas a possibilitar que fossem assentadas na atualidade: algumas passaram por outros acampamentos; outras trabalhavam nas fazendas e, ao serem desapropriadas e com a criação dos assentamentos, receberam uma parcela de terra e tornaram-se donas do espaço onde viviam. Sobre esse tema, uma das entrevistadas indica:

Tem muita diferença. Que nem nós era empregado, agora a gente tem o pedacinho de terra da gente, pra gente plantar né? ...tranquilo. Naquele tempo a gente era empregado e tinha que obedecer o patrão. [...] Antes era só duas ou três famílias pra um monte de terra, pouquinha gente... e agora desenvolveu bastante. (Entrevistada D).

Desse relato é possível perceber as mudanças vivenciadas no local. Segundo a entrevistada, uma região em que viviam poucas famílias desempenhando trabalho para os fazendeiros passou a ter mais famílias, e isso fez com que o local se desenvolvesse. Assim, percebe-se que as famílias que trabalhavam na região e que não possuíam terras, pois eram empregadas, também foram beneficiadas com a criação dos assentamentos.

Durante esse processo histórico de ocupações no município de Passos Maia, foram constituídos 14 assentamentos, com aproximadamente 480 famílias. Esses assentamentos são denominados Taborda, Sapateiro I, Sapateiro II, Quiguay, Zumbi dos Palmares, Madre Cristina, Maria Rosa, 20 de novembro, 29 de junho, Che Guevara, União do Oeste, 13 de junho, Conquista do Horizonte e Conquista de Sepé. As mulheres que compõem o grupo de feirantes residem nesses assentamentos. Intrinsecamente a esse processo histórico de constituição dos assentamentos no Brasil e, mais precisamente, na realidade de Santa Catarina, as mulheres foram fundamentais para a efetivação das lutas estabelecidas pelo MST.

Quando questionada sobre as mudanças nesse processo, uma de nossas entrevistadas relata:

Meu Deus, muita coisa mudou. Eu acho que quando a gente tá acampado a gente tá ali com a expectativa de ganhar terra, mas a partir de que você fica num acampamento você vai estudando, a gente vai aprendendo que não é só a terra, mas sim é lutar por nossos direitos, é ter casa, saúde, uma qualidade de vida diferenciada. E hoje a mudança que nós temos é que nós temos casa, nós temos luz, a produção que nós temos, a gente pode produzir de tudo em cima do lote pra nós sobreviver, porque no acampamento a gente não faz isso, porque ainda a terra não é da gente. Mas a partir de que for assentado e que mora no assentamento tem condições de produzir de tudo, ter a casa, a luz e tirar o sustento em cima de sua própria terra. (Entrevistada C).

Com a efetivação dos assentamentos, após os longos períodos de organização nos acampamentos, pode-se perceber que as ações voltadas para o desenvolvimento do MST passam a ir além do acesso à terra. Nossa entrevistada aponta elementos neste sentido, pois, a partir da constituição dos assentamentos, outras pautas passam a serem incluídas nos debates da organização e da vida das famílias. A assentada indica a necessidade de se lutar pela casa, pela energia elétrica, mas outros temas como saúde, educação, produção e comercialização também se tornam fundamentais. Assim, novas demandas começam a fazer parte da pauta e das ações da organização. Nesse cenário,

Na década de 90 o movimento passa a voltar sua estratégia também para a agregação de valor aos produtos dos assentamentos, promovendo, através de cooperativas, iniciativas de agroindustrialização, como mini-usinas de leite, queijarias e produção de leite longa vida. (LEITE, 2004, p. 55).

Ainda sobre as mudanças sentidas durante o processo de constituição dos assentamentos, indica a Entrevistada E:

Até hoje são positivas, e eu acredito que melhorou muito. Pra quem conheceu aqui esse assentamento antigamente, há 15 anos atrás, 20 anos atrás, pra agora nossa! ... deu um salto enorme na qualidade de vida das pessoas, na produção de alimentos, na forma de organização da produção aqui dos assentamentos, nossa! Dá pra ver os lotes aí tudo bonitos, cheios de produção. Praticamente todas as famílias têm uma hortinha pra ter a sua salada, o legume, a própria carne né?

A experiência histórica das mulheres feirantes não está solta no tempo e espaço. Está alicerçada num contexto de permanentes disputas que foram alterando e transformando esse cenário, possibilitando, pois, o surgimento da Feira da Reforma Agrária no ano de 2014. A efetivação de políticas públicas foi responsável para a contribuição e organização das mulheres através da comercialização da produção no próprio município. Esse debate será realizado com maior intensidade no próximo capítulo deste estudo.

3 A experiência da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC): as mulheres na organicidade do MST

A partir das reflexões sobre a constituição da região oeste de Santa Catarina e do surgimento do MST nesse contexto, neste capítulo, serão analisados elementos sobre a constituição da Feira da Reforma Agrária. Parte-se do princípio de que todos os aspectos apresentados no decorrer do primeiro capítulo contribuíram para a organização deste espaço de comercialização e resistência promovido pelas mulheres sem-terra. Assim, será apresentada a Feira da Reforma Agrária como uma experiência histórica produzida pelas mulheres sem-terra e que residem nos assentamentos de Passos Maia (SC). Será realizada uma reflexão sobre como a Feira se desenvolveu a partir da ação dos diferentes atores e de acesso a diferentes projetos e recursos financeiros que possibilitaram sua existência.

Num segundo momento, buscar-se-á apresentar quem são as mulheres sem-terra feirantes que compõem o grupo. Assim, serão analisados dados oriundos da pesquisa de campo, tanto documentais como a partir das entrevistas – através da história oral –, buscando caracterizá-las. Os debates serão propostos a partir dos conceitos da participação e das relações de gênero no interior dos assentamentos de Passos Maia.

Por fim, serão descritos elementos referentes à produção desenvolvida por essas mulheres. Neste sentido, buscar-se-á compreender de que forma são produzidos os alimentos comercializados na Feira e quais os impactos vivenciados pelas mulheres e pelos consumidores desses alimentos.

Assim, neste capítulo, será realizada a caracterização da Feira da Reforma Agrária, como uma experiência histórica que pode dialogar com as demais realidades do País e do mundo. Apresenta-se a realidade de um grupo específico, mas que está inserido na forma de produzir e reproduzir a vida em sociedade.

3.1 A Feira da Reforma Agrária de Passos Maia (SC): uma experiência histórica de mulheres sem-terra

Organizar uma feira, um espaço de comercialização de alimentos, ao longo dos tempos, se apresenta como uma estratégia de sobrevivência dos povos; observam-se inúmeros exemplos desse processo. Desse modo, pode-se dizer que

Historicamente não é precisa a datação da origem das feiras livres, podendo estas ser remontadas a 500 AC, em particular no hoje denominado Oriente Médio. Mas sua importância para o mundo ocidental irá se revelar na Idade Média, onde, após as Cruzadas e a volta da circulação de mercadorias, as feiras eram os mercados itinerantes onde esses produtos exóticos ou estrangeiros eram comercializados, juntamente com os produtos locais. A feira livre desempenhou um importante papel na implantação do dinheiro, na manutenção do capitalismo e no surgimento das cidades. (SANTOS; FERREIRA; SANTOS, 2014, p. 685).

Assim, com o passar do tempo, as formas de organizar a comercialização de produtos foram se alterando. Ocorreu, nesse processo, a criação de novos espaços voltados para a venda dos produtos, constituindo-se a partir de vendas, bodegas, até chegar à estrutura de mercados, supermercados e hipermercados. Também podem-se citar na realidade atual as lojas de departamento, que buscam comercializar os mais variados produtos: desde alimentos, eletrodomésticos, roupas, calçados, entre outros.

Contribuindo com este pensamento, e adentrando a realidade brasileira, indica-se que,

A partir de 1960, nas cidades mais populosas os supermercados alijaram a comercialização artesanal e as populações passaram a se abastecer, também, nas centrais de abastecimento, que são grandes entrepostos que centralizam a comercialização de frutas, verduras, raízes, tubérculos, bulbos e outros produtos perecíveis permitidos pela Vigilância Sanitária. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2015, p. 46).

Pode-se considerar que esse processo está atrelado ao avanço no desenvolvimento da produção e da comercialização de alimentos, pois, como visto no primeiro capítulo, trata-se de um processo de modernização capitalista da agricultura e de incentivo ao estabelecimento de sistemas agroalimentares globais. Por isso, justifica-se a criação de grandes estabelecimentos comerciais que venham se constituir como a principal forma de escoação da produção do País. A implantação dessa forma de comercialização de alimentos em grande escala é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

Nesse contexto, as feiras se apresentam na contramão do processo vigente. Elas são formas de comercialização local, estratégia utilizada pelos agricultores para fugir, enfrentar e/ou resistir ao monopólio e à hegemonia das empresas capitalistas. O sistema de produção que prioriza os grandes mercados explora e muitas vezes exclui famílias oriundas da agricultura familiar e camponesa; desse modo, realizar uma comercialização local destaca-se como enfrentamento a esse modelo hegemônico de produção, também contribui para a geração de renda aos grupos familiares.

Outro fator a ser levado em consideração é a forma como são produzidos esses alimentos. Na grande maioria, são constituídos a partir de práticas agroecológicas,

comercializados de forma *in natura* e, quando beneficiados, são produzidos em pequenas quantidades. Devido a isso, são produtos que não suportam viagens e longas distâncias para serem comercializados.

O proposto pelos sistemas agroalimentares capitalistas, ao industrializarem e exportarem seus alimentos, necessita que ocorra uma maior durabilidade nas prateleiras dos comércios; para isso, muitos aditivos químicos são inseridos nos alimentos industrializados. Ainda, essas grandes corporações distribuem suas fábricas em várias partes do mundo, tendo como intuito fortalecer os seus mercados e, muitas vezes, provocando destruição do ambiente nessas localidades. Neste cenário,

Parte-se da avaliação de que o desenvolvimento capitalista no campo, baseado na concentração da propriedade e da renda, tem sido socialmente excludente, destruído o meio ambiente e gerador de dependência econômica perante grandes capitais internacionais. Em contraposição, propõe-se um desenvolvimento baseado em pequenas propriedades organizadas em regime familiar, que produziriam alimentos e outros produtos por meio de tecnologias ambientalmente sustentáveis, o que permitiria a todas as pessoas que trabalham na agricultura viverem com dignidade e realizarem-se pessoalmente. (SILIPRANDI, 2015, p. 293).

Nesse sentido, a constituição de cadeias agroalimentares curtas⁸ se estabelece como uma alternativa para modificações na forma de produção e comercialização de alimentos. A Feira realizada no município de Passos Maia tem como intuito estabelecer essa aproximação entre as produtoras e os compradores, que na sua grande maioria residem na área urbana. Nesse espaço, ocorre troca de informações e se estabelecem relações de confiança entre os sujeitos envolvidos nas transações comerciais. Também ocorre relação com os demais comércios do município, já que as feirantes buscam construir redes de apoio para o desenvolvimento das atividades da Feira.

Feiras de produtos ecológicos, cooperativas de consumo e entrega direta de cestas de alimentos são alguns exemplos de iniciativas que buscam reduzir a distância entre produtores e consumidores, valorizando circuitos locais de comercialização e reforçando formas comunitárias de organização social. (MEDEIROS; MARQUES, 2013, p. 115).

Por isso, salienta-se que as feiras buscam repensar o acesso aos alimentos e o tipo de alimentos que as pessoas consomem na atualidade. São, acima de tudo, estratégia de manutenção dos pequenos agricultores, pois se apresentam como a comercialização da

⁸ Compreende-se por cadeias agroalimentares curtas “[...] formas de comercialização da produção agrícola que busca a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permita maior interatividade na construção mútua de relações de confiança.” (SCARABELOT; SCHENEIDER, 2012, p. 107).

produção excedente, garantindo a geração de renda para seus grupos familiares. O cuidado com as sementes crioulas e com a natureza também é tarefa assumida por esses grupos, com o intuito de melhorar a produção e torná-la cada vez mais autossuficiente. Busca-se, ainda, melhorar a qualidade de vida dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Partindo dessa realidade e tendo em vista as inúmeras disputas que ocorreram e ainda ocorrem pelo território que compreende o oeste de Santa Catarina, pode-se indicar que organizar um espaço de comercialização de alimentos através de uma feira, no território que compreende o município de Passos Maia, apresenta-se como um ato de resistência. Para além, o fato de ser um grupo composto por mulheres e que busca produzir de modo sustentável, sem a utilização de produtos químicos, vem fortalecer essa percepção de resistência e de luta na busca de um novo modo de organizar a produção e a reprodução da vida nesse local. Visando exemplificar esse pensamento, uma de nossas entrevistas indica:

Ali eu tenho as cabotiá, as morangas e elas não podem nem sentir o cheiro do veneno, senão elas morrem. Chuchu na horta minha tá que tá. Pipocas daquelas pretinhas têm lá e tá a coisa mais linda. E eu planto sem veneno, porque uma vez que plantaram soja aqui e passaram veneno nem a parreira deu, não deu nada ali. Daí eu não deixei mais, aqui eu não quero mais veneno. Senão é só por causa da chuva que tá sujo, senão minha enxadinha pega lá na horta. (Entrevistada N).

A feirante relata a experiência de utilização de veneno próximo ao local onde produzia para o consumo familiar e que, em virtude dos estragos, proibiu a produção de soja naquele espaço. Assim, indica que a forma de produzir alimentos para sua família e para comercialização na Feira está livre do uso de veneno; utiliza a enxada como principal ferramenta para o cultivo naquela área.

A realidade dessa entrevistada é a mesma da de muitas mulheres agricultoras, que por vezes têm sua produção para o consumo negada devido à visão de que, para sobreviver no campo, é necessário o plantio de monoculturas. Neste caso, a mulher foi protagonista em sua propriedade, o que alterou a forma de produzir no local. Também é possível perceber como a agricultora fala com carinho sobre a produção que desenvolve e como aquele espaço é importante para sua vida e a organização familiar. Assim, compreendendo a experiência vivida pela feirante, bem como a importância da criação de novas alternativas de produção que vão além da convencional, pode-se dizer que

A noção de desenvolvimento local tem sido compreendida como a implementação de ações em territórios que oportunizem participação ativa do cidadão, o controle social sobre a gestão pública através do fortalecimento e empoderamento de grupos sociais antes excluídos nas esferas de tomada de decisão. Ao considerarmos que esse

conceito pressupõe a inclusão social, o fortalecimento da economia local através da geração de riquezas econômicas com melhoria da qualidade de vida associada à justiça social e ao uso sustentável dos recursos naturais, torna-se muito evidente a sua relação com a noção de cadeias agroalimentares curtas. (SCARABELOTTI; SCHENEIDER, 2012, p. 107).

Nesse sentido, visando fortalecer essas cadeias, na realidade do MST, as feiras são instrumentos importantes para o fortalecimento do trabalho nos assentamentos e acampamentos. A realização da produção e comercialização de alimentos saudáveis para toda a população pode ser caracterizada como um compromisso do movimento social. Segundo levantamento realizado no ano de 2017, “Ao todos, 22 estados receberam feiras estaduais ou regionais. Na cidade de São Paulo foi realizada pelo segundo ano a Feira Nacional da Reforma Agrária evento que já se consolidou como a maior feira de produtos agroecológicos do estado.” (SILVA, 2017, n/p). Ainda dessa reportagem consta:

São cerca de 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações que concentram a produção do MST. A última Feira Nacional, realizada de 4 a 7 de maio na cidade de São Paulo, recebeu 170 mil pessoas. Mais de 280 toneladas de produtos vindos dos acampamentos e assentamentos de todas as regiões do país foram comercializados. Entre alimentos *in natura* e agroindustrializados, mais de 600 itens foram trazidos pelos trabalhadores Sem Terra de todo o Brasil para a maior capital do país. Uma mostra da diversidade e riqueza da vida no campo. (SILVA, 2017, n/p).

No ano de 2018, foi realizada a terceira edição da Feira Nacional, entre os dias 3 e 6 de maio. Na ocasião, 23 estados estiveram presentes expondo suas produções e comercializando para a população de São Paulo. Além de dar visibilidade à produção desenvolvida nos estados, momentos de troca de conhecimentos e apresentações artísticas foram vivenciados no local. As mulheres feirantes de Passos Maia tiveram representação nas feiras nacionais, podendo vivenciar novas experiências de comercialização de alimentos, em uma realidade diferente daquela do lugar em que residem.

Outra feira de que as mulheres puderam participar foi o evento denominado 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11, na Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 30 de julho a 4 de agosto de 2017. Puderam expor os alimentos produzidos nas propriedades e também participaram de palestras e atividades sobre as temáticas gênero e feminismo. Segundo uma de nossas entrevistadas,

O que mais me marcou de fazer junto com a feira foi de eu ir junto com elas em Florianópolis, coisa que eu não saía daqui de Passos Maia, da região. Então foi uma experiência muito boa. Foi a experiência que a gente vai levar, de conhecer outras pessoas, tinha gente de lá do México, sei lá onde que era, do exterior... tavam ali.

Então foi uma coisa assim de conhecimento, aprendizagem e conhecer vários tipos de plantas que tinha lá que a gente não conhecia. Tipo tinha aquele sazão de pacotinho aqui, tinha a plantinha lá. Então foi conhecimento diferente e foi a equipe das mulheres daqui que a gente conversava, pra dar risada, pra se distrair. Foi uma experiência boa nesses três, quatro dias que nós ficamos lá, conhecer outras coisas diferentes e a maneira de ver o que eles faziam, que tinha vários outros produtos lá. Daí a gente vê que é diferente de um país pro outro, como que faz. Foi bacana até. (Entrevistada H).

Aponta-se que a Feira possibilitou vivências exteriores à realidade diária das mulheres no local em que residem. Nesse sentido, a troca de conhecimentos e experiência se apresenta como algo central. Compreende-se, pois, que a Feira realizada em Passos Maia tem possibilitado a ida para outros locais, visando representar o estado de Santa Catarina.

Ainda sobre a realidade dos assentamentos do MST no estado de Santa Catarina, muitos foram os debates e reflexões que buscaram fomentar estratégias para a manutenção das famílias no campo. Assim, pensar a produção de alimentos para o consumo das famílias, bem como a comercialização do excedente, apresenta-se como forma de potencializar o trabalho realizado nas propriedades. Esses debates realizados ao longo da história do MST contribuíram para a construção de um projeto de âmbito estadual que viabilizou o surgimento das feiras no ano de 2014.

Nesse sentido, visando à organização dos espaços para o surgimento das feiras, dois projetos foram fundamentais, pois contribuíram financeiramente para a organização estrutural, bem como a realização de cursos e formações com temas pertinentes para o desenvolvimento dos trabalhos. Destaca-se o projeto “Kit Feira”, que foi realizado através do Programa Feira da Reforma Agrária do INCRA de Santa Catarina em parceria com a Cooperativa de Trabalho Terra Viva (COOPTRASC), no ano de 2014. Neste projeto, foram disponibilizados materiais visando à contribuição da estruturação do espaço físico da Feira nos municípios.

Esses materiais, juntamente com os debates propostos pelo MST e pelas entidades parceiras, foram fundamentais e contribuíram para o surgimento da primeira feira no estado de Santa Catarina, realizada no Planalto Norte, no município de Timbó Grande. Posteriormente, os kits foram sendo entregues para as regiões de abrangência dos assentamentos no estado e as feiras foram se consolidando como espaços importantes de apresentação da produção desenvolvida pelas famílias assentadas.

Para o município de Passos Maia, foram disponibilizados dois “Kits Feira” contendo 1 banca, 5 aventais, 5 bonés, 20 placas de preço, 1 tapadeira, 20 caixas plásticas, 1 placa de identificação de PVC, 1 lona de polietileno, 1 balança eletrônica e 320 sacolas modelo camisa. A primeira feira se apresentou como fundamental para a consolidação dos trabalhos, e

muitas estratégias foram traçadas a partir daquele momento.

Corroborando com esse primeiro projeto de incentivo às feirantes, também no ano de 2014 foi aprovado projeto em parceria com o extinto Ministério de Desenvolvimento Social (MDA) intitulado “Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina”, que buscou contribuir e dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pelos grupos de feirantes. Neste caso, fortaleceram-se os trabalhos realizados pelas mulheres sem-terra no estado catarinense.

No caso de Passos Maia, as ações oriundas desse projeto foram essenciais para o desenvolvimento e melhoramento da Feira. Contudo, contribuíram para a continuidade das atividades realizadas pelo grupo de feirantes, potencializando-as para o desenvolvimento do trabalho. O conhecimento que possuíam, adquirido através da prática cotidiana e dos seus antepassados, pôde ser discutido com as demais companheiras e com profissionais formados em diversas áreas; buscou-se construir novos saberes a partir das trocas de informação entre as mulheres e técnicos.

Ainda, cabe destacar que, para a ampliação do trabalho na Feira, as mulheres receberam apoio externo, o que se materializou através das ações promovidas a partir do projeto e pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no município. A ATER apresentou-se como elemento importante para a materialização da Feira como uma experiência histórica. A partir da interação com as mulheres e seus costumes, foram construídos novos saberes para produzir e comercializar os alimentos e demais produtos.

A entidade executora do projeto foi a Cooperativa Central da Reforma Agrária (CCA), situada no município de Chapecó (SC) e que abrange os assentamentos de todas as localidades do estado. A partir da elaboração e aprovação do projeto junto ao órgão governamental, as ações propostas passaram a ser desenvolvidas no grupo de feirantes existentes nos assentamentos de Santa Catarina.

Segundo informações provenientes do projeto, é possível perceber que a área de abrangência se estende a todo o estado de Santa Catarina, nos locais onde existem assentamentos de reforma agrária. Nesses locais, ocorre a produção de alimentos de forma diversificada, sendo que as Feiras possuem um grande potencial de desenvolvimentos dessas comunidades. Assim, na tabela 1, é possível visualizar os municípios que foram contemplados pelo projeto. O item grifado na tabela faz referência ao local em que a Feira da Reforma Agrária é estudada para o desenvolvimento desta dissertação.

Tabela 1. Relação das regiões e núcleos operacionais trabalhados no projeto

Região	Territórios	Municípios base	Demais municípios
Região 1	Planalto Norte, Alto Vale do Itajaí, Litoral Norte* e Vale do Rio Itajaí*	Rio Negrinho	Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Santa Terezinha, José Boiteux, Vitor Meireles, Vidal Ramos, Rio dos Cedros*, Garuva* e Araquari*
Região 2	Alto Vale do Rio do Peixe	Timbó Grande	Caçador, Calmon, Fraiburgo e Lebon Régis
Região 3	Planalto Catarinense e Serra Catarinense	Curitibanos	Abdon Batista, Campos Novos, Capinzal, Celso Ramos, Curitibanos, Monte Carlo, Santa Cecília, Vargem, Zortéa, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Correia Pinto e Ponte Alta
Região 4	Meio-Oeste Contestado	Passos Maia	Água Doce, Catanduvas, Ponte Cerrada, Vargeão, Vargem Bonita e Passos Maia
Região 5	Meio-Oeste Contestado e Oeste Catarinense	Abelardo Luz	Bom Jesus Coronel Martins
Região 6	Extremo Oeste Catarinense e Entre Rios Catarinense*	São José do Cedro	Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Paraíso, São Miguel do Oeste e Romelândia*

Fonte: Projeto Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina (grifo nosso na região 4, local de nosso estudo).

A partir da elaboração do projeto, atividades foram planejadas para o fortalecimento das Feiras e do trabalho desenvolvido pelas mulheres. Ainda segundo a CCA (2014, n/p), foram definidas as seguintes atividades a serem realizadas com os grupos de mulheres feirantes: 1 - capacitação de produtoras rurais; 2 - estímulo à adoção de práticas a partir da implantação de unidades demonstrativas de manejo sustentável dos recursos naturais e agroecologia; 3 - intercâmbios na perspectiva de promover a troca de experiências em torno de práticas de mulheres relacionadas à qualificação da produção agroecológica; 4 - realização de estudos, pesquisas, diagnósticos e sistematização de experiências; 5 - fortalecimento da gestão participativa; 6 - apoio às ações de comercialização; 7 - qualificação do processo de beneficiamento e transformação de produtos de origem animal e vegetal; 8 - articulação e capacitação das mulheres visando sua preparação para participação na feira/mostra; 9 - acesso às políticas públicas de crédito, ATER e compras públicas; 10 - promoção de troca de experiências no âmbito da feira/mostra; 11 - apoio à participação das mulheres rurais na feira/mostra; 12 - apoio à organização e adequação de espaço para realização da feira; e 13 - apoio à divulgação e comercialização dos produtos das mulheres.

As atividades propostas no projeto foram executadas entre os anos de 2014 e 2016. Segundo relatórios obtidos a partir da pesquisa documental, dentre as ações, pode-se indicar a realização de reuniões na praça central, local onde acontecia a Feira, tendo periodicidade de a cada dois meses. Também foi realizado curso de formação entre os dias 31 de março e 1 de

abril de 2015, no Centro de Formação Olga Benário, município de Catanduvas; este curso foi intitulado “Formação de multiplicadoras”, voltado para produção de alimentos saudáveis, e contou com a participação de 18 mulheres.

Ainda segundo os relatórios do projeto, nos dias 23 e 24 de junho de 2015, foi realizado curso sobre gestão no assentamento Conquista dos Palmares, o que veio a contribuir com a organização da produção e da comercialização na Feira. Já no dia 19 de setembro de 2015, foi realizada Unidade Demonstrativa, tendo sido implantada uma área de produção nos moldes agroecológicos.

Outra tarefa proposta no projeto, e que se pode apresentar, é a Pesquisa de Mercado. Esta ação teve como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa de mercado que auxiliasse na organização e planejamento das feiras realizadas nas regiões de abrangência do projeto. O público-alvo foram os consumidores da Feira. Dentre os resultados apresentados, é possível perceber que há mercado consumidor em potencial para o fortalecimento da Feira no município de Passos Maia. Neste caso, observa-se a necessidade de maior diversificação da produção e uma maior periodicidade da feira, tendo em vista que ocorria a cada 15 dias. Outro ponto que pode ser explorado nesta questão é a ampliação do número de mulheres feirantes, o que ampliaria e diversificaria ainda mais a produção comercializada na Feira.

Visando divulgar as ações da Feira, nesse período de execução do projeto, foi elaborado material informativo (Figuras 5 e 6) indicado elementos relativos ao trabalho desenvolvido. Além de divulgar a Feira, também apresenta elementos relacionados à produção da agricultura familiar, trazendo dados sobre sua importância para a produção de alimentos voltada às famílias brasileiras. Este material se apresenta como uma das metas do projeto, e que deveria ser executada durante sua vigência.

Esses dados são exemplos das ações que passaram a ser desenvolvidas a partir da organização desses projetos em parceria com órgãos governamentais. Foi a partir dessas ações que as mulheres puderam potencializar as suas produções e compreender com mais intensidade os mecanismos de organização para a comercialização de sua produção no espaço urbano.

Figura 5. Material informativo parte externa



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 6. Material informativo parte interna

AGRICULTURA FAMILIAR: QUALIDADE DE VIDA NA SUA MESA

Agricultura Familiar é a prática de trabalhar a terra utilizando a força de trabalho e o conhecimento de toda a família, dos vizinhos e da comunidade. Os agricultores melhoram de vida a partir de seu trabalho, produzindo alimentos para seu consumo e comercialização no mercado local, respeitando o Meio Ambiente. Dessa forma, contribui de maneira significativa para a qualidade de vida dos agricultores e de toda a população.

Para produzir de maneira sustentável, muitos agricultores estão se inserindo na produção agroecológica.

A agroecologia é um sistema de produção que procura imitar os processos como ocorrem na natureza, evitando romper o equilíbrio ecológico que mantém a estabilidade dos ecossistemas naturais, o agroecossistema produtivo. Busca um equilíbrio dos meios de produção com o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis, reduzindo e eliminando o uso de agrotóxicos. Atua resgate, multiplicação e repasse de sementes de plantas tradicionais cultivadas pela Agricultura Familiar, respeitando o conhecimento das comunidades rurais.

A AGRICULTURA FAMILIAR RESPONDE POR BOA PARTE DA ALIMENTAÇÃO DOS BRASILEIROS

84% da Mandioca	40% da Carne de Frango
67% do Feijão	49% do Milho

PORQUE ADQUIRIR ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR?

SAUDÁVEL: Como abre mão do uso de agroquímicos, a Agricultura Familiar não põe em risco a saúde e o meio ambiente, produz de forma diversificada para alcançar a segurança alimentar e nutricional das famílias. No processo de beneficiamento dos alimentos, não são usados aditivos e conservantes prejudiciais. É através dessa prática que os agricultores levam saúde para sua casa e sua família.

ECOLÓGICO: conserva os recursos hídricos, o solo e a mata nativa. Ou seja, a Agricultura Familiar Agroecológica, produz em harmonia com a natureza, conservando seus recursos naturais, garantindo a sobrevivência das gerações futuras. Recupera a capacidade produtiva, através de métodos e técnicas criteriosas. Ao adquirir os produtos da Agricultura Familiar, você contribui para a preservação ambiental e manutenção dos Ecossistemas.

JUSTO: A Agricultura Familiar é o modelo que visa promover o bem-estar e o desenvolvimento rural sustentável. A igualdade das relações entre homens e mulheres é uma condição essencial. Na produção familiar, jamais se usa trabalho escravo e nem há exploração do trabalho infantil ou do idoso. Ao consumir produtos da Agricultura Familiar, você contribui para a qualidade de vida e inclusão social e econômica de milhares de pessoas que vivem no campo.

FEIRA LIVRE DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Feira Livre da Agricultura Familiar tem como base a Alimentação Saudável e Economia Solidária. Um dos objetivos é valorizar a Agricultura Familiar, bem como suas agroindústrias com a garantia de alimentos saudáveis, livre de resíduos de agrotóxicos, proteção aos recursos naturais e a valorização da cultura local.

A Feira da Agricultura Familiar proporciona o retorno da simplicidade à produção de alimentos que são tradicionais no interior de Santa Catarina, e o melhor de tudo: agrega valor à produção e amplia a renda das famílias do campo. Preza pela identidade dos pequenos produtores, respeitando suas origens, trazendo uma maior qualidade de vida e variedade de produtos das pequenas propriedades.

A Economia Solidária é baseada no consumo consciente, no fortalecimento de grupos e comunidades, estimulando relações de cooperação, sendo um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver.

Venha conferir a Feira da Agricultura Familiar. Alimentos frescos, direto da horta para sua mesa, com qualidade e preço justo.

VALORIZE OS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. SÃO SABOROSOS, SAUDÁVEIS E ESTIMULAM O DESENVOLVIMENTO DA SUA REGIÃO.

Fonte: arquivo pessoal.

Foi nesse contexto que a Feira surgiu no município e, a partir das ações realizadas, passou a ser fortalecida no cenário local. É possível perceber a importância do papel desempenhado pelos atores e entidades que, ao dialogarem, contribuíram para a efetivação desse trabalho. Neste sentido, as ações desenvolvidas pela organização do MST, através das suas regionais, o trabalho da ATER, bem como os trabalhos e recursos provenientes dos projetos desenvolvidos pela CCA, MDA e INCRA, contribuíram fortemente para que as feiras se tornassem espaços de comercialização dos alimentos e demais produtos oriundos das áreas de assentamento do estado de Santa Catarina.

Todavia, como já descrito, os debates para o surgimento de feiras sempre estiveram presentes na organização do MST. Essa sempre foi uma das pautas propostas pela organização, tendo em vista o trabalho de geração de renda e que vem ao encontro de estabelecer outra forma de produzir a partir da agroecologia, visando ao enfrentamento do modelo hegemônico de produção.

Pode-se perceber que, ao longo da constituição dos assentamentos no estado de Santa Catarina, muitos foram os mediadores que contribuíram para a consolidação dos trabalhos realizados. No que tange ao acesso às políticas públicas, como a assistência técnica, o acesso ao crédito, entre outras, se apresentam como fundamentais para a efetivação das famílias nas propriedades. Pensar ações práticas voltadas para a capacitação e formação dessas famílias também foi fundamental para a melhoria e o avanço da produção.

Assim, quando questionada sobre sua participação na feira, uma das entrevistadas nos diz:

Na verdade a Feira, desde que eu vim morar aqui, eu já participava, eu e a F., nós fazia remédios, aquelas tinturas e coisas, nós vendia na Feira. No começo era só isso que nós fazia, nós vendia sabão medicinal e ia. Depois de um tempo, era uma vez por mês em Chapecó e as outras vezes eram em Passos Maia. Cada 15 dias, uma vez em Passos Maia e uma vez em Chapecó. Só que daí foi um tempo e a gente parou. Mas sempre ficou aquela coisa de participar da Feira. Depois começou a ter a Feira de produtos e a gente começou a participar de novo e levar outras coisas. (Entrevistada J).

Percebe-se que a Feira é algo que sempre esteve no anseio das famílias assentadas, apresentando-se como estratégia de comercialização da produção desenvolvida nas propriedades. A entrevistada cita experiências de feira vivenciadas no início de sua trajetória nos assentamentos. Assim, percebe-se que as feiras estão presentes ao longo da história do MST na região. Essas experiências iniciais foram importantes, para que, no ano de 2014, surgisse a Feira de produtos. Compreende-se também que, a partir da organização dessa nova

Feira, outros produtos passaram a ser comercializados – questão que será abordada com maior ênfase no item 3 deste capítulo.

Outra entrevistada nos apresenta como foi a sua inserção no grupo, tendo em vista que a Feira representava um sonho. O espaço para comercializar a produção excedente era visto como uma meta, pois a produção sempre foi maior do que a consumida na propriedade pelo grupo familiar:

[...] a Feira pra mim foi uma coisa muito boa, porque eu já vinha sonhando há tempo de vender as coisas, porque sempre a gente planta e não come tudo, as coisas sempre sobra. Eu digo que se tu plantar 50 pé de repolho a família não vai consumir tudo e acabava dando pros bichos e fazendo troca com os vizinhos. E, assim, eu sempre tive um sonho e daí surgiu na reunião da Brigada, de nós fazer a Feira. E a gente já vinha sonhando bem antes, desde o acampamento a gente já tinha aquelas participação de vender as coisas, de ter um dinheirinho a mais. Daí foi quando participamos dessas reuniões ali com a assistência técnica, que tinha aqui e que agora terminou né? Pra nós foi uma perda grande a assistência técnica terminar, eu vejo, eu não gostaria que tivesse terminado, a gente tinha visita deles, a gente tinha apoio, sabia onde ir quando ia lá pra Passos Maia pergunta alguma coisa né? Eles vinham aqui dizer pra gente como é que fazia, ensinavam muita coisa. Daí a partir dessas reuniões que a gente fazia em Passos Maia com a Brigada, que é um grupo de pessoas, surgiu a ideia e conseguimos fazer e não paramos mais até hoje e pra mim tá sendo muito bom. Eu não queria parar a Feira, jamais. Que ao invés de sair uma, que entrasse mais uma. Eu tô sempre convidando mulher, mas elas não querem ir e me dão as coisas pra eu levar. Aqui tem umas que faz melado, que faz rapadura, outras fazem nas verduras, queijo... (Entrevistada B).

Podem-se perceber, no decorrer da fala de nossa entrevistada, vários elementos importantes para contextualizar o surgimento da Feira, bem como as relações existentes no interior dos assentamentos e com os diferentes atores que atuaram nesse espaço. A entrevistada cita o papel da assistência técnica existente naquele período, bem como da Brigada, nomenclatura utilizada para se referir à atual Coordenação Regional dos Assentamentos, na contribuição e articulação para o desenvolvimento da Feira. Foi a partir de reuniões realizadas na cidade de Passos Maia com essas instituições que se potencializaram as ideias de criação da Feira; posteriormente, ela foi organizada, surgindo assim um novo espaço de comercialização de alimentos no município.

A entrevistada também indica o desejo de que a Feira continue e não sofra interrupções, pois para ela é um espaço de grande valia para a organização das famílias assentadas, bem como para a realidade das mulheres. Cita que gostaria que a Feira não terminasse e que mais mulheres pudessem participar, mas indica a dificuldade de incluir outras mulheres e que, em muitos momentos, leva produtos oriundos da propriedade dessas companheiras e realiza a venda. É possível compreender que há o interesse em comercializar

porém existem questões que impossibilitam a participação dessas outras mulheres.

Outra entrevistada nos relata que foi através dos diálogos entre esses diferentes atores que surgiu seu interesse em participar da Feira:

Veio através dos projetos da cooperativa, da assistência técnica que surgiu esse projeto da gente estar participando das feiras, lidar com produtos orgânicos. E dentro dos assentamentos tem um grande potencial da gente estar trabalhando com esses produtos, a gente tem formas de fazer isso e juntamente com a assistência, eles dando assistência pra gente, a gente começou a se interessar, porque a gente já produzia pro próprio consumo né? Além de a gente produzir para o próprio consumo, a gente ter a oportunidade de estar produzindo pra outras pessoas estar se alimentando... e também uma forma da gente ter um dinheirinho a mais, uma renda a mais pra família. A partir daí que eu comecei a me interessar mais. (Entrevistada E).

Assim, destaca-se a relação com a ATER e os projetos executados na região que, a partir de 2014, fortaleceram as ações da Feira. Somado a isso, podem-se apontar as experiências anteriores e o sonho de produzir e gerar renda, descritos por nossas entrevistadas. Esses elementos são fundamentais para compreender a importância da Feira e as transformações que ela vem fomentando na região estudada.

Em outro momento, uma entrevistada indica que começou a participar da Feira pois via as mulheres participando e gostou do trabalho que elas desenvolviam. Porém aponta a dificuldade de continuar a participar, pois tem um filho pequeno e não tem condições de produzir e ir até a cidade:

Sei lá, eu sempre vi as mulher lá e gostei, sabe? E eu gosto ainda, só não vou porque eu tô com o neném pequeno. Mas que ele cresça mais eu vou de novo se tiver. Eu gosto, é legal. Uma, não é que dá tanto dinheiro, mas serve, o dinheirinho que entra que a gente vende as coisas serve e passa um dia diferente, senão a gente vai se acomodando de ficar só em casa. Pra mim era muito legal, eu sempre gostei da Feira. (Entrevistada I).

Analisando a fala da entrevistada, é possível perceber que participar da Feira se apresenta como uma forma de sair da sua zona de conforto, de ficar exclusivamente realizando atividades na propriedade. Ir para a Feira, além de gerar renda, é uma forma de tirar as mulheres do espaço do lar, levá-las ao espaço público, neste caso a praça central da cidade. Pode-se apreender que este ato, o de ocupar o espaço público, é uma forma de garantir certo grau de emancipação a essas mulheres. Porém, observa-se que um dos elementos que dificultam a participação, neste caso, é a maternidade, responsabilidade que historicamente recai sobre as mulheres. Ao longo dos tempos, a maternidade vem sendo utilizada pelo patriarcado como uma ferramenta para cercear o espaço público para as mulheres. Isso ocorre

devido à manutenção de papéis femininos e masculinos em nossa sociedade.

Continuando com nossas reflexões acerca do surgimento da Feira, outra entrevistada nos indica:

Na verdade foi os cursos, a gente fez muitos cursos com os técnicos, com o pessoal do movimento, que nem a gente chama, do MST. E a gente tinha vários cursos, cada vez participando mais e chegou uma hora que a gente também pensou de fazer a Feira [...] pra ajudar um pouco no gasto da casa. (Entrevistada K).

A fala indica a importância da participação nos cursos promovidos pela assistência técnica e pelo movimento social ao longo da sua trajetória no assentamento. Desse modo, compreende-se a participação das mulheres nos espaços de discussão no interior da organização como algo fundamental. Ao participarem das diferentes instâncias organizativas, ampliam os seus conhecimentos acerca da realidade em que vivem. Porém, ao longo deste estudo, foi possível observar a dificuldade de inserção das mulheres em espaços mais voltados para a produção; a Feira se apresenta como o maior avanço nesse sentido. Na maioria dos casos, a participação das mulheres ocorre com maior ênfase em setor como o de gênero, de saúde, educação e juventude.

No que tange à importância e necessidade de geração de renda, outra entrevistada relata:

O interesse desse espaço foi a falta de dinheiro que a gente tinha. As vacas estavam dando pouco leite, não dava a volta dos gastos em casa e daí a gente começou a pensar e com um pouco a mais de incentivo dos técnicos, da C., a gente foi conseguindo e conseguimos fazer um tempão de venda na Feira. E foi, eu digo, a precisão da gente que obrigou a gente fazer isso. Porque ter as coisas a gente tinha, só não tinha como sair. Uma que não tinha transporte e outra pra gente pagar um carro pra ir daqui lá se tornava só em prejuízo e daí, com a ajuda dos transportes dos técnicos, nós conseguimos. A gente até acha falta ainda. (Entrevistada O).

Este relato contribui com o pensamento de que a Feira surgiu com o intuito de contribuir com a geração de renda para os grupos familiares. Porém também apresenta elementos de dificuldades para a organização e fortalecimento desse espaço de comercialização. No momento, a feirante não está participando do grupo pois, devido ao encerramento das atividades da equipe técnica, da falta de um transporte adequado e pela longa distância até a área urbana, não foi possível dar continuidade a esse trabalho, visto por ela como algo necessário para o sustento de seu grupo familiar. Nesse sentido, pensar políticas públicas e de fomento para a organização da produção e comercialização é fundamental para o avanço das áreas de assentamento. Essas ações podem ser percebidas

como instrumentos de fortalecimento das pequenas propriedades rurais de nosso país.

Acerca da produção e do desperdício dos alimentos, a Feira se apresenta como uma ferramenta de distribuição dos alimentos, pois a produção muitas vezes acabava sendo descartada no interior das propriedades. Isso é reflexo do que se discutia no início deste texto: a forma de produção e comercialização é baseada na relação dos grandes mercados e das grandes distâncias percorridas para que os alimentos cheguem à mesa de seus consumidores. Estabelecer espaços de Feira, entre outros modos de comercialização local, pode ser uma estratégia do movimento social para fortalecer seus acampamentos e assentamentos.

Assim outra entrevistada nos indica:

Na verdade a gente produzia as coisas e não tinha onde vender. Eu sempre produzia bastante moranga, batata, mandioca, frango caipira a gente sempre tinha, mas não tinha onde vender e fazia só pro gasto, e acabava se perdendo muita coisa. E aí veio uma técnica e falou que ia ter essas feiras e viu se eu tinha interesse de participar e eu comecei a participar e gostei, porque é uma coisa boa, vem uma renda extra a mais, todo mês tinha aquela renda extra que você vendia as coisas e aproveitava, não perdia tanta coisa. Não perdia um monte de moranga, abóbora e tu ia lá num canto do galpão e apodrecia tudo, os ratos comiam, porque não tinha o que fazer. (Entrevistada A).

Isso representa a importância de se estabelecer mercados locais, visando uma melhor distribuição dos alimentos. O que se produz em Passos Maia propõe-se que deva ser consumido na região, evitando gastos com transporte e desperdícios ao longo do caminho. Por isso a Feira se apresenta como uma estratégia a contribuir com o avanço e a melhoria das relações de distribuição de alimentos.

Nesse sentido, pode-se discorrer sobre dois conceitos importantes na atualidade: “segurança alimentar e nutricional” e “soberania alimentar”. No Brasil, foi recriado no ano de 2003 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento da Presidência da República e integrado ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (SISAN). O CONSEA tem como intuito realizar ações de controle social, participação da sociedade civil, organização, formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional. Parte-se do princípio e da defesa dos direitos humanos na busca por uma alimentação adequada a toda a população.

No que se refere à soberania alimentar, pode-se dizer que

[...] é a capacidade que um país tem de alimentar a sua população com produtos provenientes de sua agricultura – animal e vegetal – importando apenas um ou outro alimento que, mais por razões culturais que agrícolas, não são produzidos. Mas, a dieta básica – calórica/ proteica – é suprida com alimentos cultivados livremente

dentro de suas fronteiras. A soberania alimentar é pré-condição para a soberania política. Nesse sentido, a situação do Brasil é delicada e vulnerável. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 85).

Percebe-se que a produção em grande escala de monoculturas encontra dificuldades em alimentar a população. Essas monoculturas, na sua grande maioria, são exportadas e retornam ao Brasil como produtos beneficiados pela indústria. Nesse sentido, o estabelecimento de cadeias agroalimentares curtas viria contribuir com o fortalecimento da soberania alimentar do País.

No que tange à representatividade da Feira para a realidade das mulheres estudadas, é possível perceber sua importância como um espaço de comercialização de produtos oriundos da reforma agrária e também como um espaço de socialização das mulheres. Relatam a importância dos diálogos que estabeleceram ao longo dos encontros na cidade; assim uma das entrevistadas nos indica:

Me representa muita coisa boa, dá uma autoestima na gente de ir pra Feira. Chega o dia de ir pra Feira, nossa! A gente empolgada em produzir os alimentos, em levar, arrumar, ir lá e a gente tá lá com os nossos alimentos e a gente se reúne com as nossas companheiras, importância de trocarmos ideias, trocamos alimentos. Se uma não tem aquilo, trocamos e é muito importante pra gente a Feira. [...] É uma coisa assim muito boa. (Entrevistada G).

Percebe-se, nesse relato, que a feira possibilita a essas mulheres o encontro e a troca de saberes. Ainda nesta linha de pensamento, outra entrevistada refere:

Além de tu vender as coisas, é um encontro com as pessoas de outras comunidades. Era tão bom aquele papo, as conversas, as experiências. Muito bonito as experiências, porque às vezes tinha lá na feira coisas que nós aqui não levava ou outras traziam. Então essa experiência foi muito boa. E nós trocava... era remédio eu lembro que a F. sempre levava. Nós sempre comprava uma a coisa da outra, porque não tinha. Foi muito importante. (Entrevistada M).

Assim, as entrevistadas afirmam a importância de ir para a Feira, principalmente por ser um espaço de trocas de experiências. Percebe-se a importância do espaço da Feira como um facilitador de encontros entre as mulheres, contribuindo para a construção e troca de conhecimentos. Esses encontros são carregados de costumes, experiências sociais e ideológicas. As mulheres passam a repensar muitos elementos vivenciados em suas trajetórias a partir da inserção no grupo da Feira. Percebe-se que inicialmente o ato de comercializar a produção se apresentava como a principal tarefa a ser realizada pelo grupo de feirantes. Porém, ao serem desenvolvidas as atividades relativas aos projetos, os trabalhos da assistência técnica, bem como as ações do Coletivo Estadual de Mulheres, outras reflexões passam a ser

incluídas. Relacionados ao trabalho dos atores externos, as trajetórias, os costumes e as experiências das mulheres é que passam a construir a Feira, e os direcionamentos passam a ser construídos pelo grupo.

Neste caso, a experiência vem ao encontro do que se discute a partir do ideário de Edward Palmer Thompson, pois os conhecimentos que são partilhados entre as mulheres advêm das suas trajetórias, mas principalmente das informações transferidas por seus antepassados. Assim, muitos costumes, formas de produzir e de desenvolver a agricultura fazem parte e são dialogados nesses encontros. Ocorre a troca de saberes entre as mulheres feirantes, bem como delas com os técnicos que atuavam na região.

Para além, participar se subteme como uma forma de sair do espaço doméstico e se desafiar, ir a público. O relato a seguir contribui com este raciocínio:

[...] no começo me parecia que eu não era capaz, não sei, eu nunca tinha participado em negócios de venda, essas coisas, eu me parecia que não era capaz de ficar lá vendendo as coisas, ficar lá o dia inteiro. Então nós combinemo que eu fazia as coisas, pra plantar, colher, tudo que era preciso e ele ia... na nossa combinação entre eu e ele, porque no começo era só nós. Daí ele aceitou ir. Ele ia, fazia os troquinho que fazia, ou senão na mesma ele já pagava uma luz, uma coisa e outra. Era uma combinação de nós dois. Porque daí de umas horas em diante, depois que eu comecei ir, eu ia, mas sempre meio insegura “será que vai dar certo? Nunca fui, será que eu vou conseguir?”, mas daí consegui ir, eu gostei e ele disse “então agora eu largo pra você, você se vira”. Daí nos dias da feira, se a feira fosse amanhã, nós trabalhava até umas horas preparando as coisas, deixar prontinho pro outro dia cedo. Daí a gente não tinha carro, e quando chegava o carro já tava tudo pronto. E sempre ele ajudou tudo, ali no começo que ele ia também, mas ali foi uma combinação nossa dele ir, porque eu me parecia que eu não era capaz e daí foi, e eu me acostumei e gostei e percebi que não era um bicho, era bom mesmo. (Entrevistada O).

Esse relato nos faz perceber as dificuldades que as mulheres têm para ocupar os espaços públicos. Como estratégia para participação na Feira, segundo a entrevistada, ela e o companheiro combinaram que ele iria para o espaço urbano. Neste caso, ele era o único homem que de fato participava das atividades da Feira. Porém, em certo momento, e principalmente pela participação da mulher nos espaços de cursos e formações, ela se desafiou a participar do espaço de comercialização e, desse modo, pôde vivenciar a experiência de estar comercializando alimentos no espaço público. Como ela relata, foi algo importante pois, ao se desafiar a participar, gostou e percebeu que “não era o bicho”, mas que era algo bom.

Historicamente as mulheres são desestimuladas a ocupar os espaços públicos, pois esses se caracterizariam como locais de atuação do masculino. Perceber a superação do medo das mulheres em romper essas barreiras é algo importante e está intrínseco à participação das

mulheres. Nesse sentido, “A participação e militância nos movimentos sociais trazem para as mulheres a possibilidade de acesso ao mundo público e de viverem uma vida pública.” (CRUZ, 2010, p. 6).

Seguindo nesta lógica sobre a participação, outra entrevistada indica que ao longo do tempo buscava convidar outras mulheres da comunidade para participar do espaço da Feira. Isso ocorria como forma de ampliar o grupo e para contribuir com a diversificação da produção a ser comercializada:

Eu, pra mim foi muito bom. Por causa que não é só importante vender, mas como você fica proseando com as mulher, é um dia que você passa tranquila. E incentivar as outras, porque nós sempre estamos incentivando tudo as mulheres pra participar, mas elas ficam ali vou ou não vou. Eu disse “é bom vocês participar com nós um dia e aí vocês vê como que é”. (Entrevistada N).

Percebe-se a dificuldade de participação da grande maioria das mulheres; o que ocorre é a reprodução dos estereótipos definidos socialmente.

Também, percebem que, ao produzirem um alimento sem veneno, estão levando algo de melhor qualidade para ser vendido e consumido pelo público da Feira, na grande maioria pessoas que vivem na cidade. É uma forma de se autoafirmarem como produtoras de um alimento saudável, principalmente aqueles que não acreditam que é possível desenvolver uma agricultura diferenciada nas experiências de reforma agrária. Essas questões são apresentadas no seguinte relato:

A Feira representa que ela dá um lucro pra você também se manter na roça e também mostrar que a gente produz coisas boas, sem veneno, pro pessoal da cidade, o povo que às vezes não acredita num alimento saudável. Então a gente apostou mais nisso né? ...de que a gente também pode ter as coisas mais boas, os alimentos. (Entrevistada Q).

É possível perceber que, ao levarem um alimento diferenciado para a cidade, estão demonstrando para a população urbana que nas áreas de reforma agrária há a produção de alimentos, que são consumidos por seus pares e podem ser comercializados. É uma forma de se reafirmarem como camponesas e produtoras de alimentos. Assim, outra entrevistada relata:

O que me representa, até eu falava lá pro pessoal, que representa a gente mostrar o nosso trabalho, porque às vezes dizem “aqueles assentados não produz” e eles não vêm ver. Eu falei um dia pra uma bonita lá “ma vá olhá o que o povo planta, o que eles colhem, pra daí falá que eles não produz”. O povo produz pra comer, o povo se vira pra ter o que comer. (Entrevistada F).

Esse relato contribui com as reflexões propostas até o momento: é possível perceber que, ao se afirmarem como pertencentes ao MST, sofrem inúmeros preconceitos por parte de pessoas que não conhecem a realidade dos assentamentos. Essa visão, muitas vezes pautada por um olhar do senso comum, vem desqualificar o trabalho realizado por essas famílias. O estabelecimento das Feiras nos espaços urbanos se apresenta como uma ferramenta de combate a esses preconceitos, pois assim a população passa a ter acesso direto à produção desenvolvida nos acampamentos e assentamentos do MST.

Contribuindo com o pensamento da importância da Feira na realidade dos assentamentos, outra entrevistada nos indica o grande potencial das feiras na realidade do estado de Santa Catarina:

[...] eu acredito que a Feira é um grande potencial, é uma conquista das mulheres e das famílias. Então assim, como tem em Passos Maia, em outras regiões do estado também tem famílias assentadas que fazem feiras. Eu acredito que isso é a comprovação de que a reforma agrária atinge os seus objetivos, ela cumpre a função social e principalmente ela leva alimento saudável, que é o excedente, digamos assim, das famílias do assentamento, para as famílias que moram na cidade ou as famílias que moram em torno dos assentamentos. É uma conquista extraordinária essa questão das feiras. [...] Então, assim, é uma conquista muito importante, mesmo que ainda seja pequena se comparando a todas as famílias que lá nos assentamentos de Passos Maia moram, mas é um pontapé inicial pra se reestruturar e com certeza ampliar esse processo da Feira lá de Passos Maia. (Entrevistada L).

Assim, percebe-se a importância da ampliação das Feiras como uma estratégia do MST para a produção e comercialização de alimentos realizados nas áreas de acampamentos e assentamentos. Há um potencial a ser explorado, principalmente pelo fato de levar para outras famílias um alimento saudável. As Feiras são um exemplo de que a reforma agrária cumpre o seu papel na sociedade; este é um dos elementos centrais para se repensar as práticas voltadas ao enfrentamento do modelo hegemônico de produção.

Apesar da grande potencialidade do trabalho desenvolvido no município de Passos Maia, existem muitos desafios. Ao longo da pesquisa de campo, as mulheres foram apresentando diversos elementos que caracterizaram as dificuldades para a continuidade das atividades da Feira. Essas reflexões estão conectadas com a realidade que vivem o País e o mundo na atualidade.

Nesse sentido, uma das entrevistadas nos diz:

Eu acho que o desafio maior está no desânimo, parece que depois que parou ali, que fechou a COOPTRASC, as mulheres desanimaram. Elas foram desanimando, desanimando, foram parando e quando vi tinha umas duas, três. A última vez fui eu e a M. só, e nós era em quantas? 15. E elas foram desanimando e foram desistindo.

Não sei o motivo do desânimo, mas acho que é aquela falta de incentivo, de alguém de fora ali por perto e que deixa a pessoa animada. Eu acho que por mais foi isso, é desânimo, porque todo mundo continua plantando e fazendo o que fazia... o problema é que foi desanimado e daí a falta do espaço certo pra gente guardar as coisas da gente, isso tudo desanima. (Entrevistada I).

A entrevistada nos apresenta que enfrentar o desânimo é o principal desafio para o fortalecimento da Feira. Aponta que esse desânimo e a desistência das mulheres em realizar a comercialização dos produtos se dão principalmente pela falta de incentivo e de políticas públicas que anteriormente contribuía com o trabalho desenvolvido. Assim, o encerramento da ATER, pois finalizou o contrato e não foi elaborado um novo, fez com que as mulheres se sentissem desassistidas por parte do poder público. Também indica a entrevistada a dificuldade de local na área urbana para guardar as barracas e materiais utilizados na Feira.

Contribuindo com essa reflexão, outra entrevistada nos diz que percebe a

Falta de incentivo, de divulgação da Feira. Não tem... antes a gente tinha a assistência técnica que nos ajudava, e agora? Nós temos que nos virar. Daí temo a A., que ela divulga pelo celular que vai ter a Feira, bate a foto e manda, mas é só. A gente pediu espaço pro prefeito pra gente divulgar nos espaços que ele tem da prefeitura, mas ele até hoje não divulgou. Ele se prontificou pra nós levar lá o papel pra divulgar, mas não divulgou. O porquê a gente não sabe. (Entrevistada B).

Com isso, compreende-se que, devido ao encerramento da assistência técnica, houve a diminuição do acompanhamento das atividades da Feira. Também, dificuldades de apoio do poder público local, principalmente na divulgação da Feira. Contribuindo com esse pensamento, outra assentada relata:

Todo o trabalho é um desafio, tu tem que pegar e levar a sério pra tu conseguir ir até o fim. E a Feira também foi uma coisa muito boa pra todos nós agricultores e assentados aí, e a gente deu uma paradinha agora, um pouco porque não teve mais a equipe técnica pra ajudar ali, que na verdade a equipe técnica era o esteio que todo mundo ia conversar, se encontrar, fazer reunião, trocar ideia pra fazer como que fazia, como que ia fazer e daí parou tudo né? Uns ficaram meio assim pra continuar e outros não podiam por compromisso próprio. (Entrevistada Q).

Ampliando o olhar acerca dos desafios para a continuação da Feira na realidade de Passos Maia, outra entrevistada nos relata que falta

Um incentivo pros agricultor, do Governo. Que pudessem ajudar mais, pra gente produzir mais. Ajuda com recurso, coisa assim. Porque a gente não tem muito recurso, faz como pode daí. Agora tô esperando pra me aposentar, agora em março eu completo 55. (Entrevistada P).

Percebe-se, pois, a dificuldade de implementação da produção, pois a renda do grupo familiar da entrevistada não é suficiente para todas as despesas da família. Relata, também, a importância do acesso à aposentadoria como uma ferramenta para melhorar a geração de renda e a qualidade de vida da família.

As mulheres sentiram-se desassistidas, percebendo que havia a necessidade do trabalho da ATER para o suporte das ações realizadas nas propriedades e na Feira. Naquele momento não havia uma organização do grupo para a continuidade das ações. Por isso, atualmente as atividades estão paradas, precisando, o grupo de mulheres e o MST, repensar e recriar estratégias para o funcionamento da Feira e das demais ações.

Ainda é possível perceber que a maior parte dos desafios é relacionada à obtenção de recursos e meios para a continuação dos trabalhos. Com isso, verifica-se que o poder público, a partir das políticas públicas, é o principal fomentador de recursos para o desenvolvimento do trabalho com as famílias assentadas.

Outra entrevistada nos diz que o principal desafio é a falta de um transporte adequado. Para ela,

O que é mais difícil hoje é o transporte, porque na verdade que nem eu sempre dependi dos outros, porque nós não temos carro, daí sempre tinha que pedir pra amiga, pra comadre levar as coisas. O mais é um carro, que tivesse um carro pra levar as coisas e trazer o que sobrava, isso é o mais difícil. (Entrevistada K).

Isso ainda poderia ser sanado com a criação de políticas públicas que viessem fortalecer o trabalho das mulheres feirantes, a partir de projetos, como os já vivenciados pelo grupo. Nesse sentido, um veículo com a finalidade de carregar a produção, por exemplo, facilitaria o deslocamento das famílias, pois as distâncias percorridas dos assentamentos até a cidade são consideráveis. Cabe destacar que uma estratégia para suprir essas demandas poderia ser a criação de pequenas associações entre o grupo de feirantes.

Ainda sobre os desafios, outra entrevistada nos diz:

[...] é a questão da distância que a gente tem pra ir e às vezes, como não era muito grande a venda, gastava bastante combustível, por isso que a gente parou. É muito longe pra ir né? E eu, a minha questão é a própria mão de obra, daí os filhos foram saindo e a gente ficou sozinho, daí é muito trabalho e acaba não vencendo. (Entrevistada J).

Outro elemento presente na fala é a baixa comercialização em alguns dias de Feira, fazendo com que as vendas naquele momento não cobrissem as despesas. A Feira é realizada

numa cidade de porte pequeno, fazendo com que não se tenha um grande número de consumidores. As dificuldades de divulgação também contribuem para essa questão. A entrevistada ainda relata a dificuldade de força de trabalho na propriedade, pois os filhos foram estudar e trabalhar na cidade. Assim, não conseguem dar conta do trabalho, pois, além da produção para o consumo e para a comercialização na Feira, esta família trabalha na produção de leite, entregam-no para um laticínio. Este é outro desafio que está presente na realidade do campo brasileiro: a saída dos filhos do campo e as dificuldades para a sucessão familiar dos lotes.

No que se refere ao desafio da participação das mulheres:

Não sei, mas acho que as mulheres tinham que se reunir mais pra ver como que é as coisas. Porque tem mulher que eu acho que pensa que não adianta pegar uma espiga de milho e ir lá vender. Tem umas que chama nós de boba por estar lá sentado. Mas eu disse, não é uma coisa assim... você passa um dia que nem vê. Mas elas não tão olhando para o que nós fazemos ali, porque todo mundo da cidade passa ali pra ver o que que nós temo de bom. É remédios, essa calêndula ali, você tira as flor e você vende, pensa de bom que é pra tudo quanto é coisa, as mulher da cidade vêm comprar. E elas dizem que é uma bobagem, que um dia vai fazer mal pra um. Aí eu disse “não, não é assim as coisas”. (Entrevistada N).

Segundo o relato, existe uma resistência das demais mulheres dos assentamentos em participar do grupo de feirantes, pois não observam potencialidades nas atividades desenvolvidas. Muitas vezes, o não participar é reflexo da compreensão de que o modelo hegemônico de produção é o correto e deve ser seguido. Também existem as questões subjetivas e as relações vivenciadas nas propriedades que impedem essa participação. Neste aspecto, o debate acerca das relações de gênero encontra-se intrínseco.

No relato de nossa entrevistada, fica clara a importância da relação com as mulheres da cidade que adquirem a produção comercializada. Ela aponta essa relação como uma potencialidade construída a partir do desenvolvimento da Feira. Ainda nessa entrevista, é possível perceber a necessidade de uma maior articulação pelo próprio movimento social no que se refere à formação e capacitação das mulheres assentadas. É a partir de encontros, reuniões e formações que as mulheres ampliam seus olhares sobre a realidade em que vivem.

Contribuindo com as reflexões acerca dos desafios para a continuação e efetivação dos trabalhos desenvolvidos a partir das feiras, a representante do Setor de Mulheres e Saúde nos diz:

O desafio que eu vejo é principalmente por uma incoerência do governo atual: houve a interrupção da ATER, que eu acredito que tem um papel fundamental de juntar as famílias. Também acho que a Feira é resultado dessa parceria da ATER

com as famílias, de projetar todo um processo de trabalho diferenciado, de você sair um pouco do tradicional da produção dos assentamentos, dessa diversificação sai a alimentação saudável pra questão das feiras que estão em andamento. Mas o desafio é no sentido que elas permaneçam lá e pra que elas permaneçam vai ter que ter um subsídio, um acompanhamento pra que se possa ampliar a parte do espaço físico da Feira, da produção e principalmente de novas famílias, porque acredito que lá tem consumo, acredito que tem que ser bastante explorada essa parte do consumidor e avançar pra outros produtos, porque se você for ver é poucos comprando com tudo que se produz nos assentamentos. Então acho que o desafio dessa continuidade é a gente também trabalhar essa parte da capacitação. Que as famílias, principalmente as mulheres que estão na Feira, que elas consigam cada vez mais ter um produto de qualidade, que elas consigam melhorar a renda e com isso envolver mais famílias, ampliar o número de famílias que hoje participam lá. (Entrevistada L).

Os fatores apresentados neste relato indicam como desafio o encerramento dos trabalhos de assistência técnica. Segundo a entrevistada, os trabalhos estavam voltados para uma forma de produção diversificada; não seguiam os padrões do modelo de trabalho técnico tradicional criado para atender as demandas do modelo hegemônico de produção. As práticas trabalhadas durante o contrato da ATER eram voltadas para a produção de alimentos sustentáveis. Essas ações contribuíam para o desenvolvimento da produção destinada à Feira no município.

A entrevistada ainda nos diz que existe a necessidade de acompanhamento, pois não há um grau de organização efetivo do grupo de mulheres. Percebe como desafio a necessidade do MST, bem como do Setor de Mulheres e Saúde, em contribuir com esse processo, tendo em vista o encerramento das atividades de ATER. Compreende-se que esse processo é necessário e deve estar nas pautas de organização do MST, visando ao fortalecimento dos espaços de atuação das feiras na realidade catarinense.

A relação de trabalho das mulheres feirantes com a ATER pode ser identificada como fundamental para o desenvolvimento da Feira no local de nossa pesquisa. As trocas e construção de novos conhecimentos entre os sujeitos envolvidos podem ser destacadas como fundamentais para a constituição da Feira como uma experiência histórica. As práticas desenvolvidas pela ATER eram voltadas à organização das famílias e, nesse processo, os saberes populares eram importantes para o desenvolvimento dos trabalhos.

Ora, a falta de políticas públicas que incentivem uma produção sustentável e diversificada apresenta-se como desafio para a realidade dos assentamentos de Passos Maia. É possível compreender que as políticas públicas voltadas para o campo brasileiro, especificamente para a produção desenvolvida pelos pequenos agricultores, estão em declínio. No atual governo, as práticas voltadas para esses grupos diminuíram consideravelmente a partir da extinção do MDA e do redirecionamento das políticas do atual governo federal.

Todo esse processo vem ao encontro das ações propostas a partir da modernização agrícola, destacando-se o agronegócio como o modelo hegemônico para a produção no País.

Outro elemento que pode ser caracterizado como desafio é o grau de cooperação nos assentamentos da região de Passos Maia. Não há uma cooperativa que atue especificamente na região tendo como intuito beneficiar ou comercializar a produção realizada no município, ou pelas mulheres feirantes. A cooperativa mais próxima pertence aos assentamentos localizados no município de Água Doce, a Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização do Meio Oeste Contestado (COOPERMOC).

Outra cooperativa instalada no município foi a COOPEROESTE, no ano de 2016, tendo como intuito o suporte aos produtores de leite da região. Além da Loja de Agropecuária, foi inaugurado um mercado. A principal função dessa cooperativa é a compra de leite dos produtores da região, beneficiado em São Miguel do Oeste. Para além, é perceptível nas falas, e principalmente no decorrer das atividades voltadas à pesquisa de campo, que esse debate acerca das relações de cooperação na região enfrenta desafios e está nas pautas do MST para a região.

Nesse sentido, a partir das discussões propostas neste estudo, podem-se propor como possíveis estratégias de ação outros modos de atuação. Sugere-se como mecanismo de consolidação do trabalho das Feiras nas áreas de reforma agrária a criação de pequenos grupos de associação, visando facilitar o desenvolvimento de ações.

Ao longo deste item, buscou-se caracterizar a Feira da Reforma Agrária e o cenário em que ela se desenvolve. Para isso, as informações obtidas através da pesquisa de campo foram fundamentais, pois sistematizam essa experiência histórica desenvolvida pelas mulheres sem-terra e feirantes. Desse modo, no próximo item, buscar-se-á caracterizar quem são essas mulheres e como suas vidas acontecem no interior dos assentamentos de Passos Maia.

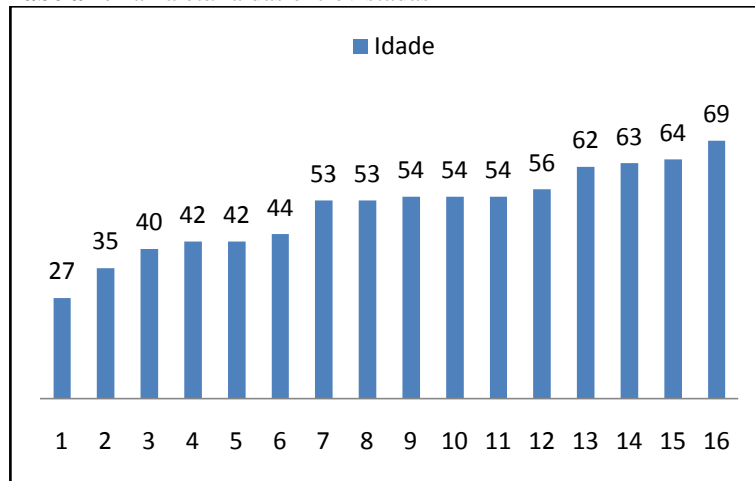
3.2 As mulheres sem-terra e feirantes: a participação e o debate acerca das relações de gênero

O grupo de mulheres feirantes foi organizado a partir de demandas para a comercialização de produtos já desenvolvidos nas propriedades. Após a organização do grupo e do acesso a projetos e recursos, outras ações passaram a ser desenvolvidas por elas. Respondendo às questões pertinentes a este estudo, as mulheres feirantes serão apresentadas; também serão apontados elementos de como suas trajetórias têm contribuído para a

organização da Feira.

Visando caracterizar as mulheres entrevistadas, pode-se indicar que têm entre 27 e 69 anos. Na tabela 2, é possível visualizar a idade de cada uma das mulheres sem-terra que participam do grupo da Feira.

Tabela 2. Faixa etária das entrevistadas



Fonte: pesquisa de campo.

É possível perceber que existe uma diversidade dentro do grupo e que a atuação no espaço da Feira independe da idade das mulheres. Este fator pode ser visto como importante para a troca de conhecimentos entre as gerações. Visando contribuir com esse debate, uma de nossas entrevistadas indica: “Não, não interferiu em nada, é uma experiência que a gente tem com as pessoas mais velhas, a gente conhece outras coisas, ela também aprendem um pouco com a gente e é uma coisa que a gente não espera o que vai acontecer.” (Entrevistada H).

Assim, o fato de estarem organizadas em um grupo em que há diferentes idades pode ser observado como uma potencialidade para a troca de conhecimentos. As experiências individuais são postas para o grupo e assim partilham-se novos ensinamentos referentes ao trabalho que desenvolvem em suas propriedades. A entrevistada nos diz que não há interferências ou dificuldades motivadas pelo fator idade.

No que tange ao local de origem, das 16 mulheres entrevistadas, 13 nasceram na região oeste catarinense, nos municípios de Galvão, Ponte Serrada, Campo Erê, Catanduvas, Xanxerê, Coronel Freitas, Irati, Quilombo, Faxinal dos Guedes e Chapecó; duas nasceram no Rio Grande do Sul, nos municípios de Planalto e Erval Grande; e uma nasceu no Paraná, no município de Manguaçu. Percebe-se que, na grande maioria, as mulheres feirantes nasceram na região estudada e em regiões próximas. Pode-se dizer que, ao longo de suas trajetórias de vida, os respingos das diferentes disputas que se estabeleceram nesse local as

atingiram. Nesse sentido, percebe-se que a construção de suas vidas esteve alicerçada na forma de se constituir mulher nesse espaço. Assim, buscando compreender na história como é ser mulher nesta região,

Retrocedendo duas a três décadas nesse contexto, teríamos como constitutivo da condição camponesa o trabalho familiar, sob a organização e administração masculina, a hierarquia etária e de gênero, a subalternidade do campesinato frente às frações urbanas e a diferenciação e incorporação diferencial das mulheres nas famílias. Explico melhor: quando solteiras estavam a mando do pai e após o casamento no mando do marido, como se referem. Mesmo que esse “mando” tenha uma elasticidade, está e esteve impregnado de subalternidade, duplamente por pertencer a uma classe objeto e nesta ser mulher. Estar a mando do marido era a condição mais favorável do que, a daquelas que, socializadas para o casamento, não o realizaram. Estas estigmatizadas, ficaram para benzer tormenta. (RENK, 2004, p. 95).

Foi nesse cenário que as mulheres que nasciam no oeste catarinense viveram ao longo das décadas. As mulheres feirantes, a partir das trajetórias de suas vidas, relatam inúmeras questões em que foram subjugadas e colocadas numa condição de subalternidade. As mulheres, na sua grande maioria, foram educadas para as atividades do lar.

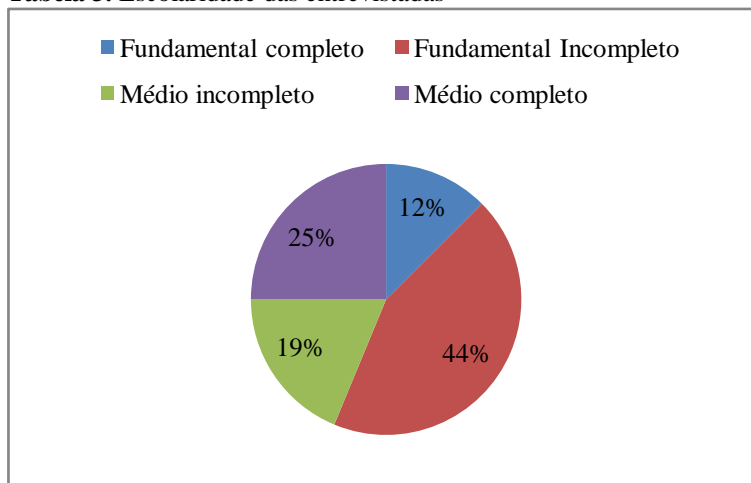
Contribuindo com esse pensamento, uma de nossas entrevistadas indica: “Eu vejo assim, que elas se preocupam muito com a casa e coisa. Mas também eu acho que às vezes os maridos não são muito a favor, ainda tem essa cultura de que a mulher tem que ficar meio que por casa, essa cultura ainda tem né?” (Entrevistada B). Deste relato cabe destacar a influência das relações culturais: as mulheres são colocadas como sujeitos que devem ocupar o espaço do lar. Há papéis definidos historicamente e que são reproduzidos com grande intensidade na atualidade do campo brasileiro. Ainda hoje ser mulher é um desafio constante, pois se vive em uma sociedade patriarcal e que ainda possui, de forma enraizada, a relação de posse sobre as mulheres. Apontam-se como fundamentais para o enfrentamento dessas questões o acesso ao conhecimento e a participação das mulheres na esfera pública. O debate acerca das relações de gênero e do feminismo pode contribuir com as mudanças desse cenário.

Buscando compreender o estado civil de nossas entrevistadas, indica-se: 14 são casadas, 1 é viúva e 1 é solteira; referente a filhos: 15 têm filhos e 1 não – destaca-se que a única mulher solteira é a mais jovem do grupo e a que não tem filhos. Percebe-se que as mulheres, ao longo de suas trajetórias, foram socializadas para o casamento e assumiram o papel de mulheres e mães. Pode-se dizer que “Ajudar a mãe no trabalho doméstico tinha dupla função: a ajuda propriamente dita e o aprendizado para ser ‘boa dona de casa’.” (RENK; WINCKLER, 2017, p. 465).

Sobre esse debate, uma de nossas entrevistadas indica que casou no acampamento, e foi naquele espaço que iniciou a constituição de seu grupo familiar. Dos seus três filhos, dois nasceram nos barracos de lona. Aponta que muitos foram os desafios vividos nesse contexto. Este caso não é isolado; essa foi a realidade de muitas mulheres do campo brasileiro.

No que se refere à formação escolar, 7 indicaram ter o ensino fundamental incompleto, 2 o ensino fundamental completo, 3 o ensino médio incompleto e 4 o ensino médio completo. Ou seja, 44% das mulheres entrevistadas tiveram como acesso à escolarização o ensino fundamental incompleto (Tabela 3).

Tabela 3. Escolaridade das entrevistadas



Fonte: pesquisa de campo.

Por um lado, historicamente, o acesso à educação na região oeste de Santa Catarina foi negado a muitas famílias, pois os aparatos públicos demoraram a chegar nessas localidades; quanto mais afastado das áreas urbanas dos municípios, mais difícil era o acesso aos estudos. Porém, nesse cenário, também é possível perceber outro elemento: o recorte de gênero. Na região, a

[...] escolarização, quando permitida às meninas, seu tempo de escola era menor que aquele dos irmãos. Afinal, para que saber ler, fazer contas e escrever? Bastava que o pai ou o marido soubesse. Ela nunca faria os negócios da família, tais como a venda dos produtos agrícolas e a compra de materiais e insumos para lavoura. O máximo que lhe cabia era a venda de pequenos produtos como ovos, frutas e verduras, para a compra de artigos de consumo doméstico. (RENK, 2004, p. 98).

Percebe-se que a mulher é colocada em um patamar de inferioridade nas relações existentes na propriedade; isso ocorre até os dias de hoje. Porém muitos são os debates que vêm para transformar essa realidade. No que tange à história de nossas entrevistadas, sobre esta questão da formação escolar, nos indica uma delas:

No acampamento eu ganhei estudo, porque eu tinha a 4ª série, e hoje eu tenho o segundo grau, porque eu estudei dentro do acampamento e assentamento. Foi por estar nesse espaço, porque antes não tinha como eu ir, era trabalhar, limpar a casa, cuidar dos filhos e a gente não se transformava. E eu tive essas oportunidades depois que eu vim pro assentamento, e hoje eu tenho o segundo grau. (Entrevistada B).

A feirante relata a importância do acesso ao estudo, e que isto foi possível pois passou a vivenciar outras realidades propostas a partir de sua inserção no movimento social. Percebe-se que na realidade da grande maioria das mulheres, historicamente, o acesso ao estudo foi negado. No caso das mulheres da região oeste catarinense, este processo não foi diferente. Muito disso deve-se ao papel indicado a ser desempenhado pelas mulheres na organização social. Ao participar do MST, a entrevistada obteve a oportunidade de acessar os estudos e, desse modo, pode reescrever sua história. Nesse sentido, pondera-se ainda que, na geração de suas filhas e filhos, o acesso ao estudo passou a ser visto como fundamental.

No que se refere à chegada dessas mulheres aos acampamentos do MST, pode-se dizer que, das 16 entrevistadas, 9 participaram de ocupações de terra e 7 não vivenciaram esse processo. Ainda sobre a experiência nos acampamentos, 11 relataram que ao longo de sua vida residiram em acampamento e 5 não moraram nesses espaços. Isso nos indica que nem todas as mulheres feirantes vivenciaram a experiência do acampamento, mas ao longo de suas vidas tiveram contato com esses locais. Uma de nossas entrevistadas indica que não morou em acampamento, porém: “Vi de perto, porque quando invadiram aqui eu morava ali no pocinho do São João Maria, daí a gente via de perto, vinha sempre aqui passear na turmada que tinha, porque era bastante gente quando invadiram aqui.” (Entrevistada I). A assentada não residiu no acampamento, mas nas proximidades de um, e assim pode relatar sua experiência. Posteriormente passou a morar no assentamento, pois se casou e o marido possuía um lote. Isso nos indica que, em todos os casos, a relação de proximidade com os espaços de luta e organização do MST está presente, porém se apresenta de maneiras diferentes, levando em consideração a trajetória de cada mulher.

Contextualizando a chegada dessas mulheres aos assentamentos, 10 mulheres saíram do acampamento e residem no mesmo lote até hoje, 2 realizaram permuta e não estão no mesmo lote em que foram assentadas inicialmente, 2 receberam lote porque trabalhavam nas fazendas em que foram implementados os projetos de assentamento a partir do momento que a área foi destinada para a reforma agrária e 2 passaram a residir nos assentamentos posteriormente a sua consolidação a partir de compra do direito do lote.

Visando compreender a realidade das mulheres entrevistadas, 5 indicaram possuir a

concessão do lote em seus nomes, 10 indicaram que está no nome do marido e uma o tem no nome do pai. Uma das pautas das mulheres no interior do MST, ao longo de sua constituição, foi a de que as mulheres estivessem presentes no contrato de uso da terra. Nesse sentido, percebe-se que, ao longo da constituição dos assentamentos, esse direito foi garantido e, em alguns casos, as mulheres foram cadastradas como titulares do lote.

Esse processo se apresenta como algo importante, pois torna a mulher proprietária da área de terra disponibilizada para o grupo familiar. Levando em consideração que historicamente as mulheres foram excluídas deste processo, garantir o nome no contrato como titular se apresenta como uma forma de garantia de direitos.

O mundo rural era eminentemente androcêntrico. As mulheres eram responsabilizadas pelo trabalho doméstico, que compreendia cuidar dos filhos, cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa, fazer o pão, cultivar a horta e criar galinhas. Além disso, tinham que acompanhar o marido na roça. [...] A escritura da terra, era, então, em nome do chefe da família; a associação no sindicato, na igreja e outras formas associativas eram em nome do marido. Mulher e filhos eram englobados nessa filiação. (RENK; WINCKLER, 2017, p. 474-475).

Assim, foi a partir de muita luta dos movimentos sociais do campo e de mulheres que tal realidade passou a se alterar. O direito ao nome no contrato de concessão de uso da terra, a associação no sindicato e em outros espaços de participação contribuem para a autonomia das mulheres. Quanto mais envolvidas nos espaços de debates, mais as mulheres fazem com que suas pautas sejam implementadas.

As mulheres entrevistadas fazem parte da organização do MST, em diferentes níveis de atuação. Parte-se do princípio de que as mulheres que participam da Feira atuam em outras frentes da organização, além da Feira, principalmente no que se refere ao Setor de Mulheres e Saúde e na Regional Vale do Contestado. Segundo uma de nossas entrevistas:

Então a gente fez parte da coordenação do movimento, nós participamos no grupo de saúde, no grupo de mulheres, no grupo de feirantes, nos grupos assim, da saúde mesmo do próprio movimento, a gente sempre está em atividade. Continuemos e continuo até hoje nas atividades dentro do movimento. (Entrevistada G).

Este relato nos faz perceber que a atuação nas esferas do movimento social faz parte da realidade da entrevistada. É a partir dessa atuação que ela busca construir a sua história no interior do assentamento.

Levando em consideração estas questões relativas à participação, pode-se dizer que a realidade vivida pelas mulheres feirantes não pode ser generalizada na totalidade das

mulheres que residem nos assentamentos da região. Como se pode observar no item anterior, há uma intencionalidade das próprias feirantes em fazer com que mais mulheres participem e busquem, a partir da produção e comercialização na Feira, construir novas relações nos assentamentos.

Eu avalio que, quando a gente participa desses encontros, a gente aprende muita coisa, a gente abre a mente, porque às vezes a gente tá em casa trabalhando, trabalhando, cuidando dos filhos e com a mente fechada. Que nem muitas companheiras nossas continuam ainda com essa mente fechada, que é só a casa, só ali, mas se a gente sair, a gente percebe que, além disso, a gente tem muito mais pra fazer, que não é só cuidar dos filhos e ficar em casa, mas a gente aprende que a gente precisa ser mais livre, não ficar só no seu quadradinho. (Entrevistada C).

Neste relato, a entrevistada indica a importância da liberdade e que, ao participar dos espaços de formação na organização, as mulheres buscam construir novas formas de observar a realidade em que estão inseridas. Relata, ainda, a importância de sair de casa, do espaço doméstico, para conhecer outras realidades que possam vir a contribuir com as relações que as mulheres desenvolvem nos seus assentamentos e nas suas propriedades.

No que tange aos níveis de participação, as mulheres feirantes relataram, durante realização de pesquisa de campo, através da história oral, que, ao longo das diferentes trajetórias no movimento social, buscam participar dos espaços de formação oferecidos. Também participam de atividades promovidas por outros atores que atuam na região em que residem. Participar de cursos, reuniões, encontros, mobilizações faz parte da realidade dessas mulheres, levando em consideração as diferentes condições em que vivem.

As 16 participantes da pesquisa relatam que, ao longo da sua trajetória nos assentamentos, buscam estar envolvidas nessas atividades. Das entrevistadas, 6 mulheres indicam que participam ou participaram efetivamente do Setor Estadual de Mulheres e Saúde. As demais relatam que participam das atividades propostas pelo Setor, no município de Passos Maia e em encontros estaduais.

A participação nos núcleos de base e na coordenação regional dos assentamentos, Regional Vale do Contestado, também se apresenta como espaço importante de atuação das mulheres. Os Clubes de Mães e a Pastoral da Saúde são outros espaços que se tornam importantes para a participação das mulheres. Nesse sentido, podem ser caracterizados como “[...] uma espécie de instrumento de denúncia da ausência ou da precariedade dos serviços coletivos municipais.” (GIULANI, 2015, p. 647). Até o momento, esses grupos servem de apoio ao desenvolvimento de atividades nas comunidades e como espaços de encontro e socialização das mulheres. Atualmente, e principalmente pelo fim das atividades de

assistência técnica, uma das entrevistadas indica que o Clube de Mães é o único local de encontro das mulheres de seu assentamento, e mesmo assim enfrenta dificuldade:

[...] mais, com certeza um tempo atrás tinha mais. [...] Antigamente era mais, como é que eu digo... porque não é que as mulheres não queiram participar, mas é que não tá saindo nada pras mulher participar. Até comentei esses dias com elas “Meu Deus, se não fosse o Clube de Mães, a vida da gente era só cuidar da casa mesmo e marido e filho”, porque tempo atrás sai mais coisas, agora não, tá tudo meio parado, tudo quieto. (Entrevistada I).

Ainda sobre a inserção em espaços de participação, vale ressaltar que, do grupo de entrevistadas, duas foram vereadoras no município de Passos Maia. Elas indicam que a participação e atuação no MST foi responsável por atingirem outros patamares na organização na realidade do município. Referente à inserção das mulheres nos espaços políticos, “Muitos estudos têm apontado que a entrada das mulheres na disputa política se faz por dois grandes canais: a participação em movimentos sociais [...] e as relações familiares.” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 191). Nesse sentido, as duas mulheres feirantes que foram vereadoras no município ocuparam esse cargo público devido à inserção no movimento social.

Sobre essa experiência, nossas entrevistadas possuem visões distintas: uma a considera como uma experiência boa, já a outra realiza ponderações e indica que percebeu inúmeras diferenças entre o trabalho realizado como militante do MST e o trabalho de vereadora. Nesse sentido, percebe-se que, ao assumir um cargo eletivo, as relações de poder exercem outro papel, diferente do que era vivenciado na organicidade do movimento social.

Pode-se destacar neste debate a importância da participação e formação das mulheres para que ocupem esses espaços de decisão. Quanto maior for o envolvimento na organicidade do movimento social, em suas lutas, encontros, espaços de educação formal e informal, maior é a conscientização das mulheres nas tomadas de decisão. Acredita-se que muito se deve avançar para que um número maior de mulheres ocupe esses espaços – no próximo capítulo, será mais detalhadamente abordado esse debate.

No que se refere ao desenvolvimento de tarefas externas às da propriedade, no momento das entrevistas, 2 mulheres feirantes indicaram que trabalham como Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), 1 que atua em empresa e 13 realizam as atividades de trabalho exclusivamente na propriedade. As atividades realizadas no interior da propriedade são as de cuidado da casa, dos filhos, plantio na horta, cuidado dos pequenos animais, ordenha das vacas e, também, trabalho na lavoura. Percebe-se que as mulheres atuam, quando necessário, nos diferentes espaços das propriedades.

No que se refere à experiência de trabalho como ACS na realidade do município, uma de nossas entrevistadas nos diz:

Eu acho que é uma coisa boa, uma que é uma coisa que eu gosto de fazer, a gente vem há 16 anos praticamente e a gente já convive com as pessoas, o dia que a gente não sai a gente acha até falta e é uma experiência boa, uma coisa que a gente gosta de fazer. É um pouco meio difícil pela distância, 72 famílias, porque eu não trabalho só em uma área, são três áreas, o assentamento mais três aéreas. Então é meio difícil pra mim, é distante, mas devagarinho a gente vai fazendo. (Entrevistada A).

Este trabalho vem ao encontro do que o movimento social discute no que se refere à questão da saúde. Relata-nos a entrevistada que atua em uma área que abrange famílias de assentamentos. As ações propostas também são permeadas de conhecimentos adquiridos a partir dos espaços de formação do MST.

Assim outra entrevistada contribui com este pensamento:

Então, assim, a gente conversa muito isso com as famílias, que o trabalho nosso é mais trabalhar com a parte preventiva. Eu sempre coloco isso nas famílias onde eu visito, a importância dos alimentos, a importância mesmo dos alimentos e da terra em que nós produzimos, tudo bem natural, agroecológico, comer alimentos bom pra não prejudicar a nossa saúde. Eu sempre estou dando essas orientações pras famílias, pros grupos de mulher quando a gente se reúne a gente sempre tá envolvido assim com as mulheres, onde eu tô eu sempre procuro falar disso, da importância de uma alimentação saudável. (Entrevistada G).

Pode-se perceber a interferência da participação dos cursos, reuniões e da própria experiência de organização do movimento nas práticas desenvolvidas pela entrevistada como ACS. Utiliza desse espaço para dialogar com as famílias, em especial com as mulheres, sobre os cuidados na produção de alimentos saudáveis. Nesse sentido, relaciona-se o debate da saúde com o da produção de alimentos, sendo esta uma das estratégias defendidas pelo MST visando à garantia de novas relações produtivas no campo brasileiro. Isso nos demonstra como o trabalho na base vem sendo desenvolvido, através dos diferentes atores.

Porém, apesar das transformações que vêm ocorrendo no campo e na realidade das mulheres entrevistadas, ainda existem desafios que dificultam a efetiva participação. Sobre esta questão, uma de nossas entrevistadas indica:

Ah... porque desde que a gente se conhece por gente, diz o outro, a mulher era sempre a que ficava pra trás, e acho que muitos levam aquele caminho ainda. A mulher ficava mais em casa, porque antigamente diziam que a mulher ficava ao redor do fogão, as mulher não podiam sair, daí acho que muitas mulher ainda levam isso. (Entrevistada K).

Nesse sentido, são apresentados fatores culturais que impossibilitam as mulheres de participarem nos espaços externos à propriedade. Contribuindo com este pensamento, outra entrevistada refere:

Na verdade as mulher participam bastantinho até, não dá pra se queixar, porque apesar das mulher, a maioria... e um outro problema que eu enfrentei na política ali e a mesma que eu enfrentei na coordenação da Brigada, eu encontrei a dificuldade de sair, de se locomover de um lado pro outro se eu não era motorista e não tinha um carro. Nem que eu tivesse um carro, porque na verdade depois eu tinha um as meia com o L., mas eu nunca aprendi a dirigir e pra sair tu depende. Daí a maioria dos problemas das mulher nossas é não ter carteira, uma parte né? ...é não saber dirigir e daí nós dependemos sempre dos homens pra tá carregando. Claro que agora nós temos uma equipe boa aí, tipo aqui nós tem a O., a R., tem umas par de mulher agora. Mas mais atrás aí... eu pra mim esse foi um dos pontos bem sofridos... foi você sempre precisar de outras pessoas pra te puxar pra lá e pra cá. Quando eu tinha os filhos em casa ainda ia, mas depois que ficamos só nós ficou muito difícil daí. (Entrevistada F).

Percebe-se que já certo grau de dependência das mulheres para se deslocarem, pois não aprenderam a dirigir ao longo de suas vidas; historicamente esta se apresenta como uma tarefa masculina. No que se refere à realidade das mulheres feirantes, 10 indicaram possuir um carro no grupo familiar, porém apenas 3 afirmaram dirigir. Outra entrevistada nos diz:

Eu vejo por mim aqui, eu fiz a carteira de motorista e não é que eu não queira pegar o carro, eu vejo que eu sou barrada... “ah eu vou te levar”. Então a gente vê que os homens ainda tão querendo dizer que as mulher tinham que ficar mais na casa. (Entrevistada B).

Percebem-se, neste sentido, elementos que contribuem para que os papéis desenhados ao longo das suas histórias sigam sendo executados. Fazer a carteira de motorista e dizer que é algo possível a ser realizado pelas mulheres do campo apresenta-se como um elemento de autonomia das mulheres; mesmo assim, não dirigir impossibilita que essa autonomia seja efetivada em sua totalidade. Dentre outros fatores, o ato de dirigir serviria como um instrumento facilitador para a organização da Feira.

A partir dos elementos apresentados nesta contextualização da trajetória das mulheres sem-terra e feirantes, buscou-se compreender os caminhos percorridos por elas e como esse processo tem transformado suas vidas. Suas histórias de vida, ao se juntar com a história de organização e luta do MST, passam a ser compostas por novos elementos: acesso à terra, educação, participação autonomia nas tomadas de decisão.

A experiência histórica da Feira da Reforma Agrária de Passos Maia, objeto de nosso estudo, está carregada dos costumes e das formas de viver das mulheres que compõem o

grupo de feirantes. As decisões tomadas para a formulação do grupo e a continuidade de suas ações estão permeadas de conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas. Muito mais do que um espaço de comercialização de alimentos, a Feira se constitui em um local de diálogo e conscientização dessas mulheres. Nesse espaço, como se observou no decorrer deste texto, diferentes temáticas passaram a ser abordadas após o andamento dos trabalhos, e isso contribuiu para a transformação das participantes.

A partir da compreensão de quem são as mulheres sem-terra e feirantes, buscar-se-á, no próximo item deste estudo, discorrer sobre a produção desenvolvida por elas nas propriedades e como foi se desenvolvendo o processo de comercialização desses produtos no espaço da Feira. É possível relatar que as experiências de vida, os costumes e a cultura em que essas mulheres estão inseridas falam muito sobre as práticas desenvolvidas em suas propriedades.

3.3 A produção para a Feira: o trabalho das mulheres no cotidiano dos assentamentos

Parte-se da perspectiva de que a produção é anterior ao surgimento da Feira e, como visto ao longo deste capítulo, foi devido a essa produção, muitas vezes desperdiçada nas propriedades, que o anseio em constituir a Feira se fortaleceu na realidade local. Então, pensar a produção é algo inerente à realidade das mulheres feirantes; como se pode observar, todas trabalharam ao longo de suas vidas no campo, possuem de longa data conhecimentos práticos sobre a produção de alimentos. Estes conhecimentos são passados de geração para geração e constituem a realidade do campo brasileiro antes do processo de modernização agrícola.

A produção desenvolvida nas propriedades de Passos Maia não possui certificação orgânica⁹. Essas ações estavam em discussão durante o desenvolvimento do trabalho realizado pela ATER, porém, com o seu encerramento no ano de 2017, foram paralisadas. Garantir a certificação é uma forma de potencializar a produção e também as relações estabelecidas com os consumidores, pois se apresenta como garantia de que os produtos adquiridos são produzidos de forma sustentável. O trabalho realizado pela ATER visava à articulação entre os saberes das famílias e os conhecimentos produzidos cientificamente.

⁹ “A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ‘acreditada’ (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. A certificação apresenta-se sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto.” (Disponível em: <<http://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>>. Acesso em: 1 jun. 2018).

Assim, geravam-se novas formas de pensar e organizar a produção nas propriedades.

Por sua vez, o saber tradicional tem a transmissão pela oralidade, inclusive tem sua origem, nas práticas, nas vivências, nas místicas e mesmo na religiosidade. A transmissão se dá das mais diversas formas, podendo ser através da “contação” de história, por relatos de experiência, através de conversas familiares, das discussões de compadrio e mesmo da vizinhança “na hora do chimarrão”. Atualmente pode-se acrescentar, nos encontros e nos cursos de formação, organizados pelos próprios interessados ou por instituições parceiras. (CAMPOS, 2018, p. 54-55).

É nesses espaços do cotidiano das famílias que os conhecimentos sobre as formas de produzir alimentos são socializados. Na realidade de Passos Maia e das mulheres feirantes, esse processo também acontece; as práticas de agroecologia e os modos de produção sustentáveis também são discutidos nesses encontros.

No que se refere à produção, mesmo sem a certificação, as mulheres feirantes buscam produzir de forma agroecológica, sem a utilização de insumos. Nesse sentido, uma das entrevistadas indica: “Eu tenho a lavoura aqui bem grande, então produz de tudo nessa lavoura e que é agroecológico mesmo, tudo plantado sem veneno, sem nada, desde o feijão pra comer e pra feira, tudo dessa lavoura aqui perto da casa.” (Entrevistada Q). A feirante afirma que a produção voltada para o consumo da família, bem como a para venda na Feira, se dá sem a utilização de veneno ou qualquer tipo de insumo. Em sua propriedade, há uma área separada para essa produção, que fica próxima à casa da família. Relata, ainda, que as práticas desenvolvidas nessa área foram ensinadas por sua mãe, bem como aprendeu novas técnicas a partir da participação em cursos e atividades promovidas pelo MST.

Muitas das práticas desenvolvidas das mulheres feirantes foram estudadas a partir das atividades propostas pelas entidades parceiras. Contribuindo com este pensamento, outra assentada nos diz que já participou de vários cursos e que aprendeu

De tudo um pouco. A gente foi em cursos de fazer remédio caseiro, foi em curso de plantar sem veneno, tipo você planta, faz plantio direto e depois dá uma limpadinha só no pé da planta e deixa que de bem agroecológico, pra não passar veneno, a gente aprendeu nos cursos. Até plantar as coisas, fazer os casamentos das plantas, que como a gente já tá numa boa idade não vai plantar bastante, mas o pedaço que a gente planta a gente aproveita bem. Até se tu quiser olhar as lavoras ali pra cima que nós temos, é nós que cuidamos, nós não colocamos veneno. Nós plantamos mandioca, amendoim, batata, milho, feijão, tem aquele misturação de coisa. E a gente aprendeu no curso tudo o que a gente pode plantar com o quê. Nós tivemos bastante curso de formação e o Encontro Estadual, onde você discute o trabalho do outro ano. Esse ano nós já tivemos o Encontro Estadual que foi discutido as coisas desse ano e daí lá vai os setor de saúde, educação, jovens, mulheres, grupo de mulheres, vários assim, grupos que é discuto tudo o trabalho do próximo ano no Encontro Estadual. (Entrevistada F).

Relata, pois, a importância dos conteúdos trabalhados nos cursos visando qualificar a forma de produzir os alimentos em sua propriedade. As trocas de conhecimento se estabeleceram como fundamental em sua realidade. Assim, a produção para o consumo e para comercialização na Feira foi se fortalecendo durante sua inserção no MST e em suas instâncias. Além disso, resta indicada a importância da participação nesses espaços de formação do movimento social visando contribuir no desenvolvimento do trabalho dos Setores. A entrevistada fala sobre o Encontro Estadual do MST, que se caracteriza como “[...] maior instância organizativa do Movimento no estado [...], os Encontros Estaduais deverão ser realizados uma vez ao ano, com coordenadores dos Núcleos e das Brigadas ou Regionais dos Assentamentos, representantes de todos os assentamentos, acampamentos e setores do Movimento.” (MST, 2016, p. 25).

Ela aponta, ainda, que aprendeu técnicas voltadas para a agroecologia, como, por exemplo, a relação entre plantas companheiras e antagônicas e que há vantagens em produzir diversas plantas no mesmo local visando ao maior e melhor aproveitamento do espaço. Outra prática utilizada na produção é o calendário lunar. Sobre isso, outra entrevistada nos relata que produz seguindo

[...] a lua. Como dia um parente meu: “você não vai plantar na lua”. Mas regula. Que nem o feijão: se nós plantar numa lua ruim, que não seja boa, já caruncha ligeiro. E aí a gente já tem essas bases. As pessoas antigas já sabem essas coisas e sempre diziam como plantar assim conforme a lua. (Entrevistada P).

Percebe-se que esses conhecimentos foram passados pelas gerações anteriores e que os resultados são perceptíveis. Atualmente, os estudiosos da agroecologia indicam que esta relação existe e interfere na produção; há a elaboração de calendários lunares e que servem de base para a produção. Segundo as entrevistadas, esse instrumento era trabalhado e distribuído pela equipe técnica de ATER, tornando as práticas de produção voltadas à agroecologia.

A área destinada para essa produção é considerada pequena para as entrevistadas, levando em consideração o tamanho das propriedades: “[...] mas olha, uma meia hectare, era pouco. Um meio hectare de produção pra levar na Feira era pouca coisa, mas era de qualidade, a gente levava um pouco de tudo de uma pequena produção.” (Entrevistada E). Ela pondera, porém, que a produção desenvolvida naquele espaço destinado para a produção diversificada era de qualidade.

Um exemplo pode ser visto na figura 7, há uma das áreas de produção das mulheres feirantes: percebe-se a diversidade de alimentos produzidos para o consumo das famílias e a

venda do excedente no espaço da Feira. Ainda, pode-se verificar ao fundo árvores que contribuem como uma barreira protetora; esse cuidado é necessário, pois há utilização de produtos químicos em outras áreas de produção.

Figura 7. Área destinada para a produção de alimentos saudáveis



Fonte: arquivo pessoal.

Outra entrevistada relata que o tamanho do lote rural é de 13,5 hectares, porém destina para a produção voltada ao consumo familiar e comercialização na feira em torno de “[...] 1,5 só pra isso. Daí lá eu faço uma plantação meio de tudo, porque lá plantei mandioca, feijão, batata-doce, batatinha, cebola, amendoim, tudo naquele quadro ali.” (Entrevistada O).

Sobre a questão da área de terra destinada para essa produção, há no interior dos assentamentos a percepção de que a produção de monoculturas é fundamental para o desenvolvimento da agricultura. Isso tem reflexos da forma como o trabalho dentro das propriedades rurais foi se estabelecendo ao longo do tempo: cabe aos homens o cuidado da produção em grande escala e mecanizada, e às mulheres a produção para o consumo familiar.

Por isso, as áreas disponibilizadas são tão díspares, pois, como se pôde analisar anteriormente, o trabalho das mulheres é subjugado e colocado em segundo plano. Todavia, é este trabalho que realiza a produção de alimentos de uma forma diversificada. Isso é possível de ser verificado na figura 8.

Figura 8. Área de produção de alimentos diversificada



Fonte: arquivo pessoal.

Segundo uma de nossas entrevistadas, esse plantio realizado para o consumo é desenvolvido especialmente pelas mulheres, “[...] porque as mulheres têm mais paciência pra esperar as coisas acontecer. Os homens já querem plantar hoje e amanhã já querem que esteja dando. As mulheres já não, elas ficam cuidado, elas já tem a manha.” (Entrevistada A).

Contribuindo com este raciocínio, outra entrevistada afirma:

Eu vejo que a mulher sempre tá empenhada a produzir, porque já vem lá de... de produzir uma coisa saudável, de cuidar da terra, de ter amor pelo que planta e a mulher tem tudo essa capacidade de ter olhar diferente pra questão da terra, do cuidado, das plantas. Acho que por isso e a partir disso que nem as mulheres diz que se não tivesse amor pela terra, tem que ter amor pelo que você está fazendo você não vai meter um litro de veneno lá numa mandioca, numa batata e que você vai plantar pra vender, seja pra vender ou pra você comer. A mulher tem um papel muito importante. (Entrevistada C).

São as mulheres que desenvolvem essa produção, pois historicamente esta função é destinada a elas. Na definição de papéis femininos e masculinos, cabe às mulheres o cuidado do espaço privado. Porém, isso não pode ser naturalizado, reproduzindo-se experiências conservadoras e tradicionais. “Apesar das mulheres aparecerem com preponderância no processo de reprodução social da agricultura familiar com base agroecológica e na construção da sustentabilidade, se discute pouco a importância de seu trabalho.” (BURG, 2005, p. 31). Isso ocorre pois é um trabalho com preponderância de atuação das mulheres. Muito além de

ser algo destinado a gênero, pensar a agroecologia deve ser uma estratégia de produção visando ao enfrentamento do modelo hegemônico de produção.

Pensar a Feira e a produção destinada a ela deve ser uma estratégia que ressignifique as relações existentes nos assentamentos e nas instâncias do MST. No momento em que se estrutura, a Feira organizada pelas mulheres passa ter outra dimensão: de espaço fundamental para se repensar as formas de produzir e reproduzir a vida naquelas localidades.

No que se refere à produção comercializada na Feira, durante a pesquisa de campo foi possível realizar levantamento dos produtos, eram disponibilizados os seguintes: uva, cucas, pães, bolachas, saladas/ hortaliças, cenoura, mandioca, batata-doce, chuchu, batata, cebola, milho verde, feijão, repolho, pipoca, amendoim, moranga, ovo, doce de leite, chimia de pêssego, chimia de figo, alho, manteiga, frutas, beterraba, tempero verde, banha, pinhão, sementes, chia, rapadura, sabão, remédios medicinais, trabalhos artesanais. Essa produção diversificada era realizada nas diferentes propriedades. Visando contextualizar esse debate, uma das entrevistadas indica:

A gente trabalha na agroecologia, plantando na horta as coisas que seria na horta e depois coisas assim... eu faço as cucas, as bolachas, meus remedinhos naturais, e assim conforme a gente pensou as atividades pras coisas pra levar pra Feira. Desde banha, ovos, tudo assim os nossos produtos. (Entrevistada G).

A feirante relata como é o desenvolvimento da produção em seu lote e alguns dos produtos comercializados. Dentre eles, as plantas medicinais, muito utilizadas pelas mulheres sem-terra. Esta é umas das temáticas desenvolvida nos cursos, reuniões e formações na organicidade do movimento social. Nesse sentido, percebe-se que a influência das plantas medicinais é intrínseca à história do Brasil. Nos assentamentos, é muito forte a presença e a utilização da plantas medicinais. “A utilização de plantas medicinais tem baixo custo de produção para os agricultores com disponibilidade de área para o cultivo de um horto medicinal, considerado como uma ‘farmácia viva’.” (LUDTKE; CHIMINI, 2016, p. 23).

Uma das ações realizadas pela ATER, durante o trabalho nas áreas de assentamento, era a implantação de hortos medicinais (Figura 9). Segundo as mulheres entrevistadas, essas práticas foram realizadas em diversos assentamentos e contribuíram para a reflexão e prática acerca dessa temática na produção e reprodução da vida das famílias de Passos Maia e região.

Figura 9. Implantação de horto medicinal



Fonte: arquivo pessoal.

Ainda no que se refere à produção desenvolvida nas propriedades, outra feirante afirma:

[...] plantiozinho pro gasto, pra comer e pra feira eu não uso veneno, é tudo carpido. Eu acho que seja justo, porque como você vai fazer uma feira, sendo agricultora de assentamento, ainda por cima e ir numa feira com produtos à base de veneno, não dá, tem que ser orgânico, sem veneno. E eu acho muito bom, acho certo e não gosto de coisas com veneno, prefiro o que eu posso evitar, eu evito o veneno. (Entrevistada I).

Nesse sentido, indica que o plantio para o consumo e para comercializar na Feira é realizado sem a utilização de veneno. Ainda, trata como fundamental nesse processo o cuidado para a comercialização de um produto de qualidade. Assim, a diversificação da produção através de práticas agroecológicas é característica presente na realidade da Feira estudada.

Todo o processo de produção está alicerçado nos conhecimentos construídos a partir das relações vividas pelas mulheres feirantes e na interação com os diferentes atores que compõem a organização dos assentamentos. Pensar e refletir sobre a produção saudável, desenvolvida para o consumo e para a comercialização na Feira, deve ser uma das principais estratégias de atuação das instâncias do MST.

4 O debate proposto pelo MST e a realidade das mulheres assentadas no município de Passos Maia (SC): proximidades e divergências

Neste capítulo, buscar-se-á relacionar a compreensão do MST sobre os conceitos-chave desta pesquisa – “relações de gênero”, “trabalho” e “agroecologia” – e a respectiva compreensão das mulheres feirantes verificada durante realização de pesquisa de campo no município de Passos Maia. Assim, será possível perceber quais as proximidades e as divergências no que tange a essa realidade.

Inicialmente, serão apresentados elementos sobre o debate acerca das relações de gênero. Neste sentido, será conceituado o debate de gênero e caracterizada a constituição do Setor de Gênero na estrutura organizativa do MST, suas linhas políticas e de atuação na realidade do movimento social. Assim, as reflexões realizadas no MST em âmbito nacional serão relacionadas com a experiência vivida pelas mulheres sem-terra e feirantes do município de Passos Maia, levando em consideração seus costumes e a cultura em que estão inseridas.

Visando compreender elementos relacionados ao conceito de “trabalho”, num segundo momento, serão explorados os debates sobre o que é trabalho, como é proposto no interior do MST e como as mulheres feirantes compreendem esse conceito. Outro ponto a ser abordado neste item é a divisão sexual do trabalho, buscando compreender o conceito em relação com o debate acerca de gênero. Aspectos voltados para a forma de produção também serão discutidos neste item, pois neste caso é possível perceber que existem papéis masculinos e femininos no desenvolvimento do trabalho nas propriedades.

Por fim, será abordado o conceito de “agroecologia”, essencial na organicidade do MST; apresenta-se como uma orientação na forma de produzir nas áreas de assentamento. Ainda, será realizada reflexão sobre o que é agroecologia e como esse debate se organiza nos documentos produzidos pelo movimento social, bem como a partir dos aspectos apontados pelas mulheres feirantes entrevistadas para este estudo.

Nesse sentido, nosso anseio é compreender como esse canal de diálogo vem se construindo entre o movimento social e as mulheres que o compõem, que se encontram na Feira da Reforma Agrária de Passos Maia. Assim, buscar-se-á compreender a existência de lacunas entre o discurso produzido pela organização do MST e o das mulheres assentadas que participaram da pesquisa.

Cabe ressaltar que essas mulheres que participam da Feira possuem um envolvimento em diferentes níveis de organização do MST, como foi possível visualizar no capítulo 3 deste estudo. No interior dos assentamentos, podem ser localizadas vivências diferentes das apresentadas pelas mulheres pesquisadas. Ao longo do texto, as próprias feirantes apontam que há diferentes níveis de compreensão sobre a realidade nos assentamentos e acampamentos. Assim, a partir deste estudo, busca-se realizar reflexões que venham contribuir com esses espaços de diálogo e emancipação das mulheres no MST.

4.1 O debate acerca das relações de gênero: o Setor de Gênero do MST e as mulheres feirantes

Escrever sobre as mulheres e o processo de igualdade das relações de gênero na organização das sociedades é questão central para este estudo. Esta realidade faz parte do processo de constituição do MST, e as mulheres feirantes vivenciam essas relações em seu cotidiano. Leva-se em consideração, para o desenvolvimento deste estudo, a compreensão acerca das lutas feministas ao longo da história. Percebe-se que no Brasil, a partir das três ondas feministas (1ª onda: início do século XIX; 2ª onda: a partir do ano de 1970; e 3ª onda: a partir da década de 1990), muitas transformações ocorreram no que se refere aos estudos e lutas das mulheres.

Nesses diferentes momentos da história, novas percepções passaram a ser assumidas pelos grupos feministas. A utilização do termo “relações de gênero” tornou-se fundamental para compreender e ampliar os debates sobre as mulheres nessa sociedade. A partir do surgimento do conceito de “gênero”, busca-se compreender além das diferenças físicas e biológicas existentes entre homens e mulheres.

A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O gênero enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos femininos se centravam sobre as mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizavam o termo ‘gênero’ para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário de análise. (SCOTT, 1990, p. 5).

Passa-se a discorrer sobre o termo “gênero”, sendo assumida uma forma relacional para o debate. Neste caso, é fundamental perceber que os debates propostos nesse período buscam desconstruir uma visão normativa de o que é ser homem e o que é ser mulher. Ainda neste sentido, buscando discutir sobre o enigma da igualdade, nos indica Scott (2005, p. 20-

21):

Quando a exclusão das mulheres da cidadania foi legitimada pela referência às diferenças biológicas das mulheres e dos homens, a ‘diferença sexual’ foi estabelecida não somente como um fato natural, mas também como uma base ontológica para a diferenciação política e social. No período das revoluções democráticas, as mulheres foram consideradas como *outsiders* políticas, devida à diferença sexual.

É visando publicizar essas desigualdades que o termo gênero surge, buscando ampliar as discussões sobre essas relações desiguais, tornando-as um tema a ser debatido entre os diferentes grupos da sociedade, algo público.

Identifica-se, pois, que as transformações vivenciadas ao longo da história não contribuíram apenas para o crescimento e o desenvolvimento das mulheres. Segundo Lisboa (2003), a visão e a práxis do movimento feminista são essenciais para a vida de todos, homens e mulheres, no que se refere à transformação da qualidade de vida, das instituições políticas e sociais e principalmente das relações de gênero. Cabe aqui destacar que o termo “gênero” não se caracteriza como sinônimo de “mulheres”, já que o conceito surgiu para melhorar a compreensão sobre as desigualdades pertinentes a homens e mulheres, num sentido mais amplo.

É nesse cenário que o conceito se estabelece, e ainda hoje vem sendo discutido e transformado em nossa sociedade. Novas pesquisas, novos termos e, assim, novas definições para os debates acerca das relações entre todas as pessoas levam em consideração suas diferenças e singularidades. Essa discussão tem se feito muito presente e os movimentos feministas, a partir de suas correntes teóricas e de luta, buscam dialogar em muitos espaços visando à construção de uma sociedade mais justa. Desse modo, surge o conceito de “interseccionalidade”¹⁰, que atualmente contribui para os estudos na área. De acordo com Bilge (2009, p. 70 apud HIRATA, 2014, p. 62-63),

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a

¹⁰ “A problemática da ‘interseccionalidade’ foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs.” (HIRATA, 2014, p. 62).

partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Assim, compreender que a luta dos movimentos feministas e de mulheres não deve ser hierarquizada é algo fundamental para o avanço das lutas nesse campo. As opressões são sentidas de forma diferente, levando em consideração os aspectos que envolvem as questões de raça, gênero e classe social.

Considerando os aspectos sobre o surgimento do MST discutidos no primeiro capítulo, após sua criação no ano de 1985, novas pautas foram incluídas, visando à melhoria das condições de vida das famílias que participam desse movimento social. Dentre os temas que passaram a ser abordados pelo movimento, está o debate acerca das relações de gênero. Para além dos debates, várias pesquisas acadêmicas passaram a compor essa realidade e têm sido realizadas com o intuito de compreender o MST, o processo de luta pela terra e também como se apresentam as relações de gênero nesse contexto.

A luta pela terra, ao mesmo tempo que coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos formando uma identidade coletiva – a de sem-terra, produzida a partir de uma consciência de classe trabalhadora –, gera também a necessidade de recriação das identidades de gênero e do papel da mulher, cuja participação na luta social, desde a constituição do MST, tem posto em movimento práticas político-organizativas que recriam os espaços e as relações de gênero. (SCHWENDLER, 2009, p. 204).

Nessa perspectiva, observa-se que, a partir da constituição e efetivação do MST, tornou-se necessário incluir novos debates em sua pauta, tendo em vista a complexidade das relações em seu interior. Discorrer sobre a realidade das mulheres e sobre a sua participação no interior do movimento social passa a ser fundamental para a melhoria das relações sociais estabelecidas. Esse debate é ainda fundamental para a organização do MST, visando à construção de estratégias para o seu enfrentamento.

Apona-se, pois, que se torna fundamental a “[...] preocupação do Movimento em relação às mulheres.” (SILVA, 2004, p. 269). Porém, mesmo com esse contexto propício à inclusão dos debates, ainda se observa forte resistência para que as mulheres pudessem ocupar determinados espaços políticos historicamente ocupados pelos homens. Essa realidade corresponde ao modelo de sociedade em que o movimento social está inserido, sendo que continua a reproduzir formas e definições de papéis para cada sujeito previamente estabelecidos. São essas questões que os novos debates sobre a temática vêm discutir.

Nesse período, na realidade do MST, tornou-se necessário impulsionar os debates

acerca do conceito de “relações de gênero”, pois as mulheres sempre estiveram presentes nos diferentes espaços de luta, tendo um papel fundamental nos enfrentamentos e resultados obtidos no decorrer de suas ações.

As relações de gênero no interior de produções subjetivas em acampamentos e assentamentos do MST são muito significativas no conjunto dos discursos e práticas que as constituem. Em primeiro lugar, porque uma das preocupações do Movimento a partir de 1980 foi incorporar algumas discussões de orientação feminista bastante fortes nessa década. Depois, porque se investiu muito nas mulheres como sujeitos militantes, com direitos, mas sobretudo deveres no interior do Movimento. Essas preocupações, de certo modo, também reconstituíram partes dos discursos de “igualdade” e “emancipação feminina” que marcaram presença nos enunciados socialistas a partir do século XIX. (SILVA, 2004, p. 270).

Isso nos indica que os debates acerca das relações de gênero foram sendo incluídos no interior do MST a partir da década de 1980, já no seu surgimento, levando em consideração as mudanças sociais da época. A produção de materiais para o debate, como cartilhas, livros, textos, é constituída a partir dessas fontes. As discussões feministas foram fundamentais para iniciar esse processo de definição de novas pautas, tendo em vista a realidade das mulheres na sociedade, mas especificamente no interior do movimento. Havia a necessidade de se enfrentar as relações desiguais vivenciadas pelas mulheres, e que até hoje se apresentam como um desafio para a organização.

As desigualdades entre homens e mulheres vêm sendo mantidas ao longo da história como uma característica das sociedades patriarcais. Segundo Machado (2000, p. 3), “o termo ‘patriarcado’ remete, em geral, a um sentido fixo, uma estrutura fixa que imediatamente aponta para o exercício e presença da dominação masculina”. O patriarcado se apresenta como um estereótipo predominante em muitas sociedades, visando justificar o modelo de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Para Miotto (2004), é um fenômeno que se apresenta como uma concepção naturalizada pelos indivíduos no que se refere às obrigações familiares e nas demais instituições da sociedade (escola, política, igreja, etc.).

Assim, a categoria “gênero” nos permite entender de que maneira as desigualdades vão manter esse patriarcado e como as instituições econômicas, políticas e sociais estão permeadas por essas práticas machistas, tanto nos espaços urbanos como nos rurais. No que se refere à realidade do campo,

Até os anos 80, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito a aposentadoria e ao salário maternidade, não era sindicalizada e seu nome não constava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, com resultado da pressão e

organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas nos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criando pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão das mulheres na reforma agrária. (SCHWENDLER, 2009, p. 209).

Pode-se compreender que, para as mulheres do campo conquistar direitos, como, por exemplo, serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, foram necessários inúmeros debates, muita luta e resistência. Essas ações foram importantes para a articulação de diferentes movimentos sociais que compõem atualmente as organizações do campo.

Desse modo, o MST passou a colocar em pauta o debate sobre as desigualdades de gênero existentes na sociedade, mas com maior propriedade as vivenciadas no interior de sua estrutura organizativa. Assim, “[...] a participação feminina na luta pela reforma agrária por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), abre a possibilidade de questionar antigas hierarquias, embora o resultado possa não ser uma maior igualdade.” (PAULILO, 2009, p. 185).

Um dos primeiros materiais produzidos pelo MST, e que buscou discorrer sobre a questão de gênero, foi o “Caderno de Formação n. 15: A mulher nas diferentes sociedades”, “[...] elaborado em 1988, pela Equipe de Mulheres da Secretaria Nacional do MST, com sede em São Paulo. Ao que tudo indica, esse caderno (1988) faz parte dos primeiros esforços de formulação teórica do MST dirigidos a mulher.” (CHAVES, 2009, p. 32). Esse material reflete o esforço do movimento social em trazer à tona o debate sobre as mulheres e as desigualdades vivenciadas no interior dos assentamentos e acampamentos. Refletir e debater sobre os temas acerca das relações de gênero era algo urgente e fundamental para o fortalecimento das ações do movimento social.

Nas dezenove páginas deste caderno (1988), identificamos uma proposta político-educativa do MST, expressa por meio de diferentes linguagens. A leitura de gênero utilizada pelo Movimento está fundamentada no materialismo histórico e seu texto escrito e ilustrado por imagens, gravuras e fotografias concernentes a mulher enquanto trabalhadora rural na capa, no verso e interior das publicações. Desde o início da produção textual do MST, existiu uma preocupação dessa organização com a participação da mulher na luta política. Já nesse momento, a Equipe de Mulheres considerou relevante a participação da mulher na conquistados trabalhadores, além de reconhecer que ela tivera menos oportunidades de se capacitar adequadamente. (CHAVES, 2009, p. 32).

Fortalece-se, assim, a percepção de que, ao longo do surgimento do MST, o debate das mulheres tornou-se importante para a continuidade das lutas. Além disso, indica a importância da atuação das mulheres e a necessidade de fortalecer os espaços e as oportunidades de

capacitação, estudo, entre outras formas de tornar as mulheres sujeitos mais participativos e atuantes na organização.

Nesse Caderno de Formação, é possível perceber a correlação entre os conceitos de “gênero” e “classe”, levando em consideração que as mulheres trabalhadoras rurais encontram-se, majoritariamente, nas camadas mais pobres da sociedade. Essa percepção ocorre também pelo fato de esta estar baseada em discussões provenientes do materialismo histórico, corrente teórica assumida pelo MST ao longo de sua constituição.

Continuando a descrição dos materiais específicos sobre as mulheres, pode-se indicar que, em 1996, o MST lançou uma cartilha denominada “A Questão da Mulher no MST” (Anexo A), em que buscou elaborar um plano de trabalho formulado a partir do Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST no ano de 1996. A partir dos debates oriundos desse encontro, foi possível identificar os principais problemas, discorrer sobre a evolução das linhas políticas e, por fim, elaborar um plano de trabalho nas diferentes instâncias da organização. Ainda sobre esse material, pode-se indicar que os três principais documentos utilizados para nortear as discussões foram as “Normas Gerais do MST” (1989), o “Documento Básico” (1993) e o “Programa Agrário de 1995”. Assim, é possível perceber que os debates acerca das mulheres estavam fundamentados a partir dos documentos que compunham a base do MST e de sua organicidade.

No que se refere aos objetivos estratégicos do Plano de Trabalho, buscava-se “[...] construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal); tratar a questão de classe e gênero como um princípio; massificar e qualificar a participação da mulher; e dar organicidade à participação das mulheres.” (MST, 1996, p. 07).

Nesse sentido, é visível a influência dos debates de gênero na contextualização do trabalho a ser realizado com as mulheres em todas as instâncias organizativas do MST. No período, também houve a consolidação do Coletivo Nacional e dos Coletivos Estaduais, que passaram a organizar os debates e as ações para a realidade das mulheres assentadas. Ainda nesse documento, são descritas palavras de ordem específicas para a questão das mulheres, que deveriam ser popularizadas entre elas e utilizadas nos espaços de luta e resistência. As palavras são “Olgas, Roses e Rosas, também Margaridas. Mulheres em luta pela nova vida; mulheres conscientes, na luta permanente; e Se a mulher participar, nós vamos massificar.” (MST, 1996, p. 11).

Outro documento importante para o debate foi elaborado no ano de 1998, formando uma coletânea de textos intitulada “Compreender e Construir Novas Relações de Gênero”

(Anexo B). Nesse documento, elaborado pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST, na Área de Gênero, apreço como intuito ampliar os debates promovidos pelo movimento social no que tange às questões das mulheres, mas percebendo e ampliando a conceituação de “gênero” e as novas relações que deveriam ser estabelecidas entre as mulheres e os homens que compunham a organização. O material contém textos de diferentes autores que visam elaborar um documento específico para os estudos dos militantes no que se refere às questões de gênero. É composto, pois, pelos seguintes textos: Luta de Gênero e Classe (Lígia Mendonça); Uma Revolução dentro da Revolução (James Petras); Educar para não Discriminar (Rede Mulher); Mulheres e Trabalho (Isabel Greem); O que é ser Mulher? (Miriam da Silva e Nalu Faria Silva); Cidadania para as mulheres (Sem Autoria); A questão das Mulheres no MST (Coletivo Nacional de Mulheres MST); e Campanha de documentação (Sem Autoria)”. A partir destes textos, buscou-se tornar os debates assumidos pela organização acessíveis para as mulheres sem-terra.

Focando no texto produzido pelo Coletivo Nacional, percebe-se que, a partir do objetivo “elevar o nível de participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na sociedade que queremos construir” (MST, 1998, p. 48), o grande desafio era tornar a participação das mulheres um mecanismo para a construção das novas relações entre os sujeitos que compunham o movimento, bem como a sociedade. Para isso, indicava: “Sendo assim, o MST, para avançar na luta pela Reforma Agrária, na luta por transformações, tem que pegar como sua a responsabilidade da participação das mulheres nas lutas e na organização.” (MST, 1998, p. 50).

Por fim, ainda analisando esse documento, é possível compreender a existência e o fortalecimento das ações em todos os níveis de organização do MST, para que o debate e as ações referentes às mulheres e relações de gênero fossem potencializadas. Nas páginas 51 e 52, são expostas indicações de metodologias de trabalhos com as mulheres acampadas e assentadas.

Contribuindo com essa reflexão, na realidade dos assentamentos de Passos Maia, no dia 21 de fevereiro de 1999, foi realizado o Encontro Regional de Mulheres da Reforma Agrária¹¹, no assentamento Zumbi dos Palmares, Comunidade Santo Antônio, tendo a participação de 155 pessoas. Esse assentamento é oriundo da ocupação Ameixeira, citada no primeiro capítulo deste estudo. Analisando a lista de presença do evento, foi possível localizar a participação direta de 7 mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Em outros casos, o

¹¹ Informações obtidas no CEOM a partir da realização da pesquisa documental, em que se encontram as listas de presença do evento, bem como as respostas oriundas do trabalho de grupo realizado na atividade.

marido participou ou a mãe da feirante é que esteve presente na atividade.

A partir dos documentos analisados, é possível perceber como a atividade foi estruturada: num primeiro momento, foi realizada fala sobre a temática do evento e, em seguida, realizado trabalho de grupo. Assim, as mulheres reunidas puderam responder três questões: “1 Que nos impede de participar? 2 Nós mulheres nos consideramos importantes para a luta? 3 O que o MST tem que fazer para a mulher participar?”

No que se refere ao trabalho de grupo, foram localizadas 12 folhas contendo as respostas apresentadas pelos grupos compostos pelas participantes. Nesse sentido, é possível correlacionar o que as mulheres de Passos Maia estavam discutindo com as indicações realizadas pelo MST a partir do Coletivo Nacional de Mulheres. Percebe-se que, nesse momento, há a materialização dos trabalhos propostos nos materiais elaborados para o fortalecimento do debate acerca da participação das mulheres nos acampamentos e assentamentos do movimento social.

Analisando as respostas, percebe-se que muitos dos fatores que impossibilitavam a participação das mulheres naquele período ainda hoje perpassam as realidades transcritas pelas mulheres que participam do grupo da Feira. As principais respostas referentes ao que impede a participação das mulheres foram “filhos pequenos”, “o marido proíbe, não deixa”, “dominação do companheiro”, “condições financeiras”, “trabalho”, “lote individual”, “distância, falta de transporte”, “problemas de saúde”, “falta de interesse”, “medo”, “críticas entre as próprias companheiras”, “comodismo”, “timidez”, “sentimento de inferioridade”, “desconfiança”, “o sistema capitalista”.

No que se refere à segunda questão, que indica se as mulheres consideram importante sua participação para a luta, as respostas foram no sentido de que consideram importante a participação das mulheres, pois fazem parte de uma organização. Seguem dizendo que a conquista da terra não é apenas do homem, mas também da mulher, pois lutaram juntos, o que é importante, pois é só lutando que se conquistam direitos e igualdade na sociedade; e também porque querem uma sociedade diferente. Percebe-se que as mulheres acreditam ser fundamental ampliar a participação nos diferentes espaços da organização da qual fazem parte e que essa luta é de todos, independentemente de gênero.

Por fim, respondendo a última questão, indicam as alternativas que o MST deve utilizar para ampliar a participação das mulheres: realização de mais encontros, cursos, formações para as mulheres, que o cadastro no INCRA seja feito junto com o homem no que se refere ao contrato e aos créditos, conscientizar mais os núcleos, mais visitas dos dirigentes

às comunidades assentadas, despertar em cada um o sentimento de que a mulher é importante, esforço das mulheres em participar das reuniões, reuniões com as mulheres e os homens nas comunidades para que eles acreditem na realidade e não em fofocas, incluir as mulheres em mais setores, dar mais chance para as mulheres estudarem, as mulheres têm que se libertar dos trabalhos e participar e, por fim, há que combater o machismo e conscientizar as mulheres do valor que elas têm.

Aponta-se como fundamental destacar alguns elementos dessas repostas. Pode-se perceber a importância da criação de espaços que visem à ampliação da participação das mulheres no MST, bem como na realidade do lote, já que as mulheres percebem a importância de estarem envolvidas no recebimento dos recursos e créditos para o desenvolvimento do trabalho na propriedade. Outra questão importante é a inclusão das mulheres em mais setores do movimento social, para além do Setor de Mulheres. Isso indica a ampliação da participação nas esferas organizativas da entidade. Fomentar e ampliar os espaços de formação das mulheres a partir do estudo também se apresenta como importante. E, por fim, cabe destacar a utilização do termo “machismo”, indicando-se a necessidade de combatê-lo na realidade dos assentamentos, visando uma maior conscientização por parte de todos sobre a questão da mulher.

Refletindo sobre o evento e as respostas descritas no trabalho de grupo, é possível perceber proximidades entre as discussões indicadas nas cartilhas do MST e a realidade vivida no assentamento de Passos Maia nesse período. Porém, era perceptível a necessidade urgente de avanços no trabalho para com as mulheres e de processos de diálogo, como os realizados nos encontros, que tomassem formas práticas no cotidiano das famílias assentadas e acampadas.

Durante pesquisa de campo no CEOM, localizou-se ofício do Coletivo Nacional de Gênero ainda de 1999, para o Responsável Político pela área de Gênero e Coletivo Estadual, tendo como assunto material de estudo a questão gênero. Segundo o documento, estava sendo enviado um texto denominado “A participação feminina no MST – um estudo comparativo sobre o cotidiano de mulheres assentadas em Promissão/SP e Cratêus/CE”, de autoria de Dulcinéia Pavan, tendo como intuito ser discutido nos Coletivos Estaduais, indicando que deveria contribuir para o debate das questões de gênero no MST. Também destacava a importância de realizar discussões em diferentes espaços a partir do texto, ferramenta importante para os avanços dos debates acerca da participação das mulheres no movimento.

Esses diferentes momentos destacados e localizados a partir da pesquisa de campo

servem como exemplo das ações que vinham sendo desenvolvidas nos assentamentos e nos coletivos estaduais a partir dos direcionamentos assumidos pelo MST. É importante frisar que muitos debates como esses foram realizados e, durante realização de pesquisa de campo, as mulheres feirantes destacaram que, ao longo de suas trajetórias no MST, participaram de momentos de formação como os indicados. Visando exemplificar esse processo, uma de nossas entrevistadas refere:

Já a gente já foi em bastante encontros que discuti sobre os direitos, só que ainda não tá muito bem. Tem os direitos, só que muitas ainda não conseguem os seus direitos e tem mulher ainda que sofrem algum preconceito. Hoje ainda não é todas que se libertaram. Só que ainda nos assentamentos é a região que as mulheres são mais entendidas sobre isso, porque a gente vê fora dos assentamentos tem mulher que é bem mais... ela depende de tudo, não são independentes. Acho que porque nos assentamentos sempre teve os encontros, porque alguma ia e sempre repassava. (Entrevistada Q).

A feirante evidencia que, ao longo de sua trajetória no MST, participou de muitos encontros e que, atualmente, ainda são necessárias muitas discussões e ações para que todas as mulheres se libertem. Vale destacar que, segundo a entrevistada, as mulheres dos assentamentos ainda encontram-se num patamar de maior esclarecimento, tendo em vista a participação nos cursos, encontros e formações promovidos pela organização; ao se referir às mulheres do campo e que não estão organizadas a partir de movimentos sociais, afirma acreditar que ainda há uma dependência maior.

Retomando as reflexões acerca dos materiais produzidos pelo MST ao longo de sua trajetória que têm como intuito contribuir com os debates acerca do conceito de “gênero”, verifica-se que no ano de 2000 foi elaborada uma cartilha denominada “Mulher Sem Terra” (Anexo C). Nela, são descritas orientações gerais e elementos para o debate, divididos em oito encontros. A elaboração foi realizada pelo Coletivo Nacional de Gênero do MST, sendo que nesse momento da história do movimento social observa-se a alteração no nome: no documento anterior denominava-se “Coletivo Nacional de Mulheres do MST”. A mudança está relacionada com os debates propostos pelos movimentos feministas e de mulheres, levando em consideração o momento histórico, vem ao encontro das transformações dos debates pertinentes ao tema.

A cartilha busca contribuir com os debates a serem desenvolvidos em todos os assentamentos do País. As temáticas abordadas se organizam assim: 1º Encontro: As mulheres e a luta de classes; 2º Encontro: Relações de Gênero; 3º Encontro: Educar sem discriminar; 4º Encontro: Os valores; 5º Encontro: Cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos; 6º

Encontro: Mulher e Saúde; 7º Encontro: As mulheres e a construção do projeto popular; 8º Encontro: As mulheres e a reforma agrária.

As discussões promovidas por esse material visam à emancipação das mulheres, levando em consideração as questões de gênero, cuidado com a saúde, mas também a construção de um projeto popular defendido pelo MST. Percebe-se a necessidade do movimento em contribuir na capacitação das mulheres, para que juntos homens e mulheres possam construir novas relações que venham contribuir com a reforma agrária e a organização dos acampamentos e assentamentos. (Foi localizado exemplar da cartilha na Secretaria Estadual do MST de Santa Catarina.)

Partindo para o ano de 2001, foi elaborado um livro chamando “Construindo o Caminho” (Anexo D), que buscou sistematizar as ações necessárias para a atuação nas diferentes áreas do MST; dentre elas, um item denominado Setor de Gênero. Segundo este documento:

No decorrer da luta do MST, através das discussões da vivência, podemos dizer, com certo orgulho, que crescemos no entendimento da necessidade e importância da participação da mulher em nossa organização, do seu desenvolvimento como ser humano e cidadã, da sua igualdade na diferença com o homem. Embora o trabalho de base em muitas regiões ainda seja necessário organizar grupos de mulheres para que elas possam se expressar, ampliar sua visão de mundo e se preparar para participar da organização, nas instancias regionais, estaduais e nacionais já podemos falar em relações de gênero. (MST, 2001, p. 145).

É possível, pois, perceber a ampliação dos debates realizados no interior do movimento social, principalmente a partir da elaboração de materiais que buscavam fomentar essas discussões nos diferentes níveis de organização. Percebe-se nesse texto a indicação, com certo orgulho, dos avanços percebidos no que se refere ao debate sobre a participação das mulheres e à importância conceitual em se falar de relações de gênero. Nesse cenário, muitas reflexões acerca do conceito de “gênero” foram sendo assumidas pelo movimento.

Discutir gênero é falar do ser humano feminino e masculino, que são ao mesmo tempo fortes e frágeis. É mostrar que é possível garantir a igualdade entre homens e mulheres, tanto na vida social quanto pessoal, respeitando as diferenças. Preocupamos estabelecer novas relações de poder e não apenas número de mulheres no poder. Entendemos que precisamos crescer enquanto mulheres e homens novos construindo novas relações econômicas, sociais, políticas e ambientais, baseadas em novos valores, como respeito, companheirismo, solidariedade, justiça e amor. Nesse sentido a construção de novas relações de gênero não é apenas importante, mas absolutamente necessária para avançar na luta de classe e construir uma sociedade realmente socialista. (MST, 2001, p. 145-146).

Nesse documento, são apresentados os objetivos do Setor de Gênero, que visam

direcionar os debates desenvolvidos no interior do movimento. Esses objetivos passam a compor as discussões pertinentes ao debate da participação das mulheres, da utilização do conceito de “gênero”, bem como da criação de novas relações entre os sujeitos que compõem o movimento. Assim apresentam-se os objetivos gerais:

- a) Levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar a luta de classe.
- b) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade.
- c) Contribuir para a transformar as relações de gênero no MST para que homens e mulheres sejam de fato sujeitos sociais.
- d) Motivar a construção de novas relações na família, militância e instancias, baseadas em valores como respeito, solidariedade, igualdade de companheirismo. (MST, 2001, p. 147).

É possível perceber a importância de envolver todas as instâncias para o fortalecimento do debate de gênero e a construção de novas relações no interior da organização.

Visando contribuir com os objetivos propostos pelo MST, foram criadas 11 linhas políticas de gênero, como ferramentas de ação. Segundo o material produzido, “Essas linhas devem ser cumpridas pelo conjunto da organização.” (MST, 2001, p. 152). Buscar-se-á apresentá-las na íntegra, pois se percebe que são fundamentais para a compreensão do debate de gênero no interior do movimento. Cada uma dessas linhas representa ações a serem realizadas pelos integrantes do MST na luta por relações mais equânimes no cotidiano dos seus acampamentos e assentamentos. De um modo geral, elas partem de um pressuposto do que se entende como debate sobre as relações de gênero no interior do movimento, para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim apresentam-se as primeiras:

- a) Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
- b) Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família;
- c) Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. (MST, 2001, p. 152).

Esses três primeiros aspectos propostos indicam a importância da participação das mulheres na tomada de decisão durante o planejamento das atividades no lote. Ao constar o nome das mulheres no documento de concessão de uso da terra, representa-se que ambos (mulher e homem) têm poderes sobre o local de moradia e produção. Atualmente, a política adotada pelo INCRA na regularização dos lotes visa apresentar na lista de beneficiários do assentamento a mulher como titular, e o homem como seu cônjuge. A importância da

discussão em conjunto com os membros na família no que tange aos investimentos a serem realizados no lote também é apontada como essencial nas linhas políticas da organização. Isso propõe a quebra de hierarquias mantidas pelo modelo de família patriarcal, em que o poder sobre as decisões tomadas para a produção da vida no lote era apenas realizado pelo homem, visto como o chefe do grupo familiar. Na prática, essa realidade ainda permeia a vida das famílias nos assentamentos, pois é observada como uma questão intrínseca ao espaço privado das relações familiares.

Continuando a observar as linhas políticas do Setor de Gênero, entre os itens d e g, são abordadas as seguintes questões:

d) Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; e) Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenham um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância; f) Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher); g) Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional. (MST, 2001, p. 152-153).

Esses apontamentos buscam potencializar a relação de paridade entre homens e mulheres no que tange à participação em espaços de formação e nas coordenações em diferentes níveis da organização. A necessidade de criação de espaços como a ciranda infantil também é colocada em pauta, visando ser um mecanismo para maior e efetiva participação das mulheres, tendo em vista que o cuidado dos filhos se apresenta como uma tarefa feminina na grande maioria dos casos. Quando analisado o Encontro Regional de Mulheres, no ano de 1999, em Passos Maia, elencou-se o cuidado dos filhos como uma das tarefas que limitam a participação das mulheres em instâncias de decisão, juntamente com o cuidado da casa e das tarefas ditas como femininas.

Outro ponto elencado é a necessidade de ampliar o debate de gênero internamente ao próprio movimento, fortalecendo a construção de relações que diminuam as desigualdades de gênero. Indica-se, ainda, que o tema gênero não é algo específico para ser discutido pelo Setor de Gênero, mas que deve ser um debate transversal e que permeie os diferentes Setores e instâncias de organização do MST, juntamente com o debate de classe social.

Por fim, os itens de h a l:

h) Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SAC para incentivar as

mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos; i) Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários; j) Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica; l) Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violências no capitalismo. (MST, 2001, p. 153).

Verifica-se a importância da participação das mulheres nos espaços de enfrentamento e luta, como no Setor de Frente de Massa, responsável pela busca de famílias interessadas em participar da constituição de acampamentos. Outro ponto abordado é a importância da cooperação e da participação das mulheres como sócias em cooperativas e/ou associações de forma igualitária, não havendo distinção por gênero. Nesse processo, apresenta-se como fundamental o combate às diversas formas de violência contra as mulheres e crianças, buscando fortalecer relações mais respeitadas nos espaços públicos e privados existentes nos acampamentos e assentamentos. Cabe destacar que essas linhas políticas fortalecem o debate, porém sua plena efetivação encontra dificuldades em ser executada. Como já destacado anteriormente, os reflexos da sociedade patriarcal, com práticas machistas e discriminatórias, desempenham fortes influências no interior da organização e no desenvolvimento das relações de poder.

No livro, ainda consta metodologia para o desenvolvimento do trabalho pelos integrantes do MST, sendo elemento central o trabalho de base. Por “trabalho de base” compreendem-se as atividades desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos, importantes para a construção do movimento social.

No ano de 2003 foi organizada uma cartilha contendo diversos textos relacionados à temática, denominada “Construindo Novas Relações de Gênero” (Anexo E). Nesse documento, específico sobre o debate de gênero e construído pelo Setor Nacional de Gênero do MST, discorria-se sobre a realidade vivenciada pelas mulheres sem-terra. O livro veio ampliar e contribuir com uma maior efetivação dos debates. Nele, é possível identificar um dos objetivos estratégicos do MST:

Um dos objetivos estratégicos do MST é a transformação da sociedade, buscando construir uma sociedade solidária, com justiça social, capaz de garantir vida digna a toda a população. E é impossível realizar essa transformação sem acabar com as bases de sustentação da sociedade capitalista, entre elas a desigualdade nas relações de gênero. (MST, 2003, p. 22).

Para além, no decorrer do livro, é possível perceber debates sobre a compreensão de conceitos como “gênero”, “feminismo”, “sociedade patriarcal rural”, entre outros. Um dos itens do texto denomina-se “Uma revolução dentro da revolução”, o qual aponta a existência de duas grande lutas: a de classe e a de gênero. Segundo o texto:

Como explicar a luta de gênero? Existem dois tipos de luta a serem travados: a luta violenta contra os inimigos de classe, fazendeiros e camponeses; e uma luta pacífica, não-violenta, dentro da classe, entre os gêneros. É uma luta dupla: a unidade de luta contra o inimigo externo e a luta entre companheiros e companheiras na perspectiva de homogeneizar a condição dentro da classe. (MST, 2003, p. 92).

É possível compreender, pois, o entendimento do movimento social acerca das diferentes formas de luta. Trata-se de uma luta externa que faz parte das ações realizadas, como a ocupação de terras de grandes latifundiários, que se torna uma disputa violenta; e outra dentro da própria organização: os gêneros passam a dialogar na busca de novas relações sociais nas instâncias de debate, bem como na realidade dos assentamentos e acampamentos.

Buscando continuar a caracterização dos debates ao longo dos anos sobre a temática de gênero no interior do MST, verifica-se que em 2006 foi elaborada cartilha denominada “Jornada de lutas das mulheres do MST: Mulheres Sem Terra na Luta por Reforma Agrária, Agricultura Camponesa e por um Brasil sem Desigualdades” (Anexo F). Esse material, também produzido pelo Setor Nacional de Gênero do MST, visava preparar as mulheres que residem nos acampamentos e assentamentos para as lutas no mês de março¹². Segundo a cartilha, com esse material, buscava-se organizar e preparar com antecedência um contingente maior de mulheres para participar das ações de luta nos estados. No ano de 2006, o tema Jornada de Lutas foi definido com mulheres sem-terra na luta por reforma agrária, agricultura camponesa e por um Brasil sem desigualdades. Foi definido, pois:

[...] queremos mostrar a participação das mulheres no MST e incentivar que um número cada vez maior participe da luta contra o latifúndio que concentra a terra, da luta contra o agronegócio que destrói a agricultura camponesa e da luta contra as desigualdades provocadas pelo machismo, pelo racismo e pelo capitalismo que impedem as mulheres e homens de serem livres e felizes. (MST, 2006, p. 7).

São abordados os temas raça, gênero e classe social. Nessa cartilha, são desenvolvidos textos para serem discutidos em três encontros, nos acampamentos e assentamentos do MST. No primeiro encontro era debatida “A situação da Reforma Agrária e a agricultura em nosso

¹² Dia 8 de março foi intitulado o Dia Internacional das Mulheres. Nessa data, o MST realiza inúmeras ações de luta em todo o País, pois é o mês de destaque das lutas realizadas pelas mulheres.

país”; no segundo, “A participação das mulheres e a questão de gênero no MST”; por fim, “Preparando a jornada de luta das mulheres sem terra”.

Durante a realização da pesquisa de campo, obteve-se acesso a diferentes cartilhas, dentre elas selecionou-se para ser estudada uma produzida pelo Coletivo de Saúde e Gênero do Paraná no ano de 2009, denominada “Caderno de Formação em Política de Gênero” (Anexo G). Nesse material, busca-se ampliar a discussão acerca da participação das mulheres nos espaços de atuação do MST, pois a mulher é “[...] duplamente oprimida, pela exploração do capital e por ser mulher.” (MST, 2009, p. 06).

Assim, busca-se discorrer sobre as mulheres e a luta de classe na qual estão inseridas. São quinze itens que trazem à tona conceitos como “ideologia”, “educação popular”, “luta socialista”, “soberania popular”, entre outros. Percebe-se que esse material tem como intuito fortalecer a atuação das mulheres na luta, tornando-as conhecedoras de teorias e conceitos que visem emancipação. Para além da questão de gênero, apresenta-se intrinsecamente o debate de classe social, o que indica que as discussões de gênero no MST estariam interligadas ao debate dos demais movimentos feministas e de mulheres do País e do mundo.

Após a cartilha produzida pelo MST do Paraná, teve-se acesso à publicação mais recente realizada pelo MST no que se refere às produções do Setor Nacional de Gênero. No ano de 2015, foram elaborados quatro Cadernos de Formação, que visam discutir as principais temáticas da atualidade no que tange ao debate acerca das mulheres.

No Caderno de Formação 1, denominado “Feminismo Camponês e Popular com identidade e revolucionário” (Anexo H), verifica-se que o debate está em consonância com as principais discussões feministas da atualidade. Iniciam-se as discussões do caderno apresentando os conceitos de “patriarcado”, “relações de gênero” e “sociedade de classes”.

Mas as mulheres ao longo da história foram construindo formas de resistência e enfrentamento ao Patriarcado. E especialmente as mulheres trabalhadoras foram articulando essa luta, com os questionamentos ao modelo de exploração da sociedade e todas suas expressões de dominação. Essa construção de resistência e luta que surge do protagonismo das mulheres, dá origem ao Movimento Feminista. (MST, 2015a, p. 7).

Partido do princípio do surgimento do Movimento Feminista, a cartilha apresenta os diferentes tipos de feminismos vivenciados ao longo dos tempos. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de o movimento social ampliar os debates e conceituar de forma acadêmica os diferentes temas, visando à capacitação e formação das mulheres sem-terra.

Por fim, o material apresenta um item denominado “Acúmulos políticos na Construção do Feminismo Camponês e Popular”. Indica a importância da articulação com os diferentes movimentos sociais do País e do mundo na construção de alianças contra os avanços do capital. Também aponta os principais passos alcançados até o momento a partir das ações desenvolvidas pelo movimento social.

No Caderno de Formação 2, nomeado “Avanço do Capital no Campo e as mulheres” (Anexo H), são apresentados elementos que visam contextualizar quais os principais avanços do capital em relação ao campo brasileiro. Segundo o texto, “Este movimento produz uma verdadeira ofensiva do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a agricultura no Hemisfério Sul, que atua a partir do modelo destrutivo agro-hidro-mineronegócio.” (MST, 2015b, p. 4). Nessa perspectiva, discute-se que “As mulheres são diretamente impactadas por este modelo, que gera destruição socioeconômica do campo e da cidade.” (MST, 2015b, p. 5).

Discorre-se também sobre as relações desse modelo com o Estado e sobre as contradições presentes nessa forma de produção. Há alguns dados: “Mais de 200 mil camponeses continuam sem ter uma área para cultivar, no entanto, mais de 244 milhões de terra estão nas mãos de grandes proprietários privados e que 175,9 milhões são improdutivos no Brasil.” (MST, 2015b, p. 7). Percebe-se que a presença desses dados serve como elemento para contribuir na capacitação das mulheres perante a realidade em que vivem os assentamentos e acampamentos do MST. Além de falar sobre gênero, busca-se contextualizar os problemas do campo e os desafios para o avanço de uma agricultura camponesa nesse cenário.

No Caderno de Formação 3, denominado “Soberania Alimentar e a reforma agrária popular” (Anexo I), novos temas passam a ser abordados. São dois eixos de estudo: “A questão de gênero e a mulher camponesa” e “A Reforma Agrária popular e a soberania Alimentar”. O texto busca trabalhar a questão de gênero, percebendo que esse conceito contribui na compreensão, mesmo que inicial, das relações de desigualdade entre homens e mulheres. Cabe destacar o debate acerca das relações de trabalho, que será analisada com maior ênfase no próximo item deste capítulo.

Ainda segundo o texto, “A questão de gênero está enraizada na sociedade, as relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais. A dominação de classe não é suficiente para explicar a totalidade das desigualdades.” (MST, 2015c, p. 5). Percebe-se o amadurecimento das discussões, sendo necessário compreender as questões de gênero em conjunto com as de classe e também as de raça. Novas formas de compreender esse debate no

interior do movimento passam a ser assumidas. Isso está de acordo com as mudanças vivenciadas no cenário atual. Finda-se o item afirmando-se:

Assim, torna-se fundamental questionar a tarefa das mulheres Sem Terra na construção de uma nova sociedade. É preciso ser radicalmente contra o lugar relegado às mulheres na sociedade capitalista. Não há libertação da classe trabalhadora sem a libertação da mulher. Precisamos nos fortalecer para seguir na luta pela terra, a favor da igualdade de classe, étnico-racial e de gênero. (MST, 2015c, p. 6).

No que tange ao debate acerca da soberania alimentar, o caderno relata a importância das mulheres camponesas na produção de alimentos agroecológicos e na defesa da biodiversidade. Esse debate será tratado com maior ênfase no item três deste capítulo.

No Caderno de Formação 4, denominado “Violência contra as mulheres e desafios à participação igualitária de gênero” (Anexo I), está presente uma discussão extremamente importante para a realidade das mulheres brasileiras. Nos demais materiais não se percebe tanta ênfase ao debate sobre as diferentes formas de violência vivenciadas pelas mulheres. Nas linhas políticas do Setor de Gênero, tal temática é apresentada no item 1, já tratado neste estudo. Segundo a cartilha, “A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial e perpassa todas as classes sociais, gerações, orientações sexuais e se dá tanto com mulheres que vivem nas cidades como as que vivem no campo.” (MST, 2015d, p. 3). Assim, compreende-se a violência contra a mulher como algo que ocorre nos mais variados espaços, e as mulheres do campo e as mulheres sem-terra também estão suscetíveis a isso.

O caderno busca esclarecer o que é a violência contra a mulher, contextualizando a violência. Outro item do texto apresenta “As diversas formas de violência contra as mulheres”, indicando que vão além da violência física e da violência sexual: também a violência psicológica, a violência patrimonial e econômica, a violência moral. O texto ainda ajuda na percepção dos exemplos de violências, como é o caso da destruição documental.

Também são apresentados os itens “Consequências da violência contra a mulher”, “Por que as mulheres agüentam por tanto tempo a situação de violência”, “Por que a violência se reproduz” e “O que fazer para mudar a situação de violência contra as mulheres”. Estes textos são direcionados para que sejam trabalhados com as mulheres nos acampamentos e assentamentos, podendo servir de instrumento emancipador.

Ao analisar o debate acerca das relações de gênero no MST através da produção de materiais informativos, como cartilhas e livros, bem como documentos localizados durante pesquisa de campo, percebe-se que muitos dos conteúdos atuais estão presentes desde os

primeiros anos de organização do movimento social. Essa recorrência ocorre devido às grandes dificuldades em realizar esse debate e transformar a realidade. O MST não está isolado da sociedade capitalista, que utiliza do patriarcado e do machismo como ferramentas para a sua manutenção.

Nesse sentido, buscar-se-á configurar esse debate a partir das entrevistas realizadas com as mulheres sem-terra e feirantes que estão na base da organização do MST, nos assentamentos onde as experiências práticas da vida acontecem. Quando questionadas sobre o que compreendem por relações de gênero, nos indicam:

[...] essa questão de gênero, eu acho que ela começa dentro da casa, começando pela nossa família, pela casa. [...] Então começando pelos filhos, a participação, a conversa, o diálogo entre a família, desde o serviço da casa, o serviço da roça – eu acho que não é só o homem e nem só a mulher, mas sim da família toda – isso que eu acredito de gênero. E é por isso que dentro do movimento nós temos esse negócio de não é só o homem. Por isso nos núcleos sempre tem o homem e a mulher né? É uma questão de que gênero, não é só o homem e a mulher, mas sim a família tem que tá organizada. Desde a discussão de dentro de casa, do serviço, da organização produtiva, mexe também com gênero. (Entrevistada C).

Ao longo do depoimento, a assentada nos apresenta diversos elementos importantes para a reflexão; para ela, discutir gênero é algo que envolve toda a família. Também nos indica que as práticas vivenciadas no movimento social, como as coordenações de núcleo, em que há um homem e uma mulher, refletem essas discussões. Como pôde ser visto anteriormente, esta é uma das dinâmicas do MST para ampliar a participação e a emancipação das mulheres. A entrevistada continua sua fala indicando problemáticas que verifica sobre essa realidade nos assentamentos:

Agora nós sabemos que dentro dos assentamentos também tem essa questão séria de gênero, muitas companheiras não participam porque são barradas e coisa e tal. Ainda essa questão de que lugar de mulher é em casa, na roça e em casa, não pode sair, não pode fazer isso e aquilo, porque lugar de mulher é em casa. Ainda existe dentro dos assentamentos, enfim em tudo né? ...não só nos assentamentos, mas em todos os lugares. (Entrevistada C).

Ao mesmo tempo que aponta avanços no debate e nas práticas sobre as relações entre os gêneros, traz à tona reflexões importantes de que ainda existem mulheres que encontram dificuldades em participar. Essas dificuldades podem se expressar principalmente pela divisão sexual do trabalho e a definição de papéis que dizem o que é função para as mulheres e para os homens nas propriedades.

Outra entrevistada, quando questionada sobre o seu entendimento acerca das relações de gênero, refere:

Eu, pra mim, na verdade não tem diferença de homem e mulher, porque relação de gênero quer dizer: você vai sair de casa, eu, por exemplo, mulher, vou sair de casa, eu não levo panela, eu não levo cama, não levo prato, eu não levo nada, querem comer façam. Porque são homens, tem mulher que tem que deixar as coisas feitas, eu nunca tive esse problema, todos os meus filhos, graças a Deus, sabem trabalhar, lutar em casa. Talvez os próprios culpados às vezes é os pai e mãe, porque criam meninas só que faz comida e meninos só... não tem essas coisas gente do céu. Mulher vai na roça? Vai. Homem vai na roça? Vai. Mas homem suja a casa, suja a louça, suja roupa. Eu falei pro meu neto essa semana “vem aí que eu te ensino a lavar roupa”. Eu não lavo, porque se eu lavar a roupa os meus filhos me descomungam, porque pra eles eu fazia eles lavar, agora eu vou lavar roupa pro neto que é um baita de um homão? ...eu vou ensinar, mas eu não vou lavar. E não tem diferença, pense só botaram aquilo na cabeça que mulher não pode ir aqui, mulher não pode ir ali, se for olhar o homem também tem problema... tu tem que saber onde tu vai. Mulher tem que saber onde que vai, e o homem também. Não é porque eu sou macho faço isso e aquilo, e mulher não pode. (Entrevistada F).

A entrevistada compreende que não há distinção de papéis e tarefas a serem executadas por homens ou mulheres e que, em seu cotidiano, tende a construir novas relações, pois, ao ensinar os filhos e neto a lavar roupa, está dizendo que esta não é uma tarefa exclusivamente feminina. Muitos dos elementos do seu relato foram apreendidos durante participação em atividades promovidas pelo MST, já que milita desde 1995, quando esteve participando da ocupação na Fazenda Ameixeira.

Contribuindo para a compreensão do conceito de “gênero”, outra entrevistada, que participou da coordenação do Setor Estadual de Mulheres e Saúde, relata:

Pra mim é no sentido de direitos iguais, valores iguais, mesmo que tenham diferenças no caso de limitações físicas de trabalho, mas no âmbito geral de direitos acredito que tem que ter igualdade, tanto da participação da mulher, do homem e da família como um todo. Acredito que é quando se atinge essa igualdade de direitos é também que a gente vai ter novos valores e uma sociedade hoje diferente, que até então é muito machista, é muito conservadora e muito preconceituosa. Não só com a questão das mulheres, mas principalmente com outras categorias, essa questão LGBT e outras categorias. Então pra mim não existe você falar de gênero se você não trabalhar essa questão de igualdade de direitos de todos os membros. (Entrevistada L).

Nesse sentido, percebe-se a ampliação do debate acerca de outros grupos, como é o caso do movimento LGBT. Esse debate é extremamente recente na organicidade do MST, mas atinge diretamente o debate de gênero. Ainda segundo a entrevistada, algo fundamental para se falar de gênero é trabalhar com a questão de igualdade de direitos a todos os sujeitos que compõem a organização social.

Avançando nesse debate, quando questionada sobre os direitos das mulheres, uma de nossas entrevistadas referiu-se ao tema da seguinte maneira:

Pois é, por enquanto tá só no papel, sobre os direitos né? Tem um programa de direitos, mas não acho assim que está evoluindo muito os direitos das mulheres. Tem direitos, mas ainda não é praticado, ou talvez a gente não conheça né? A gente mora na roça e também não tem muito estudo. (Entrevistada P).

A entrevistada compreende que existem direitos, mas não é algo perceptível em sua realidade. Aponta como algo que dificulta esse processo o fato de residir no campo, muitas vezes distante dos grandes debates, e seu pouco estudo. Sobre isso, percebe-se que há na organização do MST, nos seus objetivos e princípios, o anseio em trabalhar essas temáticas nos assentamentos e acampamentos, porém percebe-se que existem inúmeras dificuldades. Desde a elaboração dos primeiros debates sobre o tema, o MST intenciona construir redes de diálogos em todas as instâncias de atuação, mas esse relato nos indica que por inúmeros motivos isso não ocorre.

Ainda dialogando sobre o acesso a direitos, outra entrevistada afirma:

Olha, eu vejo assim que muita coisa se conquistou, hoje em dias as mulheres têm bem mais direitos, bem mais participação, mas eu acho que tem muito a que se conquistar. Muitas donas de casa ainda acham que têm que ficar só ali e não têm aquela coragem de sair, de ir em busca... tem muitas oportunidades, tem muitas coisas a serem conquistadas, muitas mulheres têm um grande potencial, mas não sabem que têm. Às vezes por acomodação, talvez, sei lá, a gente para e acha que tá bom daquele jeito, se acomodam. Mas dentro do movimento é maravilhoso ver as nossas mulheres: são organizadas, se ajudam, participam em tudo, sempre procurando fazer cursos, ajudar as pessoas nos assentamentos fazendo cursos tanto na área da saúde com remédio homeopático. Eu acho que são grandes conquistas que tiveram e que tem ainda a ser feita. Sair de casa mais e mostrar o trabalho delas, porque tem muita coisa a mais, além de dentro de casa, de fazer só aquilo, além de trabalhar só das tarefas do lar. Eu acho que, ao meu ver, ainda tem muita coisa, mas já foi um grande passo, já tem muita coisa que tá boa, que tem que continuar, a mulherada tem que se unir mais e ir em busca de mais conhecimentos e espalhar esse conhecimento, porque a gente sabe que tem muitas pessoas que estão escondidas ainda, que não apareceram ainda pra mostrar suas experiências que é importante dividir com os demais. (Entrevistada E).

Percebe-se que a participação, o acesso ao conhecimento e o envolvimento com o espaço público tornam essas mulheres conhecedoras de seus direitos e impulsionadoras de novas formas de relações nos assentamentos. É a partir da participação e da emancipação das mulheres que novas relações passam a ser concebidas no interior do MST.

Porém, mesmo com os avanços relatados pela entrevistada E, compreende-se que esse processo não atinge todas as mulheres assentadas. Ainda existem problemas que o movimento

precisa enfrentar quando se fala em participação das mulheres em espaços de poder para além do Setor de Gênero ou dos grupos de formação na área da saúde.

Eu vejo assim: que as mulheres, elas participam, mas não é tanto. Tem uma boa parte das mulheres que tem essa visão mais aberta de participar dos encontros, de saírem, de serem mais livres – como eu falei antes – que é a questão da casa e muitas não conseguiram dizer assim “eu vou deixar hoje a casa e vou ir”. Então assim, nós precisamos ainda tentar que essas mulher continuem pensando que não é só a casa, que elas têm que sair, elas têm que aproveitar e fazer os cursos e o movimento quer isso, que as mulheres fiquem bem alerta de tudo que está acontecendo no mundo, no País e dentro do movimento. Não é aquela questão de ficar, de só os homens ir e as mulher ter que ficar em casa, isso não é a prática do movimento. (Entrevistada C).

Outra questão importante para o debate, e que interfere na forma de pensar e fazer circular o conhecimento, é a nomenclatura que se designa ao Setor Estadual: nacionalmente, o Setor é denominado “de Gênero”; porém, na realidade de Santa Catarina, chama-se “Setor Estadual de Mulheres e Saúde”. Sobre esta questão, uma das entrevistadas observa:

Eu acho que pra gente conseguir tratar o conceito como um todo de gênero... então hoje a gente ainda está muito focando o trabalho com as mulheres e eu entendo que coletivo de gênero principalmente tem que atingir o público LGBT, que a gente não tem ainda, e que está iniciando um processo. Inclusive o ano passado no Encontro Estadual foi tirada uma definição da gente começar a tratar – a gente já vem tratando esse tema – e que ele merece ser tratado nos assentamentos e acampamentos. Então, assim, a gente precisa explorar mais esse debate, estudar mais sobre isso, então trazer essa parte LGBT junto com o Coletivo de Gênero. E eu acho que é um processo de amadurecimento, de transição de quando nós conseguir evoluir o trabalho com as mulheres, porque hoje a gente tá numas tarefas muito pontuais, digamos assim, a gente não consegue ainda debater e trabalhar fortemente o tema gênero com as mulheres. Então a gente está trabalhando o tema da organização delas, a questão da saúde, a questão de renda, pra depois nós chegar mesmo nessa transformação das mulheres, pra nós poder avançar nessa parte de gênero. Não só trabalhar com as mulheres, porque daí eu entendo que no Coletivo de Gênero você vai ter que ter homens participando junto desse setor. (Entrevistada L).

Na percepção da entrevistada, o fato de não se seguir a mesma lógica nacional dificulta dialogar entre os diferentes grupos, para além das mulheres. A alteração do nome do setor trata-se de debate que vem sendo realizado, e o espaço do Encontro Estadual é fundamental para a ampliação do trabalho nos acampamentos e assentamentos.

As mulheres feirantes que residem em Passos Maia citam, ao longo de suas entrevistas, a importância de participar desses espaços de luta, visando garantir direitos a elas, mas também a todos os membros dos grupos familiares. A participação em reuniões, cursos, formações, capacitações também se apresenta como importante para as mulheres entrevistadas. Para muitas, é um ato libertador, que faz com que as mulheres saiam do espaço

privado da casa, na propriedade, e passem a ocupar o espaço público. Ainda é um desafio, pois, como citado neste estudo, as mulheres que participam da feira, apesar de limitações, ainda estão mais envolvidas nas atividades propostas pelo movimento, de assistência técnica, entre outras, do que as demais mulheres que residem nos assentamentos.

A participação nas mobilizações e jornadas de luta historicamente é importante para o fortalecimento e a efetivação do trabalho desenvolvido pelo Setor de Gênero. Nesses momentos, no mês de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, são realizadas ações de luta e enfrentamento que buscam dar visibilidade às pautas das mulheres no movimento social. E, na sua grande maioria, as mulheres feirantes participam desses espaços que visam fortalecer o debate acerca das mulheres.

Pondera-se que, apesar das divergências, principalmente no que se refere à compreensão de conceitos como “gênero”, “feminismo”, entre outros, discutidos principalmente na academia, as mulheres entrevistadas, ao longo de sua trajetória na organização do MST, compreendem as desigualdades de gênero e a necessidade de lutar para conseguir melhores condições de vida para as mulheres, mas principalmente para as suas famílias e as comunidades em que residem. Percebe-se que não é uma luta individualizada, mas sim com interesse em contribuir com a coletividade em que estão inseridas.

Buscando exemplificar os espaços de participação das mulheres na organicidade do MST, em uma das idas a campo no ano de 2017, em conjunto com as coordenadoras do Setor Estadual de Mulheres e Saúde, foi possível observar a utilização do Caderno de Formação 3 (Anexo I). Nesse encontro, o material foi lido e debatido com as mulheres lideranças do município de Passos Maia, dentre elas algumas que participam do grupo da feira. Pode-se perceber que as mulheres que residem nos assentamentos e acampamentos estão tendo acesso a esses materiais produzidos a partir do Setor Nacional de Gênero do MST.

Compreende-se que o processo de inserção no movimento social foi fundamental para que elas participassem, tivessem oportunidade de estudo formal, mas também de acesso aos encontros, formações, mobilizações. Esses espaços, apesar de todas as dificuldades vivenciadas, são importantes para as mudanças percebidas e discutidas pelo MST desde a sua constituição e da elaboração dos primeiros documentos com o intuito de debater gênero.

São mais de trinta anos construindo conhecimento e buscando socializá-lo em conjunto com as lutas por terra, moradia, saúde, educação, entre outras. Pensar os assentamentos, acampamentos e a organicidade do MST sem discutir as relações de gênero torna-se algo infundado. Como pôde ser visto ao longo deste item, discutir gênero, classe e

raça é fundamental para a construção de uma nova sociedade, mais justa e igualitária; e as mulheres sem-terra e feirantes de Passos Maia compreendem este processo. Porém, os debates e ações devem ser ampliados nessa realidade.

4.2 As compreensões sobre o trabalho: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho no interior dos assentamentos do MST

Discutir sobre “trabalho” é outro tema fundamental para este estudo. Assim como o debate acerca das relações de gênero, conceituar “trabalho” e como se percebe esse tema na organicidade do MST vem contribuir ao entendimento da Feira da Reforma Agrária. Importante também é fazê-lo a partir das falas das mulheres sem-terra e feirantes sobre o tema trabalho. Também serão apresentados elementos referentes à divisão sexual do trabalho nesse contexto.

Para a compreensão de “trabalho”, seguindo um alinhamento teórico para este estudo, busca-se compreender o conceito a partir dos debates propostos por autores marxistas. Nesse sentido, compreende-se que

A história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este, por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas humanas. (ANTUNES, 2015, p. 168).

Assim, percebe-se que o trabalho é algo essencial para o desenvolvimento da vida em sociedade, e é a partir dele que se garante a produção e reprodução da vida em sociedade. O trabalho é elemento central para a humanidade, é desse processo que o homem, a partir da sua consciência, diferencia-se das demais espécies. “[...] o ser humano tem ideado, em sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto de trabalho, antes de sua realização.” (ANTUNES, 2015, p. 169). Nesse sentido,

Na busca de controlar as condições naturais, os homens criam novos objetos os quais se incorporam ao ambiente natural, modificando-o, e passam às mãos das próximas gerações. Isto possibilita que o desenvolvimento social se dê a partir dos níveis anteriormente alcançados. É por meio dessa ação que o homem humaniza a natureza e também a si mesmo. O processo de produção e reprodução da vida através do *trabalho* é, para Marx, a principal atividade humana, aquela que constitui sua história social; é o fundamento do *materialismo histórico*, enquanto método de análise da vida econômica, social, política, intelectual. (QUINTANEIRO;

BARBOSA; OLIVEIRA, 1995, p. 70, grifos do autor).

Ressalta-se, pois, a importância do trabalho nas relações existentes e que fundamentam o materialismo histórico. Pensar sobre o trabalho e suas transformações ao longo dos tempos é importante para compreender as relações de trabalho vivenciadas no campo brasileiro. Ao se refletir sobre a ocupação do campo brasileiro, é possível perceber que a diversidade das relações de trabalho é algo constante. Desde a colonização portuguesa até a atualidade, muitos são os atores que compõem esse espaço e se constituem a partir do trabalho. Também muitas são as mudanças que ocorreram desde a chegada dos portugueses nas Américas.

Avançando no tempo e buscando caracterizar elementos sobre o trabalho em correlação com nosso objeto de estudo, mudanças profundas ocorreram nos países capitalistas na década de 1980, atingindo profundamente as relações de trabalho, a partir dos avanços tecnológicos. Nesse cenário, “Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados no mundo da produção.” (ANTUNES, 2015, p. 34). Foi nesse contexto que surgiram diversos movimentos sociais buscando frear os retrocessos.

No caso brasileiro, como se observou no primeiro capítulo desta dissertação, na metade do século XX, muitas foram as transformações. No campo brasileiro, conseqüentemente, ocorreram mudanças nas relações de trabalho. Os processos de modernização agrícola contribuíram para a precarização e a má distribuição de terras, fazendo com que muitas famílias passassem pelos movimentos sociais do campo, dentre eles o MST.

O êxodo rural se apresentou como um agravante nesse processo, pois as famílias que não possuíam terras ou que eram expulsas dos locais onde residiam passaram a ser incorporadas pelas grandes cidades e, assim, a alternativa para a manutenção da vida era o trabalho nas fábricas. Porém, nem toda a força de trabalho vinda do campo era capacitada para as novas funções, e muitas famílias não conseguiram se reorganizar nesse processo.

[...] sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, *uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital*. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. (ANTUNES, 2015, p. 112, grifos do autor).

Pensar o surgimento dos movimentos sociais do campo a partir do trabalho e da exclusão dos espaços em que se vivenciava o trabalho contribui para o entendimento das bandeiras de luta. A ocupação de terras se materializa como uma ação para garantir a essas

famílias um espaço para que se desenvolva o seu trabalho. Porém, esse processo não é bem visto pelos latifundiários, pois se redistribuem terras a partir da reforma agrária, diminuindo a concentração dessas terras nas mãos de poucos.

A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal. Meu argumento é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. (SANTOS, 2010, p. 39).

Assim, parte da humanidade é excluída e subjugada para que a outra parte possa desenvolver suas vidas. Neste caso, pode-se dizer que o ser sem-terra se apresenta como um ato de resistência ao avanço do capitalismo no campo e à ascensão dos latifundiários. Perceber essa relação é crucial para compreender este estudo, pois, além de discorrer sobre uma experiência histórica, a Feira da Reforma Agrária, pontua-se que as relações existentes nesse processo são permeadas de costumes e que a cultura tem grande interferência.

Na realidade do MST, o trabalho é algo importante em toda a sua organicidade. Nesse sentido, é através do trabalho que o movimento social vem organizando suas lutas e resistências. Esse processo ocorre desde a ocupação, quando se busca conquistar a terra para desenvolver práticas voltadas à agricultura. Essas práticas contribuem para a subsistência das famílias através da produção de alimentos, bem como geram renda quando comercializados.

O trabalho efetivo no movimento representa um conjunto de idéias, que se constituiu de forma heterodoxa, utilizando vários paradigmas teóricos e experiências históricas. Não se importaram modelos externos e estabeleceu-se um diálogo reflexivo com a objetividade histórica. Para isso, a leitura da especificidade socioeconômica na qual estava inserido colaborou para o delineamento do arquétipo produtivo do MST. (SILVA, 2004, p. 71).

Desse modo, ao longo de sua história, baseou-se a partir de paradigmas teóricos, mas levando em consideração os aspectos socioeconômicos vivenciados nos diferentes períodos. Consolidar as ações do movimento social requer compreender a realidade e as transformações que vivem a sociedade.

Nas normas e princípios organizativos do MST, o trabalho é elemento central e permeia todas as etapas de sua consolidação. Segundo cartilha elaborada no ano de 2016, denominada “Normas Gerais e Princípios Normativos do MST” (Anexo J), entre seus objetivos há o de “Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.” (MST, 2016, p. 12). Ora, percebe-se a importância do trabalho como garantia de acesso à terra, à renda e às riquezas da Nação. Nesse sentido, preza-se pela atuação dos

trabalhadores em todo o processo de produção. Ainda segundo esse documento, no que tange à produção, “[...] será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação.” (MST, 2016, p. 15). Assim, busca-se, através das relações de trabalho nos acampamentos e assentamentos, vivenciar um novo modo de produzir, sem a exploração, opressão e alienação desses trabalhadores e trabalhadoras rurais. Fica claro, assim, qual é o direcionamento do MST referente a esse tema.

Visou-se compreender o entendimento das mulheres sem-terra e feirantes sobre a questão trabalho durante a realização da pesquisa de campo e no desenvolvimento das entrevistas. Assim, uma de nossas entrevistadas refere:

Pra mim o trabalho é tudo. Tudo é o trabalho. Tu lavar uma louça é um trabalho, tu plantar uma flor é um trabalho, roçar uma beira de estrada é um trabalho. Eu acho que o trabalho é o todo na vida de uma pessoa, porque sem trabalho acho que parou, porque nós temos que ter o nosso trabalho, é muito importante. Tem gente que pensa que trabalho é ser empregado, não nós dentro do lote trabalhamos muito, dentro da casa a gente trabalha muito, faz as coisas. Acho que o trabalho é um todo das pessoas. (Entrevistada B).

Nesse relato, percebe-se o quanto o trabalho é importante para o desenvolvimento da vida, sua produção e reprodução. A feirante salienta que existem diversos tipos de trabalho, e que vai além de ser empregado em uma empresa, comércio, etc. Para ela, todas as tarefas realizadas no campo, nas propriedades rurais são trabalhos, todos os domésticos, bem como o trabalho na produção.

Contribuindo com este pensamento, outra entrevistada afirma:

Pra mim quase tudo gira em torno de trabalhar, porque trabalhar não é simplesmente eu estar trabalhando lá na cidade fichado, ganhando meu salário. Trabalhar é tudo: ficar em casa, ir pra roça, limpando uma casa, tratando as galinhas, porcos, as bicharadas que a gente tem. Você tem aquele horário pra fazer e, queira ou não queira, você está trabalhando. Pra mim trabalho significa isso. (Entrevistada I).

Novamente refere-se ao trabalho como algo que não representa apenas trabalhar com carteira assinada, na cidade. Aponta que as tarefas realizadas na propriedade e no interior da casa são definidas como trabalho. Percebe-se que a compreensão de trabalho não segue padrões teóricos, porém aponta elementos vivenciados na prática e no decorrer das tarefas que se apresentam cotidianamente.

Sei lá, eu acho que o trabalho é o meio de sobreviver, porque se a gente não

trabalhar não tem como sobreviver. Eu acho o trabalho sendo um trabalho digno, eu gosto de fazer tudo aqui na roça, por exemplo, tanto em casa, quanto na roça, eu gosto do que eu faço. (Entrevistada J).

Assim, percebe-se o trabalho como meio de sobrevivência e que se apresenta como fundamental para a humanidade. Nesse sentido, também não há distinção entre tipos de trabalho no interior da propriedade.

Outra entrevistada indica que, mesmo percebendo que todas as formas de atuação na propriedade são trabalho, no desenvolvimento das atividades, há uma distinção de suas tarefas e as tarefas do companheiro: “Eu luta na horta e um pouco na roça também e que nem o meu marido é só com as criação, gado, porco, na roça. A gente não trabalha fora, só em casa.” (Entrevistada D). Contribuindo com esse debate, outra entrevistada refere:

Nós trabalhemos junto, no que eu posso ajudar eu ajudo, no que ele pode me ajudar ele ajuda. Nós vamos pra horta, é nós dois que plantemo. As atividades que é mais grande, digamos assim, como o milho, as outras atividades que exigem máquina essas coisas... é mais a parte do homem. Eu fico mais assim com parte mais perto de casa, com os animaizinhos, as aves, mais perto de casa. (Entrevistada G).

Nesse sentido, percebe-se, mesmo que de forma sutil, a divisão de tarefas femininas e masculinas no contexto do campo brasileiro. Pode-se dizer que os debates acerca da divisão sexual do trabalho estão fortemente atrelados às relações sociais estabelecidas em sociedade e que o campo brasileiro, bem como os assentamentos e acampamentos do MST, faz parte desse processo.

Essas relações estão presentes no interior do MST e podem ser visualizadas a partir da pesquisa bibliográfica, bem como na pesquisa de campo.

O ideal da mulher apenas como ‘dona de casa’, bastante presente no meio urbano, está também presente no meio rural. As agricultoras, porém, sofrem menos restrições a seu trabalho produtivo por parte da sociedade e dos maridos, porque trabalham em ‘casa’, podem levar os filhos juntos e, sempre que crianças muito pequenas, doentes e idosos exigem sua permanência no lar, elas lhes dão prioridade. (PAULILO, 2016, p. 48).

Percebe-se que, para as mulheres do campo, ser dona de casa remete ao cuidado da casa, dos filhos, mas também à participação nas atividades produtivas. Com isso, apontam-se “[...] diferenças presentes em atividades agrícolas realizadas por homens e por mulheres, caracterizadas a partir da classificação de trabalho leve e pesado: atividades leves realizadas por mulheres e crianças, atividades pesadas, realizadas por homens adultos.” (SALVARO, 2004, p. 324). Tais diferenças consistem precisamente no que tange aos papéis femininos e

masculinos postos em nossa sociedade, principalmente através dos padrões da família burguesa patriarcal.

Nesta realidade, as mulheres são responsáveis na sua grande maioria pela produção desenvolvida na horta, no pomar e no cuidado com os pequenos animais. São as mulheres que desenvolvem a produção para o consumo dos grupos familiares, sendo também responsáveis pelo trabalho doméstico, ou seja, os afazeres relacionados à moradia e cuidados com os filhos.

Segundo Pacheco (2009), “É doméstico se é atribuição da mulher, como quando ela cuida da horta e das galinhas sozinha. Já se ela vai para o trabalho na roça com o marido, é trabalho produtivo, qualquer que seja o destino do que for colhido – para vender ou para comer.” Assim, apresenta-se a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres que vivem no campo. Esse processo pode ser caracterizado como algo inerente ao modelo econômico em que as mulheres estão inseridas, em que se valoriza o que é produzido a partir da lógica do modelo hegemônico.

“Essa invisibilidade do trabalho feminino está atrelada a uma visão econômica capitalista e androcêntrica que permeia a sociedade e apenas atribui valor àquilo que possa ser transformado em mercadoria.” (VASCONCELLOS, 2016, p. 345). Nesse contexto, não é observada a relação que as mulheres estabelecem com a natureza, e que a forma de produzir alimentos para a família faz com que não seja necessário adquirir produtos externos à propriedade. Não é contabilizado o que se deixa de gastar a partir da produção da horta, de pequenos animais, entre outras estratégias de produção.

No que se refere aos documentos produzidos pelo MST (Anexo D),

Na luta de classe e gênero a mulher encontra-se numa situação de desigualdade, realizando dupla ou tripla jornada de trabalho. No MST isso não é diferente, a mulher se dedica ao trabalho na produção e militância e ainda assume a maior parte ou todo o trabalho doméstico. E na maioria das vezes não recebe nada pelo seu trabalho e não participa das decisões políticas e econômicas. (MST, 2001, p. 146).

Assim, compreende-se o quanto para o MST é importante repensar as relações de trabalho no campo. As mulheres, muitas vezes, desempenham várias funções e assumem inúmeras jornadas de trabalho, com a simples justificativa de que o trabalho doméstico é uma demanda feminina.

Apesar de as mulheres entrevistadas, na sua totalidade, indicarem que não há distinção entre trabalho de casa e trabalho realizado na produção, percebe-se que esta questão da

divisão sexual do trabalho é presente e precisa ser compreendida para que ações possam ser desenvolvidas no sentido da diminuição dessas desigualdades no campo.

A relação de “ajuda” também se apresenta no discurso proferido pelas mulheres entrevistadas. Segundo elas, as mulheres “ajudam” nas atividades produtivas e os homens, em alguns casos, “ajudam” nas tarefas domésticas. Nesse sentido, por mais que ocorra cooperação nas relações de trabalho existentes na propriedade, mesmo assim mantém-se a definição de papéis femininos e masculinos. Contextualizando esse debate, uma de nossas entrevistadas refere: “Mas a gente se ajuda, eu ajudo na roça, ele me ajuda em casa, então eu acho que é trabalho nos dois lugares.” (Entrevistada J).

Segundo entrevistada representante do Setor Estadual de Mulheres e Saúde:

Infelizmente na sociedade está cada vez mais explícita a divisão social do trabalho em todas as esferas e, quando se fala da parte das mulheres e de outras categorias, é bem mais vergonhoso. Nos assentamentos eu também digo que infelizmente ainda existe essa divisão sexual do trabalho, muitas mulheres ainda são escravizadas pelos próprios companheiros: o que ainda lhes cabe é a tarefa da casa e, se não bastasse isso, é também todo o trabalho que ela tem que fazer na roça. Então acredito que infelizmente ainda existe muito a divisão do trabalho. E aí a gente tá enquanto coletivo de mulheres, justamente pra nós tá combatendo e o objetivo de igualar essa divisão do trabalho, que a gente possa conciliar e promover essa emancipação das mulheres. E também não só das mulheres, mas também da juventude, que também está à mercê de ter um trabalho digno pra que consiga permanecer principalmente nos assentamentos, falando específico nessa parte do trabalho na agricultura. (Entrevistada L).

Percebe-se a compreensão de que existe a divisão sexual do trabalho, mas que o objetivo do coletivo de mulheres é contribuir para as mudanças. Outro elemento apresentado pela entrevistada é a importância do trabalho para a juventude, visando à sucessão familiar das propriedades, percebida como uma forma de resistência à produção do agronegócio.

Essa realidade está intrínseca ao processo de modernização da agricultura vivenciado na realidade brasileira. Esse processo de tornar a agricultura mais moderna, a partir de insumos e sementes produzidas por grandes corporações multinacionais, desconsidera o trabalho realizado pelas mulheres. Desconsideram-se também todos os conhecimentos dos povos tradicionais, sendo utilizado como único e verdadeiro o método de produção em grande escala e com uso de agrotóxicos. Todo esse processo foi garantido pelos governos, que contribuíram para que o País ampliasse o seu destino de vocação agrícola.

Assim, a organização das mulheres no interior dos movimentos sociais pode ser percebida como algo essencial no que se refere à quebra desses tabus que desvalorizam todas as atividades produtivas por elas desenvolvidas; ora, a organização e a busca pelo

conhecimento são fundamentais. “O processo de empoderamento vem junto com a participação política individual e coletiva na construção de redes de integração e coesão social.” (PACHECO, 2009, p. 06). Por isso, pode-se dizer que a organização das mulheres através dos movimentos sociais apresenta-se como uma forma de resistência ao modelo hegemônico de produção e que, através das relações de trabalho exercidas nos espaços onde atuam, novos caminhos tendem a ser construídos.

Pode-se dizer que o trabalho e as relações estabelecidas através dele no campo ainda são permeados pela definição de papéis femininos e masculinos, porém esta é uma pauta dos Coletivos de Gênero e vem sendo discutida no interior dos acampamentos e assentamentos. Construir novas relações de trabalho na realidade do MST é fundamental no cenário atual; pode-se destacar a importância dos debates acerca das relações de gênero para compreender as relações de trabalho em nossa sociedade.

A articulação do público e do privado é um dos problemas maiores das sociedades democráticas. Ela está no centro da teoria política bem como da vida cotidiana. O cruzamento com a diferença entre os sexos é uma maneira de penetrar em seu funcionamento e compreender seus deslocamentos. (PERROT, 2005, p. 465).

Percebe-se a organização de espaços de comercialização através das feiras como fundamental para que as mulheres saiam do espaço privado do lar e passem a ocupar espaços públicos. Além da presença no local da feira, outra forma importante para esse processo é a participação em cursos, formações e mobilizações promovidas pelas entidades parceiras. Através do acesso a conhecimentos e da inserção no movimento social, as mulheres passaram a ampliar o trabalho que anteriormente era realizado apenas para a manutenção do seu grupo familiar. A produção de alimentos, que antes era para o consumo, passou a ser potencializada e comercializada na Feira.

No que se refere ao “trabalho”, percebem-se dificuldades das mulheres em descrevê-lo conceitualmente. Porém, ele está presente em todas as relações vivenciadas no interior das propriedades, na organização dos assentamentos e do MST. Outro aspecto: o trabalho, para a realidade do campo, é algo inerente à vida; não há distinção entre horas trabalhadas, horas de descanso ou lazer. Morar no campo é viver no e do trabalho durante todos os momentos do dia.

Ainda, pontua-se que as relações de trabalho no campo são historicamente desiguais. As mulheres, por serem responsáveis pelo cuidado dos filhos, da casa e dos afazeres domésticos, acabam por realizar dupla ou até tripla jornada de trabalho. Cabe a elas realizar

tarefas na produção de alimentos, bem como os serviços domésticos. Essa é a realidade vivida por muitas mulheres em nossa sociedade.

Pontua-se que é preciso repensar e dialogar com os diferentes atores sobre as relações de trabalho na organicidade do MST. Construir relações menos hierarquizadas na organização, bem como na realidade dos acampamentos e assentamentos, pode contribuir para mudanças no sentido do trabalho.

Por fim, pontua-se como fundamental pensar o trabalho relacionado com as categorias “gênero” e “agroecologia”. No que se refere à Feira, as mulheres desenvolvem um trabalho produtivo nas propriedades, aplicando práticas voltadas para a agroecologia; e novas formas de trabalho se apresentam quando assumem a responsabilidade de comercialização desses produtos no espaço da Feira.

Apona-se que essas ações podem contribuir com o estabelecimento de novas práticas de cooperação e organização do trabalho nas áreas de reforma agrária e, com isso, para a criação de redes e pequenas associações que estimulem relações mais humanizadas entre os sujeitos que compõem essa realidade.

4.3 A agroecologia como estratégia de produção do MST: os desafios para sua implantação nos assentamentos

O último conceito a ser abordado neste estudo é o de “agroecologia”. Desse modo, será realizada análise acerca do significado da agroecologia, bem como de sua utilização no interior do MST, levando em consideração a recente inclusão do debate em sua organicidade. Para isso, buscar-se-á relacioná-la com as entrevistas realizadas com as mulheres sem-terra e feirantes; assim, serão apontadas as proximidades e as divergências entre o debate proposto pelo MST e a vivência das mulheres nos assentamentos.

Compreende-se que a agroecologia “[...] é uma ciência dialética. Como tal, não tem dogmas nem receitas, porém tem princípios. É o caminho mais radical para a produção de alimentos limpos.” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2015, p. 21). Assim, percebe-se que a agroecologia possui um papel importante na contraposição ao modelo hegemônico de produção vivenciado atualmente.

Muitos debates referentes a esse processo, principalmente na realidade brasileira, foram tecidos no primeiro capítulo deste estudo, no qual se buscou caracterizar a questão agrária nesse cenário e as influências vivenciadas a partir da modernização agrícola e da

intensificação da chamada revolução verde. Contribuindo com esse pensamento, cabe destacar que a agroecologia se apresenta

[...] como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos nos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem veneno, tanto na origem vegetal, como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, **em qualquer escala**. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio em qualquer escala. [...] A **agroecologia**, como nós compreendemos, dispõe de conhecimentos para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, conseqüências inexoráveis do agronegócio. Assim como se pôde, através dela, resgatar a cidadania dos pequenos pode-se, também produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente com outros métodos. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2015, p. 36-37).

Assim, compreende-se a agroecologia como um modo de produzir em contraposição ao agronegócio. Nesse sentido, as relações de produção na agroecologia podem ser executadas em qualquer escala, tornando possível essa contraposição. Atualmente, quem desenvolve essas ações são os camponeses que aplicam práticas agroecológicas em sua forma de produzir alimentos.

Ao campesinato, portanto, a Agroecologia se apresenta como uma ferramenta de enfrentamento ao Agronegócio. Através da produção de alimentos saudáveis, acessíveis e em quantidade; cuidando das pessoas (produtores e consumidores); gerando renda, autonomia e soberania alimentar todos os envolvidos; se apropriando do conhecimento (técnica e tecnologia) que permite desenvolver a Agroecologia, respeitando todas as formas de vida e os bens da natureza, isso é, portanto, o que diferencia o campesinato, enquanto classe, da lógica de produção capitalista, do Agronegócio. (HADICH; DE BASTIANI, 2017, p. 134-135).

Por isso, pode ser observada na atualidade a criação de muitas ações voltadas a essa produção mais sustentável em escala mundial. Esse processo vem ocorrendo através da comercialização desses alimentos em espaços como feiras e estratégias de comercialização por meio de cadeias agroalimentares curtas.

Na realidade dos movimentos sociais, essas práticas são cada vez mais observadas e podem ser caracterizadas com uma estratégia de fomentar o trabalho realizado nas propriedades rurais. Pensar a produção através da agroecologia e a criação de cadeias para a comercialização dos alimentos produzidos é algo inerente ao MST. Muitos debates permeiam esta realidade dos movimentos sociais do campo brasileiro.

Para o MST, a inclusão do debate acerca da agroecologia ocorreu no ano de 2000, quando “[...] revela em seu quarto congresso, o discurso de que adotará a Agroecologia como

principal modelo de produção nos assentamentos rurais.” (BARCELLOS, 2010, p. 48). Essa definição se apresenta como fundamental para se repensar as ações em todos os níveis de organização do movimento social. Pensar relações de produção voltadas para a agroecologia torna-se um desafio, pois as práticas oriundas da modernização agrícola estão fortemente presentes na realidade dos assentamentos. Nesse cenário, é preciso construir novos conhecimentos que sejam compreendidos em todas as instâncias da organização.

Isso ocorre, ainda segundo Barcellos (2010, p. 44), a partir

[...] da crise do modelo coletivizador de organização social e cooperativista de produção e comercialização no MST, a Agroecologia vem sendo constantemente mencionada em diversos espaços de discussão e organização política do Movimento pela necessidade de rumar para mais uma experiência sócio produtiva que abranja as necessidades e a diversidade socioambiental dos assentamentos no Brasil.

Pensar a agroecologia na estrutura do MST é configurar um novo modelo de produção de alimentos e a criação de novas relações no interior dos assentamentos e acampamentos. Outro fator que contribuiu para a mudança de mentalidade na organicidade do movimento social foi a inclusão na Via Campesina, articulação mundial dos movimentos sociais do campo.

O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume um lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental. Para o MST, enquanto organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa revolucionária e passa a ser um *sujeito criando a sua própria existência*, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o germen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor. (BORSATTO; CARMO, s/d, p. 10).

Construir os debates sobre agroecologia perpassa a realidade vivida pelo camponês tradicional ao longo de sua trajetória. Ocorre, nesse sentido, o resgate de conhecimentos passados de geração em geração, tornando-se fundamental a troca de saberes entre os atores envolvidos na organização do movimento social.

O tema da agroecologia pode ser localizado em diversos materiais produzidos pelo MST, visando à ampliação do debate nas diferentes esferas da organização. A cartilha “Normas Gerais e Princípios organizativos do MST” (Anexo J) tem como um dos objetivos “Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxico e sementes transgênicas.” (MST, 2016, p. 16). Percebe-se o esforço de potencializar dentro da estrutura organizativa do

movimento social práticas voltadas à agroecologia. Isso se apresenta como um desafio, principalmente na base da organização, que são os assentamentos.

Nesse contexto de enfrentamento ao modelo hegemônico de produção, encontram-se as mulheres, que desenvolvem ações importantes para o avanço da agroecologia. Historicamente realizam os trabalhos voltados para o sustento da família, produção essa desenvolvida em pequena escala e que não necessita da utilização de produtos químicos. Assim, percebe-se que a desvalorização do trabalho dito como feminino é algo intencional e faz parte da lógica produtiva do País. Pensar um novo modelo, com práticas mais humanas e sustentáveis, é fundamental para a continuidade da vida. O resgate dos saberes populares e a criação e utilização de tecnologias que não destruam o ambiente são ferramentas para este processo.

Nesse sentido, pode-se observar que as mulheres, ao realizarem o trabalho de produção para o consumo dos seus grupos familiares, acabam por desempenhar uma produção mais sustentável e que vem ao encontro dos debates propostos a partir da agroecologia. Porém, como já citado neste estudo, estas tarefas, por serem realizadas pelas mulheres, acabam recebendo um *status* inferior à produção desenvolvida em grande escala, na maioria das vezes realizada pelos homens nas propriedades. É nesse cenário que

[...] o machismo, a desigualdade entre homens e mulheres e a violência doméstica afetam a qualidade de vida, não apenas das mulheres, mas de toda a família. A agricultura convencional – do tipo promovido pela Revolução Verde – baseada como está na monocultura, nos insumos químicos e na mecanização, oferece poucos papéis aos membros da família, exceção feita ao homem. É o homem que maneja as máquinas, que aplica os agrotóxicos e que recebe os ganhos do cultivo único. O que termina por reforçar o seu poder na unidade familiar. Portanto, muitas vezes é ele, exclusivamente, que decide tudo no seio familiar. Aos demais resta o papel de coadjuvantes. (SOSA; JAIME; LOZANO; ROSSET, 2013, p. 119).

Por esses fatores, as mulheres acabam assumindo a responsabilidade pela produção vista como sustentável. Foi possível observar elementos desse debate no capítulo anterior deste estudo, no qual indicou-se que historicamente as mulheres e os filhos assumem um papel secundário na tomada de decisão sobre a organização das propriedades. Esta discussão está intrinsecamente relacionada ao conceito de “relações de gênero” e às práticas desiguais no trabalho.

Historicamente coube às mulheres esse papel de cuidado e, automaticamente, a elas foi designada a função da produção de alimentos para o consumo da família. Uma de nossas entrevistadas indica:

Como a mulher pensa mais na saúde, ela quer que a produção seja sem veneno, que se plante diversas coisas pra você ter mais, tipo não comer só feijão e arroz e carne, seria uma comida, mas não pra você ter uma saúde. Pra ter saúde tem que ter verdura, tem que ter vários tipos de verdura. Então eu acho que é por isso que a mulher se alerta mais, porque ela sabe que quanto mais coisas da roça, mais coisas pra você comer, pra tua saúde é melhor. Não adianta você encher um barrigadão de arroz, feijão e carne, pra mim não tem serventia essas coisas. É verdura, é a mandioca, é a batata, as coisas da roça. (Entrevistada F).

Nossa entrevistada nos apresenta a importância do trabalho da mulher na diversificação da produção. Indica-nos que esta produção é essencial para que haja um cuidado maior com a saúde dos integrantes do grupo familiar. Esse debate sobre a saúde faz parte da organicidade do MST e pode ser verificado nos discursos das mulheres feirantes.

Outra entrevistada afirma:

[...] a mulher tem um papel muito importante na questão da vida familiar, quanto também na agricultura, na produção de alimentos. A mulher é sempre a mais preocupada, quer plantar mais variedade, sempre mais preocupada com a questão da alimentação da família. (Entrevistada E).

Pensar a agroecologia e o trabalho realizado pelas mulheres feirantes sugere que, mesmo de forma tímida, ocorre a contraposição ao modelo hegemônico de produção. Elas buscam estabelecer em seu cotidiano a diversificação da produção e das relações existentes nesse contexto. Refletindo sobre esse processo, pode-se dizer que

A agroecologia pressupõe um rearranjo na utilização dos recursos naturais, proporcionando a diversificação do sistema para aumento da biodiversidade. Neste espaço de resgate de policultivos aparecem predominantemente as mulheres, que historicamente tem atuado neles devido à preocupação com o auto-consumo familiar, saúde da família e pelo papel de articuladoras do bem estar familiar como um todo. Os homens, para serem aceitos socialmente, devem lidar com que é grande, o que dá resultado em quantidade, o que aparece e o que dá volume na produção. (BURG, 2005, p. 95).

No que tange à realidade das mulheres feirantes de Passos Maia, o fazer da agroecologia está presente cotidianamente, pois realizam as práticas produtivas em suas propriedades. Porém, muitas vezes, não compreendem o conceito “agroecologia” ou não o conhecem a partir dos livros e da academia, por isso encontram dificuldades em descrevê-lo. Também têm dificuldade em relacionar essa produção que desenvolvem em um cenário mais amplo.

Quando questionada sobre a realização da agroecologia em sua propriedade, uma das entrevistadas nos relata:

Pois olha, eu tento, não sei se é. (Risos). Eu, pra mim, agroecologia é a gente plantar as coisas ali tudo meio junto, sem químico, sem nada e a gente não usar produtos, plantar até meio consorciado. Esse ano nós plantemo um pouquinho de tudo. Outro dia nós tava lá na roça com o M. e ele tava dizendo “mãe, aqui é a nossa legítima agroecologia”. Daí eu pedi pra ele “mas por quê?” e ele me disse “a senhora olha quanta coisa a senhora tem num pedaço só. Lá naquele pedaço nós temos amendoim, batata doce, pipoca, feijão, mandioca, melancia, melão, pepino, tudo. E daí nós limpando só de enxada, aqui eu acho que é o nosso pedaço de agroecologia”. E eu olhando lá disse “sabe que voe tem razão” e eu acho que é isso, agroecologia é um plantio que a gente se esforça ali pra não ter o químico junto. (Entrevistada O).

A assentada indica que tenta realizar práticas voltadas para a agroecologia e que busca dialogar com o filho, que estudou em uma Escola Agrícola, sobre a temática. O papel da educação e formação sobre a agroecologia é fundamental nesse processo. Ela nos apresenta, também, a importância da diversidade da produção de alimentos.

Outra entrevistada relata que sempre foi contra a utilização de agrotóxicos e insumos na agricultura:

[...] agroecologia é tudo. Eu sempre fui contra esses agrotóxicos, esses venenos, essas coisas, nossa, eu sempre fui de lutar pela agroecologia pra que tudo pudessem né plantar ali e ter tudo sem veneno, desde os remédios, das frutas, fazer coisas natural em casa pra passar nas plantação, pra tu ter alguma coisa bem agroecológico mesmo, bem natural. Porque isso aí é a saúde da gente, prevenir a saúde pro futuro nosso, dos nossos filhos, dos nossos netos. (Entrevistada Q).

Ela percebe o trabalho nos moldes da agroecologia como uma forma de garantir aos filhos e netos um futuro melhor e mais saudável. Pensar a agroecologia é algo intrínseco ao cuidado com a saúde e vem ao encontro dos trabalhos realizados pelo Setor de Mulheres e Saúde do movimento.

Ainda sobre o debate acerca da saúde, outra entrevista refere:

Agroecologia é bastante coisa né? Eu acho que a agroecologia é pensando na saúde da humanidade, é uma questão pensando na saúde, porque hoje nós vivemos num mundo, num Brasil que é cheio de venenos, cheio de coisas ruim. Mas nós pensando na agroecologia, nós tamo pensando na saúde, mas não só vida, mas na saúde das pessoas, na comida. Então é por isso que a gente tá pensando essa questão da agroecologia a anos e anos dentro do movimento e que leva as famílias a ter uma vida melhor, digamos assim, porque se todo mundo produzisse agroecológico, com certeza nós teríamos menos doenças dentro dos assentamentos, muito menos coisas ruins. Eu digo que hoje, muitos câncer, muitas doenças é por causa do veneno, então a agroecologia traz essa questão da saúde também e o bem-estar das famílias. (Entrevistada C).

Acredita-se que as mulheres desempenham a produção diversificada pois adquiriram seus conhecimentos através das gerações anteriores. Porém, aponta-se que, ao longo da inserção no movimento social, muitos foram os cursos e as práticas a partir dos quais puderam conhecer de forma teórica conceitos como o de “agroecologia”. Nesse sentido, o acesso à formação é fundamental para fortalecer o entendimento sobre as práticas agroecológicas. Sobre isso, uma de nossas entrevistadas relata:

[...] estudava. Agroecologia é as coisas plantadas todas natural, não usar agrotóxicos. Eles ensinavam ter o mato com as plantação né, porque o mato, uma coisa ajuda o outra. O mato cercaria os venenos que podem ter ao redor quando alguém passam né, coisas tudo agroecológicas. Fazer a adubação já do próprio esterco, não precisar comprar, os remédio para os bichinhos, fazer tudo natural. [...] Eu tenho as receitas guardas e quando precisa eu faço. Até esses dias começou a pegar pulgão nas couve, achei uma receita lá que é feita com coisas assim do mato. Com ervas do mato e tem esterco eu vai junto pra passar né? E eu fiz ali e nem deixei no tempo certo, deixei uns três dias, daí coei, ponhei um pouco de água, fui lá e passei, mas eliminou com os pulgão. E daí vai fumo junto, um monte de coisa. Pra não usar veneno, na verdade nós não usamos veneno aqui pra lavoura, a gente procura sempre usar as coisas natural mesmo. (Entrevistada A).

Assim, passam a ser realizadas experiências agroecológicas que vem contribuir com a melhoria da produção de alimentos. Desse modo, produzir de forma agroecológica também corresponde a uma diminuição dos custos.

Pro custo também, porque se você vai fazer uma produção tipo tudo comprado você não vence, porque é muito caro as coisas, então se tu fazer e usar mais a coisa prática sai menos custo. Eu tava até comentando com o N. ontem, teve gente que pagou 700 reais o saquinho de milho aqui pra plantar e aí tudo o que vai pra produzir um saquinho de milho. Nós plantemos milho comum, o filho dele plantou no ano passado e colhemos, que a ceifa derrubou, quero que você veja, tem troco dessa grossura de milho que nós plantamos com o feijão, sem adubo, sem nada. Falei pra ele “pra que ficar gastando com um milho tão caro e que ainda depende de tudo, adubo, tudo quanto é coisa e às vezes não dá uma produção boa”. [...] Na verdade ele não é comum, ele era selecionado, porque ele pagou 700 reais o saco de milho, daí ele plantou e nós colhemos onde que a ceifa passou e daí plantemos, mas pense num milho tem um tronco assim, dessa grossura e não foi pnhado adubo e nada, nada. [...] A gente tem uma experiência própria, porque a planta aquele milho lá o meio do feijão achando que não ia dar nada, mas pensa num milho coisa mais linda, sem nada de adubo, sem nada de ureia, nada, nada. Tá mais bonito do que aonde foi pnhado adubo e ureia, nos outros milhos. (Entrevistada A).

O modelo de produção voltado para o agronegócio exclui muitas famílias oriundas da reforma agrária. Os custos para essa produção são altos e dificultam a vida dessas famílias. Porém, muitas famílias que residem em assentamentos do MST acabam por assumir essa produção ou arrendam suas terras para que outros assumam essa função. A falta de incentivo para as práticas agroecológicas se apresenta como um grande desafio.

No que tange à compreensão das mulheres sobre esse modo de produzir, uma feirante contextualiza:

Agroecologia eu não entendo muito, mas eu acho que é quando a gente planta sem veneno, não é agroecológico aquilo? Eu entendo que seja plantar que nem nós fizemos pra fazer as misturas das plantação. Plantar batata, plantar amendoim, você misturar até pra aproveitar a terra e elas se adaptam. Tipo hoje de meio dia eu fiz batatinha e descasquei batata doce junto ai eu disse “Se vocês achar batata doce no meio é porque deu no pé de batatinha deu a batata doce” Decerto porque tava adubada ela já deu grandota assim, as outras ainda não tem, porque aqui é sempre mais tarde. Mas aquela que já foi no adubo já deu junto. Comer aquelas coisas que a gente planta, a gente pega pouca coisa no mercado e a gente tenta ter comer o que nós plantamo porque daí tu sabe que não tem veneno. (Entrevistada F).

Esse relato nos apresenta elementos referentes a essas práticas no cotidiano das famílias. Ela busca apresentar elementos sobre a sua realidade e a aplicação de conhecimentos sobre a agroecologia.

Nesse sentido, outra entrevistada afirma:

Não uso veneno. Eu uso aqueles que a gente aprendeu com a C., assistência que vinham dar pra nós, a gente aprendeu a fazer aquelas caudas, fertilizantes que tu passa nas verduras e vem muito bem. Daquilo que a gente aprendeu temo bastante feito, a gente fez de novo depois que a gente aprendeu com ela e usemos esses ai, veneno eu não quero nem saber de veneno na minha horta, ali tem muita minhoca, essas coisas e a gente vê que o veneno não tá ali. A terra é bem boa, bem adubada, sem veneno. [...] Sigo o calendário da lua pra ela não asementá. A partir desses conhecimentos, eu tenho a folha da lua que elas me deram e eu sigo ali. A minguante pra não afluasse, as outras pra crescer mais e é assim, tá tudo ali, o dia de plantar a que vai fazer flor, a que não vai. Eu sigo bastante. (Entrevistada B).

A entrevistada percebe assim a relação e construção dos conhecimentos acerca da agroecologia. O trabalho da equipe técnica vinha ao encontro dessa forma de produzir alimentos. As experiências de caldas, biofertilizantes e calendário biodinâmico são alguns dos exemplos das ações realizadas nesse contexto.

Porém, apesar dos avanços indicados por nossas entrevistas, ainda é um desafio realizar a produção agroecológica em toda a extensão das propriedades.

Na produção da horta tem tudo as condições pra plantar sem, mas digamos um feijão, um milho, uma coisa tem que plantar, tem que passar veneno. Agora, se a gente quisesse plantar um pedaço só pra comer, pra ter uns quilinhos pra vender, tinha como pegar e fazer e limpar assim. Mas precisaria de um grande mutirão, em grupos, fazer aqueles mutirão que nem nós fazia uma vez. Uma vez nós plantamos feijão e nós colhemos um monte de feijão, mas daí nós se trocava em três vizinhos. Plantamos tudo meio junto e nós ajudamos colher os deles e eles ajudaram a colher os nossos. Nós tinha que fazer assim pra poder não usar veneno e daí com mais gente trabalhando junto consegue limpar os produtos. (Entrevistada M).

Percebe-se que há distinção entre a produção na horta e a produção de milho e outras monoculturas. Essas práticas de dividir a forma de produzir estão presentes na realidade de todas as mulheres feirantes. O que produzem para o consumo e para a Feira está num local da propriedade, e a produção de monoculturas para a venda as agropecuárias está em outro.

A forma de dividir a propriedade é a mesma em relação ao trabalho: as mulheres realizam os trabalhos voltados para o sustento e os homens cuidam da lavoura. Nesse sentido, sobre as relações de produção entre homens e mulheres, outra entrevistada expõe:

Eu vejo desde a queimada, que eu sou muito contra a queimada, sempre fui né? ...e daí dentro do movimento sem-terra eu aprendi muito mais de conservar a natureza, os passarinhos e essas coisas. E já vejo o seu J., que é o meu marido, ele quer queimar, ponhar fogo nas coisas pra fazer mais ligeiro pra plantar e daí mata muita coisa. (Entrevistada B).

Percebe-se que ainda existem muitos desafios no cenário nacional para a implantação da agroecologia. Um pouco desse processo é relatado por uma de nossas entrevistadas:

É uma pauta do movimento, mas também de toda agricultura familiar. É um desafio, porque a história da agricultura, principalmente das pessoas, elas acham que o rápido e o prático é o veneno e o trator pra dar o resultado imediato dessa questão da produção. Então, assim, é difícil você quebrar esse conceito que muitos agricultores têm, não por um conceito dele, por uma ideia dele, mas que isso é passado pela sociedade, principalmente essa questão do agronegócio. Acho que a mídia vende muito esse pacotão e às vezes a família, o agricultor iludido com esse pacotão pensa que vai trazer um rendimento, uma renda a curto prazo e isso ele vê com bons olhos. Então, assim, em alguns locais a agroecologia ainda é um processo inicial, mas que é uma bandeira de luta. Então hoje nós assentamentos, como eu comentei anteriormente em outras situações, tem estágios diferenciados, a gente tem muitas famílias que produzem a questão da agroecologia, muitas estão em processo de transição e muitas ainda dependem de um debate e de um convencimento. Então, assim, é um trabalho árduo e permanente, mas que o resultado e a busca de nós conseguir concretizar a agroecologia nos assentamentos é indispensável. Então, assim, hoje a gente tem muitas experiências belíssimas, não só em Santa Catarina, mas no Brasil inteiro nessa parte da agroecologia. (Entrevistada L).

Apesar dos desafios, existem experiências que podem ser destacadas em todo o País. No que se refere à Feira da Reforma Agrária e a vivência das mulheres assentadas no município de Passos Maia, pode-se dizer que estimular a ampliação de práticas agroecológicas é fundamental para a construção de um novo modo de produzir. O MST, em suas instâncias organizativas, fortalece as práticas agroecológicas nos assentamentos, visando assim à efetivação da agroecologia.

Pensar a agroecologia ao longo da trajetória do MST é fundamental para este estudo, pois a Feira é um instrumento que visa potencializar essas ações. Porém, no decorrer da pesquisa, identificou-se que é necessário aproximar os discursos promovidos nas instâncias do movimento da realidade vivida nos assentamentos. Para o MST, a agroecologia é vista como um modo de produção em contraposição ao agronegócio e suas práticas nocivas à vida em sociedade. Mas muitos são os desafios para a sua implantação. Nesse sentido, ações práticas devem ser fundamentais para que essa aproximação aconteça. E as mulheres possuem um papel fundamental nesse processo. No que tange à compreensão das mulheres sobre o tema da agroecologia, ainda existem limites. A realização de atividades de formação é fundamental para contribuir com esse processo.

Neste capítulo, foi realizada reflexão acerca das proximidades e divergências entre os conteúdos e discursos promovidos pelo MST em suas instâncias organizativas e o vivenciado pelas mulheres sem-terra e feirantes que residem no município de Passos Maia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, apresenta-se como objetivo geral analisar a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica do MST. No decorrer da pesquisa bibliográfica e de campo, buscou-se responder esta indagação, que se consolidou através da elaboração do projeto de pesquisa.

Desse modo, a dissertação foi organizada em três capítulos, que intencionaram relacionar o tema da pesquisa com teorias da História. No primeiro capítulo, caracterizou-se a região estudada, apresentando elementos referentes à ocupação da fronteira sul do Brasil. Nesse sentido, nosso debate pautou-se sobre a constituição da região Oeste e as disputas que permearam este território. Ainda, apresentou-se o debate acerca da questão agrária no Brasil. Mais, o debate sobre a modernização agrícola é fundamental para a compreensão do surgimento dos movimentos sociais do campo brasileiro, dentre eles o MST; assim, buscou-se caracterizar o surgimento do MST no estado de Santa Catarina, na década de 1980, bem como no município de Passos Maia. Neste caso, optou-se por caracterizar as transformações vivenciadas no local onde a pesquisa foi realizada.

No segundo capítulo, apresentou-se como a Feira da Reforma Agrária se constituiu na realidade do município de Passos Maia. Assim, foram apresentados elementos referentes aos debates e à relação com as políticas públicas, através de projetos que impulsionaram o surgimento e fortalecimento das feiras no estado catarinense. Também foi realizada a caracterização das mulheres sem-terra e feirantes, principais sujeitos desta pesquisa. Assim, foram apresentadas suas trajetórias, experiências e vivências no interior dos assentamentos do MST. Por fim, caracterizou-se como era desenvolvida a produção comercializada na Feira.

Já no terceiro capítulo deste estudo, buscou-se apontar elementos de proximidade e de divergência entre os conteúdos produzidos pelo MST e os relatos das mulheres feirantes obtidos através da pesquisa de campo. Foram utilizados três conceitos-chave visando realizar estas reflexões: “relações de gênero”, “trabalho” e “agroecologia”.

Cada um desses capítulos surgiu para responder os questionamentos apresentados a partir dos objetivos específicos, descritos na introdução deste estudo. Assim, percebe-se a Feira como um espaço de diálogo e conscientização das mulheres pesquisadas. Nesse sentido, observa-se que as trajetórias no interior do MST ocorrem a partir dos processos de

participação em cursos, formações, instâncias organizativas, entre outras. É nesse processo que a Feira se constitui e as mulheres vão transformando suas realidades.

Ao longo da produção deste estudo, buscou-se manter como linha norteadora a experiência histórica da Feira de Passos Maia, levando em consideração sua constituição por mulheres. Percebe-se que as mulheres da região Oeste historicamente foram excluídas dos processos de decisão e não constam na grande maioria dos estudos desenvolvidos. Parte-se do princípio de que as tarefas públicas eram de domínio masculino. Muitos são os estudos que estão surgindo com essa temática, vindo fortalecer o debate sobre as mulheres e a questão de gênero na região.

Além de serem mulheres, as feirantes são sem-terra, o que as coloca em mais um patamar de exclusão dada a realidade do oeste catarinense. Como se observou no primeiro capítulo, muitas foram as disputas nesse território; e o surgimento do MST, nos anos de 1980, veio contribuir com a redistribuição de terras. As mulheres sem-terra tendem a ser excluídas dos fatos que são vivenciados nessa região; essa vivência é intrínseca à realidade brasileira, porém em cada local e região se apresenta de formas diferentes.

Visando contextualizar e dar visibilidade para essa experiência histórica, para o desenvolvimento deste estudo, foram elaboradas hipóteses de pesquisa, as quais se buscará validar ou não a partir deste momento.

Indicou-se que “Existem diferentes concepções sobre as relações de gênero no interior do MST”: pôde-se verificar que esse processo é real, pois a partir da pesquisa de campo identificaram-se diferentes percepções sobre o tema “relações de gênero”. Nas instâncias organizativas do MST, este debate está mais aprofundado e aproxima-se ao trabalho na academia. Já na realidade das mulheres feirantes, muito há que se avançar para potencializar o debate. Avançar nessas discussões é também buscar construir relações mais equânimes nos assentamentos e acampamentos do MST.

No que se refere à hipótese “A agroecologia se apresenta como um mecanismo de contraposição ao modelo hegemônico de produção, ou seja, ao agronegócio”, aponta-se que, durante o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e de campo, observa-se a agroecologia como contraposição do MST à atualidade do campo brasileiro. O movimento social busca potencializar ações que venham ao encontro desse modo de produção, e as mulheres têm sido fundamentais para esse processo. Porém, na realidade das mulheres feirantes, esse debate precisa ser ampliado. Existem diferentes concepções sobre o tema, sendo ainda necessário ampliar os estudos, debates e práticas pertinentes. Fomentar ações práticas na realidade dos

assentamentos e acampamentos é essencial para o fortalecimento da agroecologia como um modo de produção.

Por fim, a última hipótese indicada: “As mulheres, ao constituírem o grupo da Feira, visam angariar recursos financeiros, pois geram renda, bem como buscam um empoderamento dadas as desigualdades de gênero fortemente presentes nesta sociedade. De outra parte, contribuem para a constituição do arcabouço teórico do MST sobre a temática de gênero e agroecologia.” No que se refere a esta hipótese, aponta-se que as feiras são espaços importantes que visam à emancipação das mulheres sem-terra, pois possibilitam que saiam do espaço privado e busquem ocupar as instâncias de atuação no interior do movimento.

Nesse processo, é fundamental a ação dos diferentes atores para a consolidação de espaços como a Feira. O trabalho desenvolvido por MST, ATER, INCRA, MDA, entre outros, visava consolidar as ações de comercialização local de alimentos. As mulheres assumem a responsabilidade de desenvolver a Feira e têm muitas conquistas desde essa inserção; porém, ainda não conseguem suprir as demandas sozinhas, necessitam de auxílios externos. Quando assumem a Feira como tarefa do grupo de mulheres, passam a ressignificar os sentidos sobre o trabalho, as relações de gênero e a agroecologia. Atuar no espaço da Feira contribui para a autonomia das mulheres. As ações do Setor de Mulheres e Saúde de Santa Catarina também são fundamentais para esse processo. Além disso, como se observou no decorrer deste estudo, duas mulheres foram eleitas vereadoras no município de Passos Maia.

Porém, apesar dos avanços observados, muitos são os desafios para o MST no que tange a ampliar e fortalecer o debate acerca das relações de gênero na sua organicidade. Paralelamente a isso, o debate sobre a agroecologia também precisa ser mais bem trabalhado na base da organização, e as discussões devem ser ampliadas.

Nesse contexto do surgimento da Feira e da ampliação do trabalho das mulheres, as políticas públicas foram essenciais. O trabalho da ATER, em consonância com as ações realizadas pelo movimento social, foi importante para potencializar o trabalho das mulheres. Os recursos oriundos dos órgãos governamentais contribuíram para a efetivação desse trabalho.

A partir deste estudo, indica-se que as feiras podem ser instrumento para se repensar a atuação do MST nos estados. Apresentam-se como uma forma de humanizar as relações no interior de sua organicidade. Esse processo pode contribuir para o fortalecimento de um novo modo de produção desenvolvido a partir da agroecologia.

Propõe-se, ainda, a criação de um trabalho em rede através de pequenas associações que contribuam com o surgimento de cadeias agroalimentares curtas. Assim, a produção desenvolvida nos assentamentos e acampamentos do oeste de Santa Catarina, ao ser potencializada, pode ser comercializada na própria região. Sugere-se aqui a formação de novas redes de cooperação, locais e a partir de relações mais humanizadas.

Acredita-se que as principais questões levantadas no início deste estudo foram respondidas. Muitas foram as trocas ao se realizar a pesquisa de campo, em especial as entrevistas com as mulheres feirantes e a representante do Setor Estadual de Mulheres. Nesses encontros, surgiram diferentes concepções sobre os temas estudados, e tudo isso ocorre devido às diferentes trajetórias na organicidade do MST e em suas vidas. Apontam-se como fundamentais para suprir essas divergências a troca de conhecimentos e uma maior inserção do MST nas bases, principalmente nos assentamentos consolidados há mais tempo.

Repensar essas questões não será algo automático, pois o MST não está isolado da sociedade patriarcal, machista, racista e homofóbica. Esses pré-conceitos são fundamentais para a manutenção do capitalismo e a má distribuição das riquezas em nosso país e no mundo. Todavia, novas relações precisam ser construídas a partir da interação dos movimentos sociais e da sociedade, para que se construa um mundo mais justo e igualitário.

Muitos são os desafios que se apresentam para as mulheres feirantes e sem-terra. Muitos são os desafios para o MST. Porém, suas trajetórias contribuirão para a construção de novas experiências históricas. Pensar em estratégias, tendo em vista o corte das políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa e familiar e os demais retrocessos oriundos do atual cenário político, tornou-se algo inerente à realidade do MST.

Leva-se a experiência histórica da Feira de Reforma Agrária de Passos Maia como um exemplo de quanto é possível estabelecer formas de cooperação mais humanizadas. Que esta Feira e as demais realizadas no País possam servir como exemplos para a construção de outro mundo possível.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BASSANI, André Luis; DE TONI, Adriana. Patrimônio Cultural: marcas de memórias evidenciadas junto ao espaço citadino chapecoense. **Cadernos CEOM**, Chapecó, 2007.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. **A Agroecologia e a sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Disponível em:
<http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_6/sessao_6A/01_Ricardo_Borsatto.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

BRUNETTO, Irma. Contribuição de Dom José Gomes para o surgimento e o fortalecimento do MST. In: UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, SC: Argos, 2002.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CAMPOS, Antônio Valmor de. **Território do milho crioulo: a propriedade intelectual coletiva e o melhoramento genético como estratégia de reprodução social**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra (CPT). In: CALDART, Roseli Saete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e o nosso legado para a futura geração. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CCA. **Projeto de Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina**. Chapecó, 2014.

_____. **Relatórios do Projeto de Apoio a realização de feiras de produtoras rurais assentadas como alternativa de geração de renda com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural no estado de Santa Catarina**. Chapecó, 2016.

CHAVES, Gislaíne da Nobrega. **O Caderno de Formação nº 15 do MST: a mulher nas diferentes sociedades**. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_15_05_2014_20_20_12_idinscrito_510_c4e0d9937e1fc472acd9081bc3f7cd45.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. **Mulheres rurais: identidade e militância**. Florianópolis: Fazendo Gênero 9, 2010.

DMITRUK, Hilda Beatriz. **A História que fazemos: pesquisa e ensino de História**. Chapecó: Grifos, 1998.

ECKERT, Cordula. O Master e as ocupações de terras no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 1. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Saete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e a brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005.

GARCIA, José Carlos. Legitimidade da Luta pela Terra. In: CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a Diferença: as mulheres na política**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2001.

HADICH, Ceres Luisa Antunes; DE BASTIANI, Tânia Mara. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no oeste catarinense. In: BONI, Valdete (Org.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre, RS: Letra&Vida; Chapecó, SC: UFFS, 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 61-73, 2014.

IANNI, Ocatvio. **A era do globalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A Formação do Proletariado Rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **O debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/passos-maia/panorama>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? (1962). In: WELCH, Clifford Andrew; et. al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LEITE, Sérgio (Org.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: UNESP, 2004.

LISBOA, Tereza Kleba. **Gênero, classe e etnia**: trajetória de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LUDTKE, Rosiéle Cristiane; CHIMINI, Letícia. Resgate de Saberes e Sabores: uma experiência do coletivo de mulheres do movimento de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul. In: TAVARES, Joselita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (Orgs.). **Diversidade Produtiva das Mulheres do MPA**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: Série Antropologia, 2000.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAESTRI, Mário. A Aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **O debate na esquerda**: 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo**: neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servelo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO, Marcelo Antonio et al. (Orgs.). **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Noção de Experiência Histórica e Social em Edward Thompson: percursos iniciais. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, 393-413, jan.-jun. 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **R. Pol. Públicas**, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2004.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, João Pedro (Org.). **História e natureza das Ligas Camponesas: 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MST. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, 1996.

MST. **Avanço do capital no campo e as mulheres**. São Paulo: 2 Caderno de Formação Setor de Gênero MST, 2015b.

MST. **Caderno de Formação Política em Gênero**. Coletivo de Saúde e Gênero/PR, 2009.

MST. **Compreender e Construir Novas Relações de Gênero**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, 1998.

MST. **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder**. São Paulo: Setor de Gênero MST, 2003.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2001.

MST. **Feminismo camponês e popular: com identidade e revolucionário**. São Paulo: 1 Caderno de Formação Setor de Gênero MST, 2015a.

MST. **Jornada de Lutas das Mulheres do MST: Mulheres Sem Terra na Luta por Reforma Agrária, Agricultura Camponesa e por um Brasil sem Desigualdades**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2006.

MST. **Mulher Sem Terra**. São Paulo: Coletivo Nacional de Gênero do MST, 2000.

MST. **Normas gerais e princípios organizativos do MST**. São Paulo, jan. 2016.

MST. **Soberania Alimentar e a Reforma Agrária Popular**. São Paulo: 3 Caderno de Formação Setor de Gênero MST, 2015c.

MST. **Violência contra as mulheres e desafios à participação igualitária de gênero**. São Paulo: 4 Caderno de Formação Setor de Gênero MST, 2015d.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José C.; VALENTINI, Delmir J.; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre, RS: Letra&Vida; Chapecó, SC: UFFS, 2015.

ORGANISNET. **Manual de Certificação de Produtos Orgânicos**. Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**, v. 6, n. 4, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento das Mulheres Agricultoras e os muitos sentidos da “Igualdade de Gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950-1980**. v. 1. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogos**. Florianópolis: UFSC, 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

POLI, Odilon. **Leitura em Movimentos Sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUINTANEIRO, Tania. BARBOSA; Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

_____. **Narrativas da Diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

_____. O Conhecimento do território: a Bandeira Konder. In: CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005.

_____. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornada de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 321- 330, jan.-abr. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Margarete Silva dos; FERREIRA, Daíse de Jesus; SANTOS, Rosângela Leal. **A Feira Livre como alternativa de geração de renda para a agricultura familiar no município de Santo Estevão – BA**. São Paulo: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. **As Cadeias Agroalimentares Curtas e Desenvolvimento Local: um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/scarabelot-m-schneider-s-as-cadeias-agroalimentares-curtas-e-desenvolvimento-local-um-estudo-de-caso-no-municipio-de-nova-veneza-sc-faz-ciencia-unioeste-impreso-v-14-p-101-130-2012>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

SCHWENDLER, Sonia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo**. v. 2. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 11-30, jan.-abr. 2005.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, Cristiane Berreta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 269-287, jan.-abr. 2004.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Unisinos, 2004

SILVA, Gilvânia Ferreira da. As disputas territoriais do Maranhão. In: REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Franciane (Orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Maura. **Feiras da Reforma Agrária**: alimentação saudável com o selo do MST. 18 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/12/18/mst-realiza-feiras-da-reforma-agraria-em-todo-pais-como-alternativa-de-alimentacao-saudavel-e-livre-de-agrotoxicos.html>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

SOSA, Braulio Machin; JAIME, Adilén Maria Roque; LOZANO, Dana Rocio Ávila; ROSSET, Peter Michael. **Revolução agroecológica**: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costume em Comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, p. 9-28, 2002.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum**: para todas, todes e todos. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó, SC: Argos, 2002.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 4. ed. rev. Chapecó: Argos, 2016.

VASCONCELOS, Bruna Mendes de. Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (Orgs.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 342-370.

ZARTH, Paulo. **O Campesinato e a História Ensinada no Brasil**. Rio de Janeiro: I Encontro Sul-Americano de Estudos Agrários, 2011.

WAIBEL, Leo. Princípio da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, p. 08-60, abr.-jun. 1949.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó, SC: Argos, 2006.

WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene. Tecendo memórias de mulheres chapecoenses. In: CARBONERA, Mirian et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *SCRIBTO SENSU* EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO: Feiras da Reforma Agrária: concepções sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica

INSTRUMENTO ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Apresentação da acadêmica e da proposta da pesquisa.

- 1- Qual a sua idade e onde você nasceu? É casada?
- 2- Participou de alguma ocupação de terra? Morou nos acampamentos? Como foi?
- 3- Casou antes ou depois de ir para o acampamento? Teve filhos em acampamento? Quantos? Teve filhos em assentamento? Quantos?
- 4- Há quanto tempo reside no assentamento? Se desde a criação, conte como foi o processo de mudança do acampamento para o assentamento? Quais as diferenças daquele tempo pra hoje?
- 5- Como você vê a organização dos assentamentos atualmente? Percebe diferenças desde o seu surgimento?
- 6- Já participou de encontros promovidos pelo movimento? Quais? E de cursos, formações? (MST, COOPTRASC...) Como você avalia essas atividades?
- 7- Já participou do Setor de Mulheres e Saúde? Direção Estadual/ Nacional do MST? Coordenação Regional dos assentamentos? Coordenação de assentamento/ núcleo de base? Já atuou em cargo eletivo?
- 8- Como avalia a participação das mulheres nos espaços do MST? Como percebe essa realidade no seu assentamento? As mulheres participam?
- 9- O que você compreende/ qual a sua concepção sobre as relações de gênero? Concepção dos debates sobre a realidade das mulheres?
- 10- O que você entende/ qual concepção sobre trabalho?
- 11- Como é o trabalho na sua propriedade? Quem realiza o que? Existe divisão de tarefas?
- 12- A produção para a Feira é feita por quem? Como são produzidos?
- 13- Sobre a Feira, como surgiu o seu interesse em participar? Está desde o início ou se juntou durante o andamento da feira?
- 14- O que é a Feira de Passos Maia? O que ela tem representado pra você?
- 15- Quais os desafios enfrentados para a realização da Feira? E quais os pontos positivos que você percebe com o desenvolvimento dela?
- 16- O que é agroecologia para você?
- 17- O que você compreende/ qual a sua concepção sobre a produção de alimentos agroecológicos?
- 18- Como você percebe o trabalho da mulher para a produção de alimentos saudáveis tanto para o consumo como para a comercialização através das Feiras, programas, venda direta...
- 19- Considerações da entrevistada.

APÊNDICE B

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFS **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA: CONCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA MULHER NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Feiras da Reforma Agrária: concepções sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica.

Desenvolvida por Raquel Forchesatto, discente de Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), Campus de Chapecó, sob orientação do Professor Dr. Émerson Neves da Silva.

O objetivo central do estudo é: Analisar a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária, no município de Passos Maia/SC, sobre o papel da mulher na produção agroecológica do MST. A pesquisa será qualitativa, onde serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com mulheres que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Desse modo, serão analisados os dados presentes nas falas das mulheres a partir de três conceitos chave: relações de gênero, trabalho e agroecologia. Como abordagem metodológica, será utilizada a metodologia da História Vista de Baixo, proposta por E. P. Thompson.

O convite a sua participação se deve à sua participação no grupo de feirantes do município de Passos Maia, por desenvolver práticas de produção agroecológica em sua propriedade e fazer parte do Setor Estadual de Mulheres do MST.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Caso haja risco direto ou indireto de identificação do participante, isto deverá estar explícito no Termo.

Existem casos em que o participante de pesquisa deseja que seu nome ou de sua instituição conste do trabalho final. Esta é uma situação comum, que deve ser respeitada, no entanto, é necessário que esteja explícito no Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas que compõem um roteiro de pesquisa semi-estruturado à pesquisadora do projeto.

O local da coleta será no município de Passos Maia em local fechado, visando garantir o

sigilo das informações prestadas. O instrumento de coleta de dados será elaborado de forma semi-estruturada, contribuindo para um maior diálogo entre os sujeitos da pesquisa. Os dados a serem coletados serão relacionados à organização das mulheres no MST, bem como na Feira da Reforma Agrária do município de Passos Maia. A caracterização da amostra será composta por dezesseis mulheres que compõe o grupo da Feira e duas que coordenam o Setor Estadual de Mulheres.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora.

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e seu orientador.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de compreender a realidade do grupo, como se constituíram e se fortaleceram ao longo do processo. Desse modo, apontamos que a pesquisa irá contribuir para o reconhecimento da ação e a percepção de lacunas que devem ser discutidas pelo grupo e pelo movimento social. A devolutiva da pesquisa será realizada em atividade específica de apresentação da dissertação com a presença do grupo de feirantes de Passos Maia, as integrantes do Setor Estadual de Mulheres e demais membros do MST.

A participação na pesquisa poderá causar riscos: as entrevistas que serão realizadas tem como foco compreender a realidade de um grupo específico de mulheres, analisando, dentre outras questões, os conflitos e tensões para o surgimento da Feira no município. O risco existente, a partir da pesquisa de campo, é mínimo tendo em vista que a pesquisa deverá contribuir para a melhoria das relações existentes entre as participantes da feira e o MST. Porém, caso haja eventos desagradáveis, como procedimento será garantido o sigilo da identidade das entrevistadas. Os resultados obtidos com a pesquisa deverão servir como base para uma maior efetivação dos debates e ações acerca das relações de gênero e agroecologia no interior do movimento.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

_____ (SC), ____ de _____ de _____.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: (49 – 98419-4702)

e-mail: raquel_f@unochapeco.edu.br

Endereço para correspondência:

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

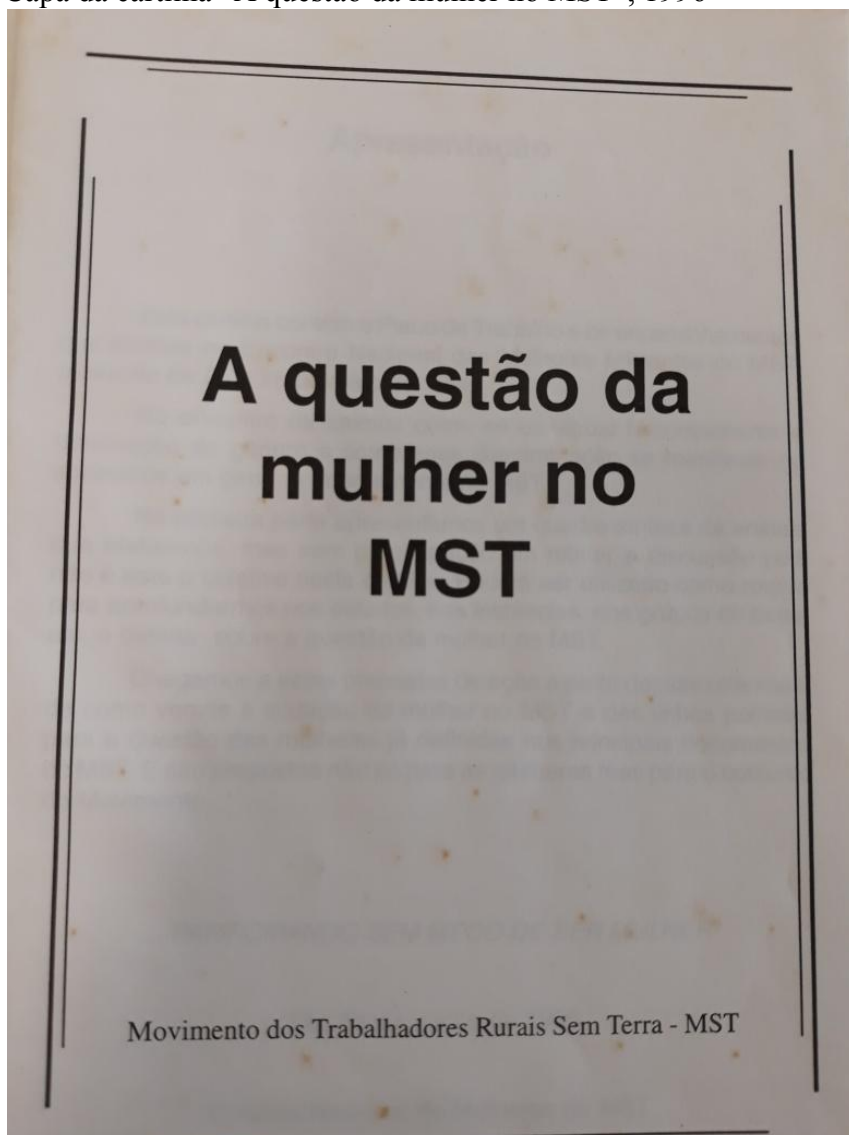
Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

ANEXO A

Capa da cartilha “A questão da mulher no MST”, 1996



Fonte: Arquivo do CEOM.

ANEXO B

Cartilha “Compreender e Construir Novas Relações de Gênero”, 1998



Fonte: Arquivo do CEOM.

ANEXO C

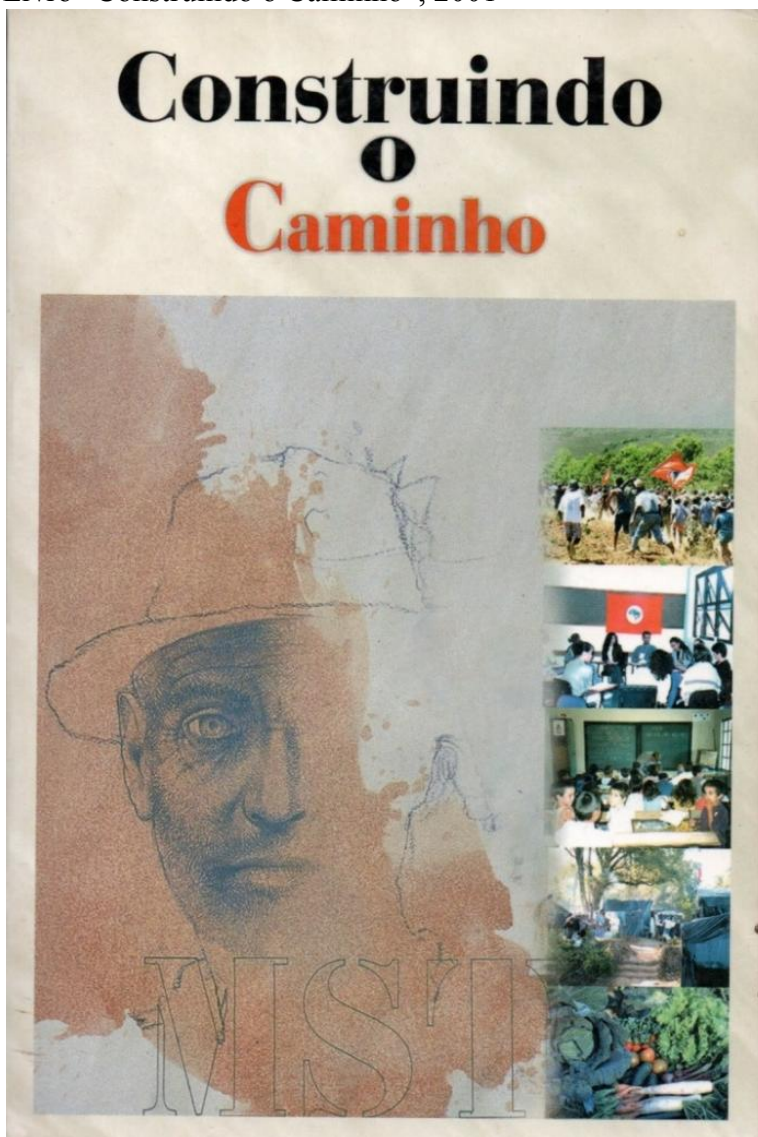
Cartilha “Mulher Sem Terra”, 2000



Fonte: Arquivo da Secretaria do MST de Santa Catarina.

ANEXO D

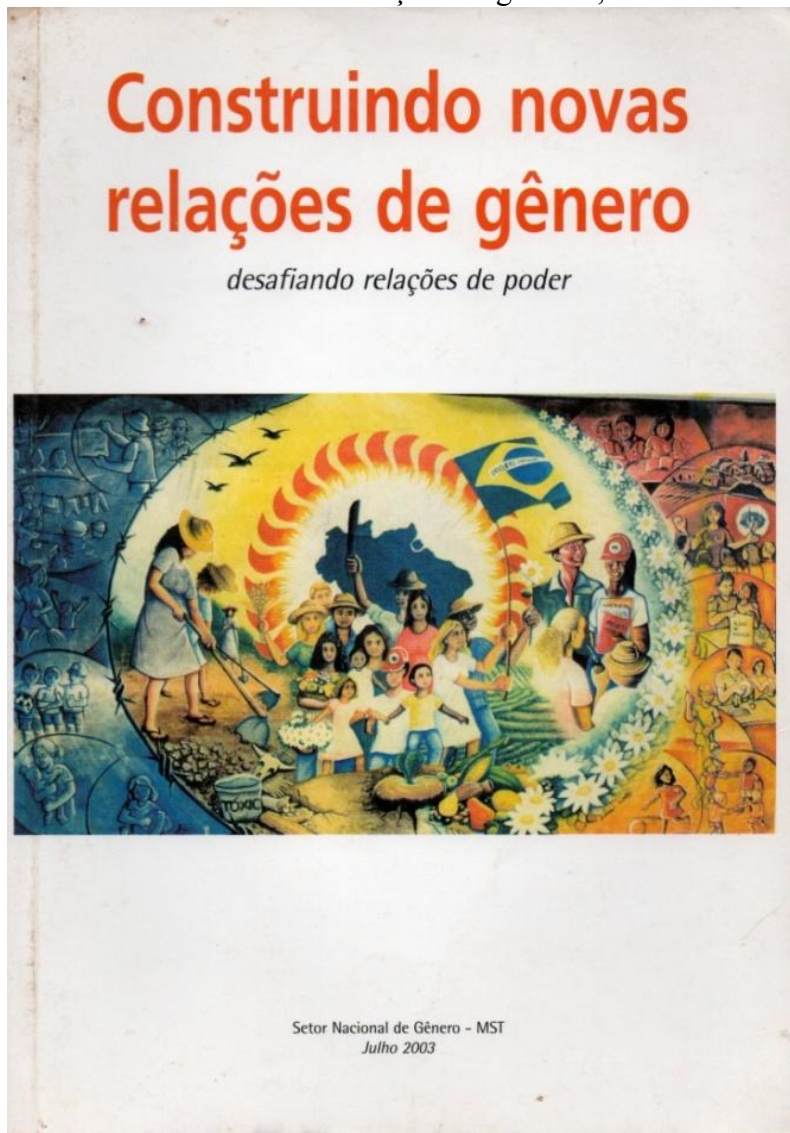
Livro “Construindo o Caminho”, 2001



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO E

Livro “Construindo novas relações de gênero”, 2003



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO F

Cartilha “Jornada de Luta das Mulheres do MST”, 2006



Fonte: Arquivo da Secretaria Estadual do MST/SC.

ANEXO G

Cartilha “Caderno de Formação Política em Gênero”, 2009



Fonte: Arquivo da Secretaria Estadual do MST/SC.

ANEXO H

“Cadernos de Formação do Setor de Gênero 1 e 2”, 2015



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO I

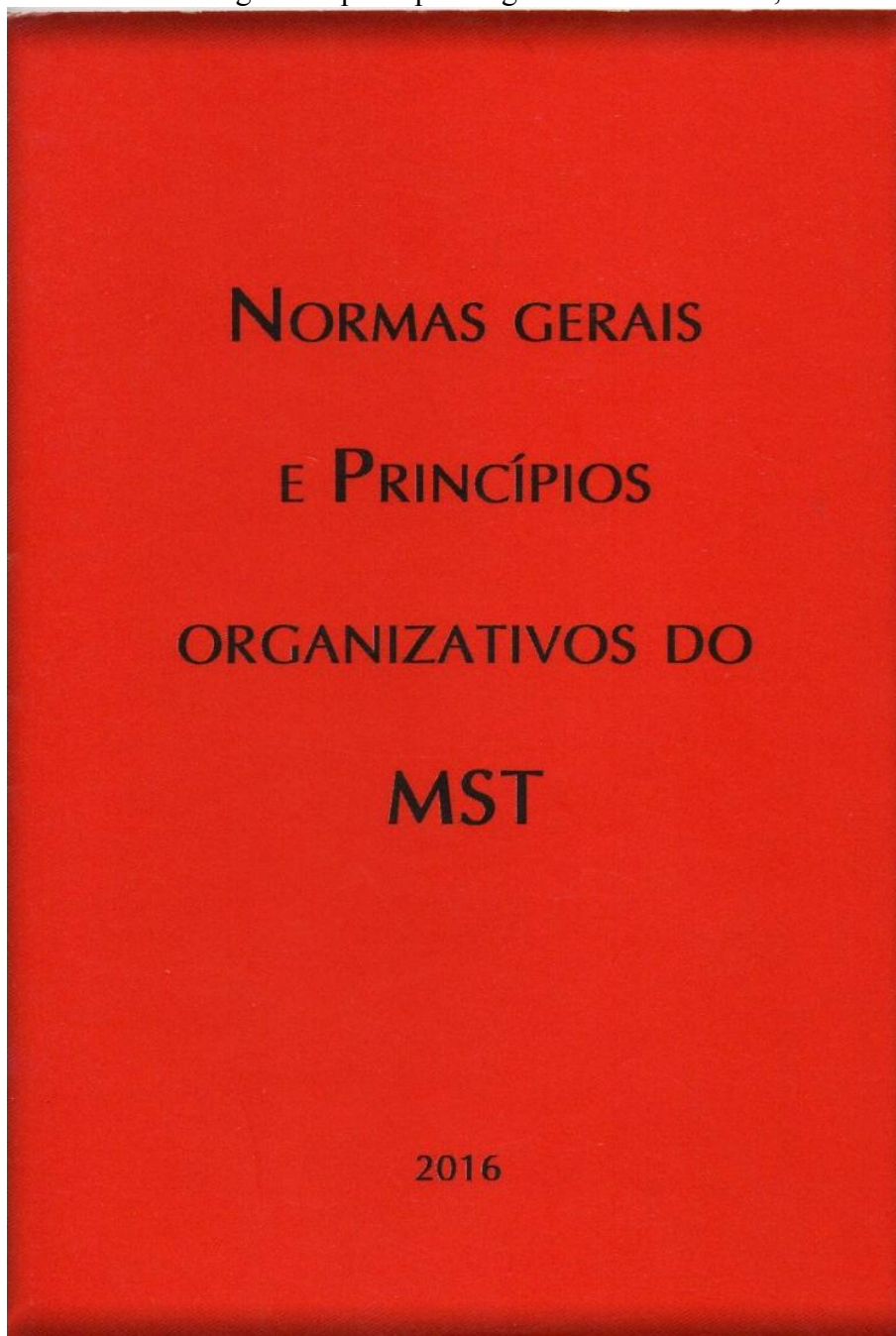
“Cadernos de Formação do Setor de Gênero 3 e 4”, 2015



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO J

Cartilha “Normas gerais e princípios organizativos do MST”, 2016



Fonte: Arquivo da Secretaria Estadual do MST/SC.